

EM FOCO

A Moeda Única Picasso e pintores da construção civil



Ou uma questão de eficácia na Divisão (Internacional) do Trabalho comandada pelos Mercados Financeiros.

■ Agostinho Lopes

Pág. 18

Direito de Asilo Por uma lei justa e humana

■ António Filipe

Pág. 19

Infância Era uma vez... a vida



■ Isabel Araújo Branco

Págs. 22 e 23

PODER LOCAL

CDU apresenta candidatos

Prossegue, por todo o País, a apresentação pública de candidatos da Coligação Democrática Unitária às próximas eleições autárquicas.

Pág. 7

INTERNACIONAL

A morte de Deng Xiaoping

Pág. 15

ÚLTIMAS

Contra revisão constitucional à margem da AR PCP expressa profunda indignação

Pág. 32

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

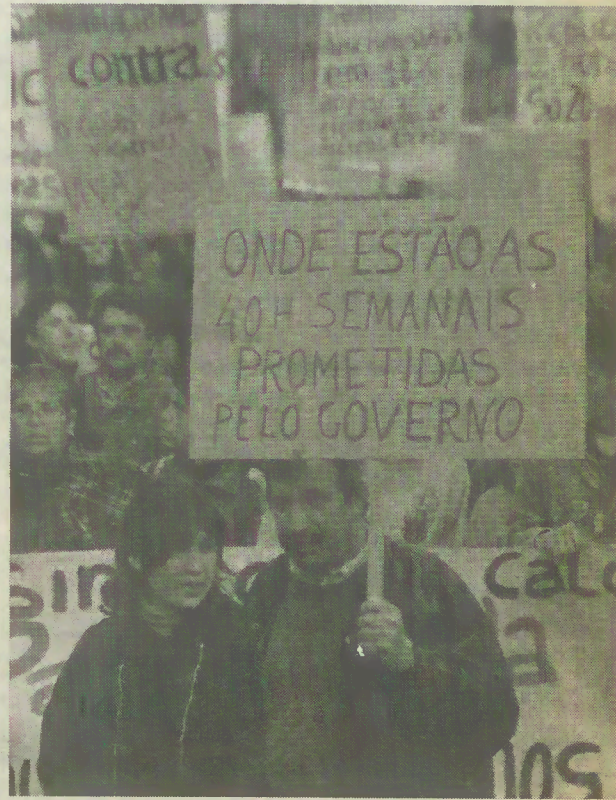
Semanário • ISSN 0870-1865 • 27 de Fevereiro de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1213 • Director: Carlos Brito

Trabalhadores não desistem

40 horas para valer!

Os trabalhadores não desistem de lutar pela redução efectiva dos horários de trabalho. Na semana passada, a Melka recuou na ameaça de despedimento de 105 pessoas. Na segunda-feira, o Provedor de Justiça veio afirmar que as pausas são trabalho efectivo. Para sábado, está convocada uma marcha de Pevidém a Guimarães.

Pág. 5



Interrupção Voluntária da Gravidez O crime mantém-se



... a luta continua!

Centrais

Campanha Nacional de Fundos 200 mil contos para o Partido

Pág. 9

Editorial **Cozinhados**



Carlos Carvalho em Évora

RESUMO

19
Quarta-feira

O Grupo Parlamentar comunista apresenta na AR um projecto para a alteração da lei do asilo ■ O PCP acusa o PS e o PSD de conduzirem «negociações de bastidores» sobre a Revisão Constitucional ■ Em Lisboa, a Greenpeace e a Quercus impedem a descarga de 15 mil toneladas de milho geneticamente manipulado ■ Prosseguem as visitas de Jorge Sampaio a Macau e de António Guterres a Cabo Verde ■ O poeta, professor e pedagogo Rómulo de Carvalho (António Gedeão) morre aos 90 anos ■ Deng Xiaoping, antigo líder chinês, falece em Pequim ■ A Frente Democrática de Libertação da Palestina anuncia o seu desejo de participar nas negociações com Israel.

20
Quinta-feira

No debate sobre a alteração da Lei do Aborto, a Assembleia da República aprova o projecto de Strecht Monteiro e rejeita as iniciativas do PCP e da JS ■ António Guterres termina a sua visita a Cabo Verde ■ Em França, milhares de intelectuais protestam contra um projecto de lei sobre imigração ■ Os camionistas espanhóis reiniciam as suas actividades ■ Também em Espanha, a ETA reivindica dez atentados, registados desde Dezembro passado ■ A África do Sul proibe o uso e armazenagem de minas antipessoal ■ O Zaire recusa o convite para participar numa cimeira regional africana para a resolução da guerra no Leste do seu território.

21
Sexta-feira

A Associação de Municípios considera «inadequada» a resposta do Governo à sua necessidade de um aumento dos fundos autárquicos ■ O comissário europeu para a Agricultura afirma que os casos de «vacas loucas» continuam a aumentar na UE, nomeadamente em Portugal e na Irlanda ■ De visita a Moscovo, Madeleine Albright, secretária de Estado dos EUA, não vence a oposição da Rússia ao alargamento da NATO ■ A Coreia do Norte aceita participar num encontro preparatório sobre o futuro da península com a Coreia do Sul, a China e os EUA.

22
Sábado

Carlos Carvalho participa na IV Assembleia da Organização Regional de Évora do PCP ■ Carvalho da Silva, líder da CGTP-IN, acusa o Governo de «dar cobertura a uma vigarice absoluta aos trabalhadores», referindo-se à implementação das 40 horas ■ Na ONU, Ramos-Horta afirma aguardar «desenvol-

vimentos positivos» na questão de Timor-Leste ■ Cem mil pessoas manifestam-se em Paris contra a Lei Debré, que visa agravar a penalização da imigração clandestina ■ As organizações humanitárias afirmam que está em curso um novo genocídio no Leste do Zaire ■ As autoridades palestinianas advertem Israel para as consequências da colonização de Jerusalém ■ No Rio de Janeiro, cinco jovens entram num autocarro sem bilhete e são abatidos com tiros na cabeça ■ Em França, as quatro raparigas desaparecidas no Carnaval são encontradas mortas, violadas e estranguladas ■ Passam 10 anos sobre a morte de Zeca Afonso.

23
Domingo

O líder do PCP/Açores exige do Governo Regional a definição de orientações para a economia e sociedade ■ O Presidente da República e os seus convidados iniciam a visita oficial à China ■ As autoridades zairenses confirmam que a cidade de Kalima foi tomada pelos rebeldes ■ Uma centena e meia de polícias brasileiros são acusados do homicídio de 19 «sem terra», em Abril de 1996 no Pará ■ O presidente russo, Boris Ieltsin, ataca a Duma devido ao que considerou um «jogo político» em torno do seu estado de saúde.

24
Segunda-feira

PS e PSD anunciar acordo para a revisão constitucional ■ Jorge Sampaio encontra-se com o presidente chinês, Jiang Zemin ■ O julgamento dos hemodializados de Évora é adiado pela terceira vez ■ A Rússia mostra-se favorável à participação num conselho consultivo com a NATO ■ No Peru, o líder do comando do MRTA, o representante do Governo e o ministro Domingo Palermo encontram-se com o objectivo de resolver a crise dos reféns.

25
Terça-feira

Carlos Carvalho denuncia o acordo PS/PSD para a revisão constitucional, contra o qual o PCP irá lutar ■ Corre entre os deputados socialistas um abaixo-assinado opondo-se à diminuição do número de deputados para a AR que põe em causa «a proporcionalidade do sistema» ■ Segundo o INE, preços industriais subiram três por cento em 1996 ■ Ramos-Horta depõe na Comissão dos Direitos Humanos do Congresso dos EUA, no âmbito do caso do financiamento da campanha eleitoral de Clinton por parte de indonésios ■ UE assina acordo interino de comércio e cooperação com Yasser Arafat.

EDITORIAL

Cozinhados

Com a pompa e a circunstância em que acontecimentos destes costumam vir embrulhados, fogo de vista para ocultar o verdadeiro significado que têm, vai concretizar-se, finalmente, em acto dito solene, a realizar na Assembleia da República, o acordo de revisão constitucional a assinar pelo PS - partido do Governo - e pelo PSD - que formalmente se encontra na oposição.

Mesmo um «observador objectivo» - essa ficção política que pretende significar que tal observador não toma partido e, portanto, não tem verdadeira opinião - classificaria esse acordo de perfeitamente natural. De facto, este arranjo entre os dois maiores partidos eleitorais não faz mais que selar politicamente um acordo mais vasto, uma convergência cada vez mais profunda entre os objectivos, os propósitos e o «modus operandi» de ambos.

Na verdade, é muito mais que isso. Trata-se de um acontecimento muito grave. Como Luís Sá já havia assinalado na passada semana, comentando, na declaração que tornou pública, as negociações entre o PS e o PSD que vão agora culminar neste acordo, esses partidos substituíram por negociações de bastidores os trabalhos normais da Comissão de Revisão Constitucional. Este facto, disse então o dirigente comunista, é tanto mais de sublinhar quanto o PS havia declarado que não se repetiria o procedimento de anteriores revisões constitucionais de negociar e subscrever acordos separados com o PSD, com marginalização da Assembleia da República e da CERC e que transformaram estas em meras «conservatórias de registo» de contratos estabelecidos no exterior, com subalternização do parlamento e dos deputados.

Que obscuros objectivos perseguem os dois partidos, que os levam a temer a abertura do «jogo democrático» - expressão que lhes é tão cara -, afastando do debate outros partidos com representação parlamentar e escondendo da opinião pública o cozinhado que fazem a meias, contribuindo assim para o desprestígio da Assembleia da República?

Conforme ainda Luís Sá alertava na passada semana, mantém inteira actualidade a advertência do PCP de que uma convergência do PS e do PSD no sentido de alterações do sistema eleitoral para a AR, em torno, nomeadamente, da criação de círculos uninominais, representaria um sério perigo de ofensa, de forma directa ou indirecta, do princípio da proporcionalidade, facilitando que o «Bloco Central» pudesse eleger mais deputados com menos votos.

O que se prevê, efectivamente, pelas notícias que circulam na comunicação social, é que a assinatura do acordo entre as direcções dos partidos de Guterres e de Marcelo seja o culminar de um cozinhado negócio para dividir entre ambas as formações um poder que assegure a continuação, indefinidamente e em alternância, da mesma política.

Este anunciado acordo de revisão constitucional visa, no fundamental, pôr de pé um sistema estanque, imper-

meável à construção de uma alternativa à política de direita prosseguida pelo PS e pelo PSD, subordinada a Maastricht, aos critérios da Moeda Única, aos interesses dos grupos monopolistas nacionais e transnacionais. Visa, em última análise - e como também prova o medo que ambos os partidos manifestam à simples ideia da realização de um referendo sobre o Euro - a criação de um esquema que resguarde tal política do julgamento desfavorável da opinião pública, que não deixará de manifestar-se em eleições e que já se manifesta em numerosas lutas.

Os resultados da progressiva inclinação à direita da política levada a cabo pelo PS conduzido por Guterres são cada vez mais fortemente contestados em todo o país. À frente dessa contestação encontram-se os trabalhadores, que vêm agravar-se as suas condições de vida e de trabalho e o próprio emprego - o desemprego voltou a aumentar, segundo os números recentemente divulgados. Prossegue com vigor a luta pelas 40 horas, que recebeu esta semana uma significativa legitimação (embora nunca lhe houvesse faltado legitimidade) com o parecer do Provedor de Justiça, favorável à consideração das pausas como trabalho efectivo.

Mas a contestação ao forte pendor direitista da actual direcção do Partido Socialista liderada por Guterres verifica-se não só entre os que nunca tiveram ilusões quanto à prática que o PS viria a desenvolver no Governo. É uma contestação que se alarga a muitos dos que lhe deram os seus votos e atinge numerosos socialistas e até destacados militantes, como foi patente no final da semana passada, quando a JS viu o seu projecto sobre o aborto derrotado pelos votos conjuntos da direita e de deputados do PS. A responsabilidade desta derrota, como fez notar Carlos Carvalho comentando o resultado da votação, coube por inteiro a Guterres, que dividiu o seu próprio partido.

Mas, como também sublinhou o Secretário-geral do PCP, foram as mulheres portuguesas as grandes prejudicadas por tal resultado. Apesar da significativa votação alcançada pelo projecto dos comunistas e da rejeição do projecto de deputados socialistas por apenas um voto, a convergência verificada à direita fez perder lamentavelmente, como sublinhou a propósito o comunicado da Comissão Política do PCP sobre o assunto e que hoje publicamos na íntegra, uma importante oportunidade para enfrentar com lucidez, coragem e sensibilidade social o flagelo do aborto clandestino.

A luta, porém, continua. Tal como em outras áreas de actividade, o PCP empenha as suas forças na defesa da democracia e da justiça social, também, como ainda refere a Comissão Política, prosseguirá o seu activo combate contra retrógradas e aberrantes concepções de criminalização e culpabilização da mulher. E confrontará de novo as instituições democráticas com o incontornável imperativo de, com vista à progressiva erradicação do aborto clandestino, se adoptarem soluções legislativas que ponham termo à penalização da mulher pelo recurso ao aborto (...), em nome de uma maternidade consciente e responsável.

Mas, como também sublinhou o Secretário-geral do PCP, foram as mulheres portuguesas as grandes prejudicadas por tal resultado. Apesar da significativa votação alcançada pelo projecto dos comunistas e da rejeição do projecto de deputados socialistas por apenas um voto, a convergência verificada à direita fez perder lamentavelmente, como sublinhou a propósito o comunicado da Comissão Política do PCP sobre o assunto e que hoje publicamos na íntegra, uma importante oportunidade para enfrentar com lucidez, coragem e sensibilidade social o flagelo do aborto clandestino.

A luta, porém, continua. Tal como em outras áreas de actividade, o PCP empenha as suas forças na defesa da democracia e da justiça social, também, como ainda refere a Comissão Política, prosseguirá o seu activo combate contra retrógradas e aberrantes concepções de criminalização e culpabilização da mulher. E confrontará de novo as instituições democráticas com o incontornável imperativo de, com vista à progressiva erradicação do aborto clandestino, se adoptarem soluções legislativas que ponham termo à penalização da mulher pelo recurso ao aborto (...), em nome de uma maternidade consciente e responsável.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socolo Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socolo Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L1. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00;	50 números: 46 100\$00
25 números: 4 200\$00	
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Remédio santo!

No «Público» de passado domingo, o sociólogo e comentador vitalício da SIC, António Barreto, dando balanço ao debate sobre o aborto, anotava que «a sociedade portuguesa já não está crispada com a questão». É bem possível que assim seja, mas só é pena que António Barreto não tenha acompanhado este movimento da sociedade com a sua própria descrição em relação aos velhos preconceitos com que analisa a intervenção do PCP neste tema.

Com efeito, António Barreto, num rasgo de esplendorosa criatividade e espectacular inovação assegurada por uma «cassete» velha de treze anos, depois de distribuir palmatoadas por quase toda a gente, não podia permitir que o PCP escapasse ileso. E vai daí sentenciou que «o PCP cumpriu os seus objectivos (...). Tinha conseguido o que queria: dividir o PS e irritar o Governo (...). Daqui a uns tempos, voltará. Em nome da coerência, claro. Basta pensar que durante dez anos de cavaquismo, o PCP não propôs lei nem considerou o assunto urgente...».

Começando pelo fim destas curtas linhas que substantivamente rebotam de veneno e rancor, registemos então que o douto A. Barreto parece ignorar que dez anos de cavaquismo corresponderam a quase outros tantos de maiorias parlamentares absolutas do PSD, com tudo o que isso obviamente comporta. E não podemos deixar de assinalar que, se porventura o PCP tivesse escolhido esse período para apresentar o seu projecto sobre a IVG, lá teríamos tido Barreto a sentenciar que o PCP só queria era brilhar com o tema, que os seus propósitos não eram sérios porque a iniciativa estava derrotada à partida e porque esse facto, só por si, desencorajava o arranque e o desenvolvimento do debate público sobre tão importante assunto.

Por outro lado, A. Barreto continua fiel àquele velho mandamento do anticomunismo que determina que, quando não é possível negar ou contestar a bondade de algumas propostas dos comunistas, deve-se então chamar a atenção para que são boas mas movidas por péssimas intenções e motivações, deve-se então sentenciar que, por

vezes, o PCP tem razão mas sempre por más razões.

Apesar destes nossos acusadores inovarem pouco, nós estamos dispostos a inovar na resposta. E por isso aqui confessamos que somos mesmo o «império do mal» e só queríamos mesmo «dividir os socialistas» e «irritar o Governo» do PS. Mas há uma maneira muito fácil de, na próxima, tramar este calculismo e taticismo do PCP: é aprovarem-lhe o projecto sobre a IVG. É remédio santo: o PCP fica sem a divisão dos socialistas que queria e fica com uma contribuição para a luta contra o aborto clandestino que, segundo estas luminárias, não queria. Façam favor.

P.S.:

Quanto à «Cadeira do Poder» de Albarran, Rangel, Couto, Lopes, seguintes & Cª, permitam-nos os leitores que, ao lado de tantas observações pertinentes e lúcidas já dadas à estampa, acrescentemos apenas o suave desabafo de que certas concepções arrogantes e certas atitudes de triste servilismo mediático o que mereciam era experimentar o poder de uma cadeira.

■ Vítor Dias

«O homem da Império»

Conforme foi noticiado pelos jornais, as IV Jornadas da seguradora Império sobre Risco e Segurança, realizadas há poucos dias no Europarque, em Santa Maria da Feira, saldaram-se por um estimulante sucesso empresarial.

As «estrelas» convidadas foram as do costume.

Pois lá estava o Sr. Diogo de Lucena, neoliberal encartado do Grupo de Trabalho sobre financiamento do Ensino Superior e da Comissão do Livro Branco da Segurança Social, membro do «conselho científico» do «Projecto repensar o Estado Providência - um desafio para o sector privado», organizado pelo «Forum de Administradores de Empresas». Que obviamente sustentou a vantagem de um sistema de capitalização privada para a segurança social, argumentando que ele «incentiva o mercado de trabalho e combate o absentismo»...

Pois não faltou também o Sr. Bagão Félix, personalidade detentora de um curriculum invejável: Secretário de Estado da Segurança Social durante os governos da AD, colega do anterior no «Projecto repensar o Estado Providência - um desafio para o sector privado», administrador da Seguros e Pensões Gere (o «braço» segurador do BCP/BPA, com um activo total de cerca de 315 milhões de contos, em 1995, detentor nomeadamente da *Ocidental* e da *Bonança*), tudo isto temperado com a actual presidência da Comissão Nacional de Justiça e Paz criada no âmbito da Comissão Episcopal de Acção Social e Caritativa. Com insuspeito realismo ele foi avisando que «qualquer reforma (da Segurança Social) obrigará a lágrimas», o que expli-

ca bem a premência que colocou na necessidade de «despolitizar a Segurança Social»...

Mas o Oscar das IV Jornadas da seguradora pertencente ao Grupo Mello foi, sem dúvida, para o Sr. Ribeiro Mendes, o actual Secretário de Estado da Segurança Social.

Segundo relatam os jornais, este membro do Governo adiantou que a fixação de um *plafond* para as reformas deverá acontecer depois de Setembro e que o *plafonamento* das contribuições, para um tecto de oito salários mínimos, vai implicar uma quebra automática de 26,5 milhões de contos nas receitas da Segurança Social, o que considerou como «perfeitamente aceitável» para a gestão do sistema...

Para que não restassem dúvidas que a ideia é pôr o património dos contribuintes a pagar a redução do sistema público de Segurança Social, com vista ao alargamento do mercado de fundos de pensões e de seguros privados, foi o Sr. Ribeiro Mendes adiantando que o Governo espera para o presente ano um aumento substancial do fundo de estabilização financeira da Segurança Social, constituído actualmente por uma reserva de cerca de cem milhões de contos.

Não evidencia isto tudo que há quem faça jus ao slogan que a seguradora do Grupo Mello durante anos popularizou - «O Homem da Império»?

■ Edgar Correia



Foto: Sérgio Morais

ALEMANHA mito e realidade

“Os alemães do Leste levantam a cabeça” é o título de um interessante artigo publicado pelo “Le Monde Diplomatique” do corrente mês que constitui uma desmistificação convincente do suposto carácter democrático e libertador da liquidação da RDA socialista e sua anexação pela RFA imperialista.

Chamada unificação mais não tem sido que um colossal processo de destruição das estruturas produtivas, de desmantelamento de conquistas sociais, de pilhagem de riquezas, de colonização económica, política e cultural. “Sete anos depois a unificação virou desastre”, com as regiões da antiga RDA desindustrializadas em 70%, 16% de desempregados, uma quebra de natalidade de 50%, 85% dos bens industriais transferidos para a parte ocidental sob a batuta da Treuhand, a empresa criada pelo governo de Kohl para conduzir as privatizações e a destruição sistemática do potencial produtivo da RDA. “Pior ainda, os alemães do Leste no seu conjunto tornaram-se marginais economicamente mas também politicamente: já não têm direito à palavra. Não foi a maior parte dos seus homens políticos eliminada no mais puro estilo da guerra fria? Não é a menor crítica assimilada a uma nostalgia pelo regime da RDA, qualificado de ‘segunda ditadura’?”

De facto, os exemplos de discriminações políticas de sabor colonialista não faltam. Enquanto 2,2 milhões de pedidos de restituição de propriedade feitos por cidadãos oeste-alemães foram satisfeitos, nenhum pedido leste-alemão foi sequer levado em consideração. Nas indemnizações a antigos prisioneiros, enquanto um mês de prisão na RDA vale 550 marcos, um mês passado nos campos de concentração nazi vale apenas 150 marcos. A indemnização por deportação não se aplica aos alemães do Leste. Um soldado SS da Wermarcht nazi tem direito a uma reforma normal, enquanto a de um antigo funcionário da RDA é reduzida. Tais discriminações políticas aberrantes são cada vez mais sentidas pelos alemães de Leste como autêntica criminalização de todo um povo por ter criado, aprovado, consentido ou simplesmente vivido num Estado e num sistema social que era necessário melhorar e reestruturar mas não destruir.

É a realidade aí está. A realidade da exploração capitalista, do aprofundamento das desigualdades sociais, do desemprego, da discriminação política, da colonização cultural. A realidade de uma Alemanha imperialista que hegemoniza a União Europeia, expande para Leste a sua esfera de influência económica e política, reforça o seu poderio militar, retoma perigosamente uma orientação intervencionista agressiva, e que simultaneamente se revela incapaz de travar o desemprego que atinge já a cifra astronómica e record de 4,7 milhões de desempregados. A situação dos alemães do Leste é uma parcela particularmente dramática desta realidade. Um drama que é também feito de resistência, de luta e de (re)valorização do que a RDA socialista teve de mais genuinamente democrático, popular e humanista, e que este artigo do “M.D.” muito oportunamente evidencia.

■ Albano Nunes

Aborto

No princípio era o verbo, no fim a intolerância



EXPO'98
LISBOA

Bilhetes da EXPO: nova derrapagem

A direcção da EXPO/98 decidiu cancelar todo o processo de aquisição do sistema informático para a emissão de bilhetes e de controlo de acessos dos visitantes ao Parque. Segundo o *Diário de Notícias*, o cancelamento deveu-se à disparidade verificada entre as propostas dos concorrentes, que variavam entre um milhão de contos apresentado pela IBM e os 500 mil contos propostos pelo consórcio francês Bull. Esta primeira consulta foi de cariz privado. Perante a discrepância dos valores apresentados pelas duas empre-

sas vencedoras desse primeiro concurso, os responsáveis da EXPO decidiram lançar novo concurso, agora de âmbito público internacional, o que poderá acarretar dois inconvenientes: por um lado, fará disparar os custos, por outro, devido ao encurtamento dos prazos dados aos concorrentes neste segundo concurso, a programada emissão mundial dos primeiros bilhetes a 22 de Maio próximo poderá estar comprometida, também com consequências graves nos custos, além dos prejuízos decorrentes de tal atraso.

Ieltsin recusa alterar Constituição

O Presidente russo, Boris Ieltsin, exige que «cessem as discussões» sobre uma eventual revisão constitucional, enquanto uma comissão parlamentar, próxima da oposição, já anunciou ter preparado um projecto nesse sentido. A revisão constitucional pretendida tem por objectivo reduzir os amplos

poderes outorgados ao Presidente na sua redacção de Dezembro de 1993, conduzida e imposta pelo próprio Ieltsin, visando ainda introduzir a possibilidade de substituição do Presidente em caso de incapacidade deste, o que é actualmente o caso de Boris Ieltsin, há meses doente e fragilizado por uma

intervenção cirúrgica múltipla ao coração seguida de uma pneumonia dupla. Ieltsin afirmou entretanto que «é inadmissível que a Duma (Parlamento) adopte uma lei que contradiz a Constituição, e serei obrigado a recorrer ao meu direito de veto para não deixar passar uma lei anticonstitucional».

Clone de ovelha revolucionaria genética

Um grupo de cientistas escoceses conseguiu criar o primeiro clone de ovelha a partir do núcleo de uma célula da glândula mamária de uma ovelha adulta. A ovelha assim obtida, de nome *Dolly*, tem sete meses

e foi apresentada pela equipa de cientistas do Instituto Roslin de Edimburgo como uma «nova conquista» no mundo da genética. Neste nascimento da ovelha *Dolly* a novidade consiste no facto de se ter transformado a célula mamária num embrião viável, através da união da célula com um ovo não fertilizado, implantando-o de seguida no útero de outra ovelha. Até à data os cientistas apenas tinham conseguido produzir clones de animais usando células de embriões, como aconteceu o ano passado, quando se obteve por este método o nascimento de dois borregos idênticos, *Morag* e *Megan*. A técnica da clonagem nasceu há um quarto de século, quando os americanos conseguiram clonar girinos nos anos 80, sendo utilizada o ano passado pela primeira vez em mamíferos, com o nascimento dos borregos *Morag* e *Megan*.

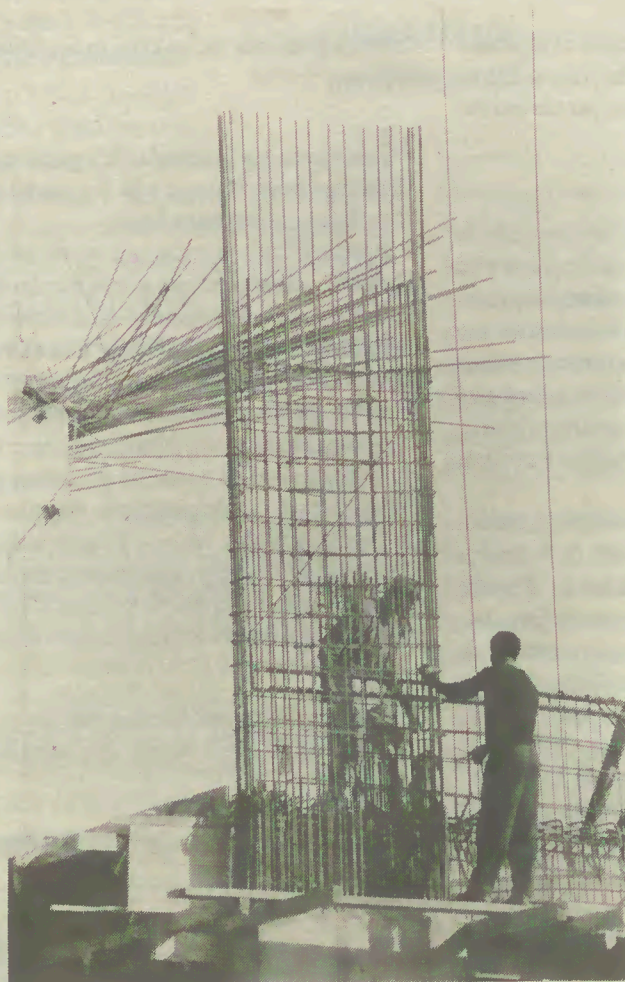
SEMANA



Funcionários judiciais em greve ao fim-de-semana

Este fim-de-semana os funcionários judiciais fizeram uma greve com início às 12 horas de Sábado, reivindicando a «suspensão imediata» dos tribunais de turno, ameaçando que no próximo Sábado a greve começará às 10 horas de Sábado até à meia-noite de Domingo. Segundo o Sindicato dos Funcionários Judiciais, só não foi decretada greve total porque o Sindicato decidiu deixar uma «porta aberta» ao Ministério da Justiça. Entretanto, alguns dos juízes do círculo de Lisboa escalados para os tribunais de turno - que, como se sabe, funcionam aos fins-de-semana e aos feriados - afirmaram também esta semana que não se consideram materialmente competentes para julgar os

casos que lhes forem apresentados, considerando inconstitucional o despacho do presidente do Tribunal da Relação de Lisboa que estabeleceu a escala de juízes para estes serviços. Segundo os magistrados, o despacho viola «o princípio da igualdade», por colocar nestas escalas apenas os juízes de primeira instância, e não todos os magistrados de todos os tribunais.



Trabalho clandestino é também fuga aos impostos

Segundo apurou o *Diário de Notícias*, o Estado está a perder mais de 1,5 milhões de contos anuais nos sectores da construção civil, obras públicas e madeiras, dado o facto de existirem cerca de 100 mil trabalhadores clandestinos nestes sectores sobre os quais o Estado não arrecada impostos. A situação convém apenas ao patronato, que usa uma estratégia simples: os trabalhadores recebem «por fora» mais uma dezena ou duas de contos, o que permite às empresas descontar menos para a Segurança Social. Albano Ribeiro, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de

Construção, Madeiras, Mármore e Pedreiras do Distrito do Porto, afirmou que «a política no sector é a da conversão de empregos permanentes em empregos precários», sublinhando que o emprego precário tem duas componentes básicas: a económica e a social. Na primeira está o aumento dos lucros e a diminuição das despesas, através da aceleração do ritmo de trabalho, não pagamento de férias e subsídios de férias e de Natal, para além da fuga aos impostos. A segunda «poupa» na segurança e saúde no local de trabalho e conduz ao desmantelamento da Segurança Social.

FRASES

“Sempre que se falou em horários de 40 horas, o que estava em causa era a redução do período normal de trabalho.”

(Parecer do Provedor de Justiça, sobre a Lei 21/96 - «Público», 25 de Fevereiro)

“Em Dezembro, encontravam-se acreditados 4850 operários. Mas estavam lá entre 5500 e seis mil trabalhadores.”

(Manuel Rodrigues, da USL/CGTP, a propósito de irregularidades laborais na Expo e outras grandes obras do Estado - «Diário de Notícias», 25 de Fevereiro)

“O Estado tem sido cúmplice nestas irregularidades, mas está a deixar de o ser.”

(Mota da Silva, Inspector Geral do Trabalho, idem, idem)

“Não posso respeitar os que, tendo subscrito o projecto da JS, vieram depois votar contra ele. Esses não o fizeram, com certeza, por razões de consciência.”

(Manuel Alegre, sobre a votação dos projectos de despenalização do aborto - «Semanário», 22 de Fevereiro)

“Acho o programa excelente, com ideias óptimas.”

(Pedro Santana Lopes, sobre a «Cadeira do Poder» - «Tal e Qual», 21 de Fevereiro)

“Não há equipas invencíveis, nem somos super-homens, antes homens que têm as suas falhas.”

(António Oliveira sobre a derrota do FC Porto frente ao Salgueiros - «Jornal de Notícias», 24 de Fevereiro)

“Brincar com a política é o que faz a Ana Bola e o que nós fazemos no “Sim, Senhor Ministro”.”

(Rui Mendes, sobre a «Cadeira do Poder» - «A Capital», 22 de Fevereiro)



TRABALHADORES

Marcha no sábado
de Pevidém a Guimarães

Têxteis não desistem de lutar pelas 40 horas

Ao fim de 14 semanas de greve ao trabalho que excede a redução de duas horas fixada pela lei desde 1 de Dezembro, dezenas de milhares de trabalhadores continuam em luta. Para sábado, está convocada uma marcha desde a vila de Pevidém até Guimarães.

A concentração para esta iniciativa da União dos Sindicatos de Braga, de outras estruturas do movimento sindical unitário e de comissões de trabalhadores tem lugar a partir das 9 horas, junto às empresas Coelima e Lameirinho. O local de chegada, em Guimarães, é o Largo do Toural.

Os promotores da «marcha das 40 horas» apelam à participação dos trabalhadores, da juventude e da população em geral, de modo a fazer do percurso «um *buzi*ão de protestos e de luta contra os comportamentos do patronato, do Governo e da UGT», como referia a USB, ao anunciar que, entre outros dirigentes da CGTP, integrar-se-á nesta acção o coordenador da central, Carvalho da Silva.

«Nestas 13 semanas que passaram, desde que a lei entrou em vigor, exceptuando aquele patronato que não cumpre a lei e os apoios claros que lhe são dados pelo secretário de Estado do Trabalho e o Inspector Geral da IGT, todas as instituições e grupos parlamentares vão dando razão à nossa luta», recordava a Federação dos Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles. Reclamando que «não basta darem-nos razão, é urgente fazer cumprir a lei», a Fesete/CGTP imputa a responsabilidade pelo arrastamento do conflito ao Governo.

Declarando-se atenta, «nomeadamente ao Partido Socialista, cujo Grupo Parlamentar nos tem dado razão» mas cujo Governo «vem apoiando os patrões que não querem cumprir a lei», a federação espera não ser levada a concluir que «muitos dos que expressamente nos têm dado o seu apoio, estejam a fazer a sua gestão política do conflito».

Na nota de imprensa em que dava nota das paralisações e plenários previstos para sexta-feira e sábado passados, em empresas de vestuário de Lisboa e Castelo Branco e nas têxteis de Braga, Aveiro e Porto, a Fesete interpela directamente António Guterres, salientando que «*tem responsabilidades directas, pois milhares de trabalhadores ouviram-no prometer 40 horas e fim do trabalho ao sábado*» e que «*não é possível o primeiro-ministro manter-se numa neutralidade que objectivamente está a servir as posições do patronato mais retrógrado*».

Episódios da «lei da selva»

A União dos Sindicatos de Braga acusa o patronato do distrito de «promover impunemente a “lei da selva” em diversos locais de trabalho», levando a cabo «actos de perseguição, ameaças, retirada de direitos...». Alguns destes casos foram reunidos numa nota de imprensa que a USB divulgou segunda-feira:

- foram retirados prémios de produção e assiduidade a trabalhadores em luta;
- foram colocados relógios de ponto nas secções para controlar as entradas, as saídas e as pausas;
- o patrão da fábrica de malas Francor, Francisco Gomes, tem colocado trabalhadoras da empresa a limpar as suas habitações e os jardins, alegando «polivalência»;
- a patroa da Isabeltex (Barcelos) corta parte do vencimento a quem não atingir os níveis de produção



fixados e, recentemente, recorreu à força para expulsar 6 trabalhadoras;

- diversas empresas programaram já a flexibilidade dos horários para o ano todo, sem ouvirem os trabalhadores nem obterem o seu acordo, des-

respeitando as próprias exigências da lei 21/96;

- há empresas paralisadas, sem trabalhadores e sem equipamentos, que recorreram ao Plano Mateus.

■ DM

Provedor recomenda clarificação

O Provedor de Justiça recomendou segunda-feira ao Governo uma clarificação da Lei 21/96, através de uma lei interpretativa, «para pôr termo às dúvidas existentes». «Tenho dúvidas quanto à possibilidade de a jurisprudência encontrar, com o texto actual, a solução mais equilibrada, sendo certo que, entretanto, se prolonga e agrava o risco de conflitos sociais», escreve Meneres Pimentel, citado pela Agência Lusa, numa recomendação dirigida à ministra do Emprego.

O Provedor solicita que sejam especialmente clarificados alguns aspectos da lei, como saber se o limite das 40 horas de trabalho por semana tem por objectivo o período normal de trabalho ou, antes, o período de trabalho efectivo. Na hipótese de estar em causa o período de trabalho efectivo, torna-se necessário definir este conceito, diz Meneres Pimentel, que considera necessária a definição das pausas que venham ou não a integrar o conceito de trabalho efectivo e a clarificação do modo como deveriam ter sido feitas as reduções de duas horas em 1 de Dezembro.

Meneres Pimentel preconiza que, para a definição do conceito de trabalho efectivo, devem ser tidas em conta a disponibilidade do trabalhador e as pequenas pausas cuja justificação assenta no interesse da entidade empregadora em manter a produtividade, segurança e a saúde do trabalhador.

Deve ainda ser consagrado expressamente que da aplicação das disposições constantes na lei das 40 horas não pode resultar prejuízo para a situação económica dos trabalhadores, nem qualquer alteração das condições de trabalho que lhes seja menos favorável. Para a CGTP, autora da queixa que levou o Provedor a pronunciar-se, a recomendação de Meneres Pimentel constitui «um importante e valioso contributo» para acabar com «os procedimentos abusivos do patronato». «Para tal é agora necessário que o Governo acolha, como é seu dever, o sentido das considerações expressas pelo Provedor de Justiça e que a AR ratifique o entendimento e os objectivos que levaram à aprovação da Lei», refere um comunicado da central, frisando que esta recomendação vem dar razão à luta que os trabalhadores têm desenvolvido pela efectiva redução do horário de trabalho.

Importante vitória na Melka

Foram concluídos com mera *repreensão simples* (a menor sanção disciplinar prevista na lei) os 105 processos disciplinares com intenção de despedimento, instaurados em Janeiro pela administração da Melka contra trabalhadores que recorreram à greve e exerceram as 40 horas semanais desde Dezembro.

Este resultado é, para o sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, «uma importante vitória dos trabalhadores», que assim vêem feita justiça e compensada a sua luta.

Com o apoio do sindicato, os trabalhadores recorreram da decisão da empresa, exigindo da Justiça o arquivamento dos processos. Além disso, promoveram a denúncia pública do comportamento da administração e, em plenário, decidiram que entrariam em greve por tempo indeterminado, caso os processos resultassem em despedimentos. O problema foi levado também ao conhecimento dos órgãos do poder e dos embaixadores da Suécia e da Grã-Bretanha.

«Quem tinha intenção de despedir 105 trabalhadores e praticamente conclui com os processos arquivados» - comenta o sindicato, numa nota distribuída à comunicação social na semana passada - «não tinha nenhuma razão para a instauração dos citados processos disciplinares.»

Para ontem estavam convocados plenários de trabalhadores, em Palmela e no Cacém, com o objectivo de analisar os resultados da primeira reunião de negociação do acordo de empresa, que teve lugar dia 19 e onde a administração da Melka não apresentou qualquer contraproposta de actualização salarial.

A administração afirma aguardar os indicadores nacionais resultantes da revisão do contrato colectivo do Vestuário, em cujas negociações os representantes patronais propuseram aumentos salariais de um por cento e graves limitações aos direitos das mulheres e dos trabalhadores-estudantes, atacando também o regime de férias e as horas extraordinárias e tentando introduzir os princípios da flexibilidade de horários.

Este processo decorre actualmente no Ministério do Emprego, em fase de conciliação. Para amanhã o sindicato convocou uma concentração de activistas do sector na Praça de Londres, precisamente para expressar o descontentamento dos trabalhadores e exigir salários justos com direitos - adiantou ao «Avante!» António Marques, dirigente do sindicato dos Têxteis do Sul, sublinhando que em diversas empresas (como a Vesticom, SIC, Norporte, Gustom e Mattel) já foram acordadas actualizações salariais entre 4 e 6,5 por cento, e horários semanais de 40 horas, mantendo o direito às pausas (na Norporte e na Gustom).

TRABALHADORES

5º Congresso da USP/CGTP

Renovar e intensificar a luta para viver melhor no Porto

O congresso elegeu uma direcção mais jovem e com mais mulheres, aprovou reivindicações imediatas e orientações para o próximo triénio, e afirmou claramente que o movimento sindical do distrito chamará os trabalhadores à luta por melhores salários e emprego com direitos.

Com a participação de duas centenas e meia de delegados, representando mais de três dezenas de organizações sindicais do distrito, o 5º Congresso da União dos Sindicatos do Porto teve lugar nos dias 21 e 22 de Fevereiro, no Centro de Formação Profissional do Cerco, cabendo-lhe analisar a actividade desenvolvida desde há três anos e perspectivar as linhas de intervenção até 1999.

O aumento do desemprego, a

destruição do aparelho produtivo, as alterações na estrutura do empreendimento, a degradação do poder de compra dos salários e os violentos ataques do patronato aos direitos dos trabalhadores foram apontados como traços da evolução da situação laboral por Vítor Ranita, na abertura do congresso. O coordenador da USP denunciou a «crescente arrogância» das exigências patronais e a «pronta submissão» do Governo, notando as ligações que

membros do executivo tiveram e têm às associações patronais, como a Associação Industrial Portuense.

Números apontados no congresso referem que, só na indústria, foram liquidados 50 mil postos de trabalho no distrito desde 1991, o que leva a USP a reclamar medidas para a criação urgente de 60 mil novos empregos. O congresso reclamou ainda a triplicação dos investimentos públicos no Porto e um efectivo aumento do poder de compra dos trabalhadores, sobretudo nos sectores e profissões que estão mais mal remunerados, bem como respostas eficazes à elevada sinistralidade laboral (38 mortes e 53700 acidentes em 1994) e à cada vez mais grave situação social.

Foram feitas fortes críticas à aliança do patronato e do Governo que fez da prometida redução do horário de trabalho uma fraude, que os trabalhadores do Porto têm combatido e denunciado. À aplicação da Lei 21/96 dedicou Carvalho da Silva boa parte da sua intervenção, no encerramento do congresso. Reafirmando a redução do horário como uma questão de interesse nacional, o coordenador da CGTP alertou para eventuais consequências que aquele princípio, a vingar, teria na Função Pública, nos professores, na banca e seguros, nos serviços em geral (onde já é prática corrente as empresas não pagarem o trabalho extraordinário).

Preocupação na enfermagem

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses manifestou «profunda preocupação» quanto à forma como está a decorrer o concurso nacional para admissão de profissionais por contrato administrativo de provimento, uma vez que, «a inúmeras instituições, com destaque para os hospitais centrais de Lisboa, Porto e Coimbra», foram atribuídas quotas de descongelamento que o SEP considera insuficientes para permitir a estabilização de todos os enfermeiros que estão actualmente com vínculo precário. «Este facto, consequentemente, vai ter reflexos na qualidade de cuidados prestados aos utentes, pondo em causa, inclusivamente, o funcionamento dos próprios serviços», afirma-se numa nota divulgada após a reunião de dia 20 da Comissão Nacional de Jovens Profissionais do SEP. Esta estrutura decidiu reclamar do Ministério da Saúde o início imediato de negociações de um Plano de Emprego, uma vez que em Março está prevista a saída de 600 novos enfermeiros das escolas de enfermagem. O SEP vai contactar a Federação Nacional das Associações de Estudantes de Enfermagem, para conjuntamente analisarem estes problemas.

Infantários

Foi convocada uma greve de ajudantes de creche e jardins de infância, para exigir a reestruturação da carreira, problema que se arrasta há 14 anos, segundo a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. Além da paralisação, na passada sexta-feira, teve também lugar uma concentração nacional frente à Secretaria de Estado da Segurança Social.

Bela Vista à espera

Trabalhadores da Mecânica Setubalense afirmaram no sábado, na Sociedade Capricho, o seu apoio às posições tomadas pelo sindicato dos Metalúrgicos do Sul no processo relativo ao prédio da Bela Vista. Em tribunal foi declarada proprietária do prédio uma empresa que trabalhadores e sindicato afirmam nunca ter tido qualquer actividade em Setúbal. Na reunião foi decidido aguardar a intervenção das entidades já contactadas e avançar com novos contactos junto dos grupos parlamentares, do Governador Civil e do Bispo de Setúbal.

Emprego e salários em risco no comércio



Para exigir medidas que impeçam os cerca de 700 despedimentos previstos e regularizem o pagamento de salários em dívida, trabalhadores da zona incendiada do Chiado, da Pio Barral Marques, da Nova Ucal/Parmalat, da Regindústria, dos Armazéns Alegrete, das Lojas Tentação, do Centro Comercial Barão, da Norporgel e da EPAC desfilaram dia 20 da sede do Sindicato do Comércio de Lisboa até ao Ministério do Emprego.

Ferroviários param de novo a 7 de Março



Aumentos salariais de cem escudos por dia, ataque aos direitos dos trabalhadores, continuação do desmembramento da CP, não cumprimento de acordos anteriores e manutenção de instabilidade quanto ao futuro do sector e dos postos de trabalho foram os motivos que levaram os ferroviários a avançar para uma nova greve de 24 horas. A decisão foi tomada dia 19, numa concentração realizada frente ao Ministério do Equipamento, depois de um desfile desde o Terreiro do Paço.

Professores pela estabilidade



A vinculação após dois anos de serviço foi exigida por professores contratados a prazo que, vindos de todo o País, se concentraram dia 20 frente ao ME. O vínculo estável é também exigido pela Plataforma Reivindicativa Comum do Ensino Superior, cujas posições sobre o processo de revisão dos estatutos de carreira docente mereceram o apoio da Coordenadora do Conselho Nacional de Docentes e Investigadores, na passada sexta-feira.

Sindicatos defendem Alqueva

Deslocou-se a Bruxelas esta semana uma delegação da CGTP-IN, que apresentou a diversas instâncias da União Europeia as reivindicações do movimento sindical para o Alentejo, nomeadamente no que toca ao empreendimento do Alqueva. O Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP, que esteve representado na delegação pelo seu dirigente José Figueira, informou que, além do Alqueva e das questões gerais do desenvolvimento económico e social na região, os sindicatos iriam ainda levar a Bruxelas propostas e reivindicações para combate ao desemprego; entre estas figura a criação de uma associação de auto-ajuda a desempregados no concelho de Portel, projecto que funcionou até Novembro último com financiamento comunitário, e que está a consolidar o seu processo de organização.

Greve hoje nas obras

Para o sector da construção civil e obras públicas está convocada uma greve de 24 horas, como forma de protesto contra aumentos salariais de 3,5 por cento, uma subida de 22 escudos no subsídio de refeição, e a introdução da flexibilidade de horários (até 50 horas semanais e 10 diárias) e da polivalência de funções. Num comunicado em que apela à participação dos trabalhadores nesta paralisação, o sindicato da Construção, Madeiras e Mármore de Lisboa considera que as «velhas e bizarras propostas» avançadas dia 20 pelas associações patronais «são uma verdadeira afronta à dignidade dos trabalhadores», apontando os aumentos substancialmente superiores dos preços de bens e serviços essenciais.

Hoteleiros boicotam

Os processos de negociação colectiva estão a ser objecto de boicote por parte das associações patronais da Hotelaria, que actuam a coberto do Governo de Guterres e, nas empresas, tentam impor maior precariedade e desrespeito pelos direitos dos trabalhadores. A acusação é feita pelo sindicato da Hotelaria do Sul, cuja direcção, reunida segunda-feira, saudou a «magnífica greve» realizada de 7 a 11 de Fevereiro no Hotel Estoril Sol e no Casino Estoril, e manifestou «total apoio e solidariedade» às lutas em curso na Torralta, Apolo 70 e Clínica das Amoreiras, e nos sectores envolvidos em revisões da contratação colectiva.

PODER LOCAL

Sintra

As bandeiras do projecto CDU

Mais de 200 pessoas estiveram presentes no lançamento da candidatura de Lino Paulo à presidência da Câmara Municipal de Sintra - o quarto maior município do país. Presenças que reflectem também o amplo leque de apoios em que se baseia a candidatura da CDU, que conta nomeadamente com um Movimento de Apoio, recentemente criado, de carácter amplamente unitário.

As provas já dadas pela equipa da CDU no trabalho autárquico, a necessidade sentida de uma mudança de facto na gestão do município,

foram referidas como factores positivos no início desta batalha eleitoral que irá decidir do "mandato para a passagem do século". Uma bata-

lha a exigir o empenho de cada um e uma multiplicação de esforços de esclarecimento - como se sublinhou na apresentação formal da candidatura.

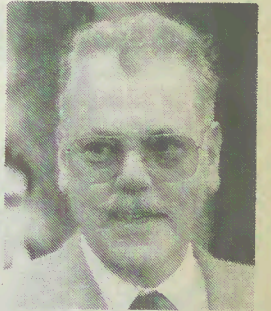
Carlos Carvalhas - presente na mesa com os dirigentes comunistas José Casanova e Jorge Cordeiro, e representantes dos independentes e dos "Verdes" - destacou as múltiplas razões do prestígio angariado pela CDU - o tra-

balho com a população; o projecto humanista, o exercício do poder, controlado e ao serviço das populações; a capacidade de fazer mais com menos dinheiro. Em síntese - princípios e um projecto.

O secretário-geral do PCP realçou ainda que estas eleições se desenvolvem num quadro diferente, em que, face ao descontentamento do eleitorado com a gestão PS, se afirma uma proposta de verdadeira mudança. E comentou - "ninguém gosta de ver o seu voto usado" para o prosseguimento de políticas contra as quais votou.

Na apresentação do projecto CDU para Sintra - de que as "estratégias integradas de desenvolvimento" deverão ser divulgadas em Maio - Lino Paulo referiu, como grandes ideias, as **bandeiras** porque a CDU se bate: *um Concelho de qualidade*, "qualificado urbanisticamente, com infra-estrutu-

Lino Paulo



Lino Paulo

Lino Paulo, 48 anos, é natural de Sintra e técnico superior da Administração Local. Foi dirigente académico. Fez parte da Comissão Distrital de Lisboa da CDE, em 1968. É militante do PCP desde 1974, sendo membro da Direcção da Organização Regional de Lisboa e do Grupo de Trabalho, junto do Comité Central, para o Poder Local.

Foi deputado em 1983-84, tendo integrado a Comissão Parlamentar do Equipamento Social.

Integra a Vereação do município de Sintra, desde Maio de 1974.

Entre 1986 e 1989, definiu as políticas de recuperação dos bairros clandestinos e iniciou os processos de legalização e obras de recuperação. Desde 1994 tem, de novo, este pelouro, prosseguindo agora o trabalho então iniciado.



Sessão pública de divulgação da candidatura

ras, equipamentos e serviços equiparáveis aos de maior desenvolvimento metropolitano"; *um Concelho saudável*, bem servido por equipamentos de saúde e respeitador do ambiente; *um Concelho competitivo*, com boas acessibilidades e equipamentos estratégicos; *um Concelho de riqueza*, "onde o trabalho e o emprego cresçam. Onde as novas tecnologias se

instalem: Onde a formação profissional e a educação tenham primazia"; *um Concelho jovem*, para o qual a CDU elegerá um candidato jovem"; *um Concelho seguro e solidário*; *uma Câmara aberta às populações*, "funcional e transparente, célere na resolução dos problemas, aberta à participação e capaz de construir em quantidade e qualidade".

CDU apresenta candidatos

A apresentação pública de cabeças de lista da CDU prossegue por todo o país - quer no quadro de continuidade do trabalho desenvolvido em autarquias em que a CDU é maioritária, quer afirmando-se como alternativa política.

Almada

Realizou-se no passado sábado, dia 22, a apresentação pública da cabeça de lista da CDU no Concelho de Almada às próximas eleições autárquicas - Maria Emília Neto de Sousa.

A apresentação da candidatura decorreu num jantar no Monte da Caparica, em que participaram cerca de 700 pessoas, representando as mais variadas realidades económicas, sociais e culturais de Almada.

Manuela Pinto Ângelo, membro do CC do PCP e da Direcção da Organização Regional de Setúbal, realçou a importância da recandidatura da actual presidente da Câmara, como coordenadora do notável trabalho desenvolvido pelos eleitos CDU.

Francisco Lopes, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, sublinhou a necessidade de continuidade de um trabalho autárquico capaz de "projectar e construir a Almada do virar do século, do século XXI".

Em breve intervenção, Maria Emília de Sousa evidenciou a dimensão da obra da CDU no Concelho, que permite afirmar que "Almada tem vida própria". Uma obra que "tem feito de Almada uma terra com resposta às modernas necessidades sociais, com escolas e ofertas educativas, com amplas e diversificadas ofertas culturais, com modernas e diversas oportunidades de prática desportiva, com serviços, com centralidade, com qualidade de vida".

No final, foi lida uma mensagem de apoio do investigador e cientista Eurico da Fonseca.

Ponte de Sor

Cerca de duas centenas de pessoas participaram, no passado domingo, na apresentação pública do candidato da CDU à Câmara Municipal de Ponte de Sor, Jorge Rebeca.

Jorge Rebeca, 38 anos, psicólogo, é actualmente vereador da Câmara Municipal de Évora, onde se tem ocupado de diferentes áreas de intervenção autárquica, como urbanismo e planeamento, circulação, trânsito e transportes, educação e intervenção social, entre outras.

Na apresentação da candidatura, Jorge Rebeca sublinhou a sua intenção de manter uma atitude de diálogo sério e efectivo na procura de melhores soluções para os diversos problemas do Con-

celho, afirmando - "o que fazer, queremos fazê-lo com todos, com a colaboração e a participação de todos".

A sessão foi encerrada por Luís Sá, membro da Comissão Política e do Comité Central do PCP, que valorizou a obra desenvolvida pelos municípios da CDU, através de uma gestão democrática transparente e com a participação interessada das populações.

M^a Emília Sousa

Ramiro Beja



Frederico Neves



Viriato Amaral

Santiago do Cacém

Com a presença de mais de cem pessoas, realizou-se, no passado dia 19, a apresentação pública do candidato da CDU para a Câmara Municipal de Santiago do Cacém - Ramiro Beja, 51 anos, motorista, actual presidente da Câmara.

A iniciativa contou com a presença de Jorge Pires e Luís Sá, membros da Comissão Política e do CC do PCP.

Na sua intervenção, Ramiro Beja fez referência ao trabalho desenvolvido nestes últimos anos pelos eleitos da CDU, nomeadamente a Biblioteca Municipal, a Piscina Municipal, como obra a concretizar, os mais de mil e setecentos lotes cedidos para habitação própria, a implementação da indústria ligeira.

Luís Sá fez uma curta declaração onde realçou o papel e atitude dos eleitos CDU, a sua forma de trabalhar em contacto estreito com as populações.

Paredes

Decorreu no passado dia 24 a apresentação da candidatura da CDU à Câmara Municipal de Paredes.

O cabeça de lista é Cristiano Manuel Soares Ribeiro, 40 anos, natural de Rio Tinto, médico assistente graduado de clínica geral a exercer na Unidade de Saúde de Sobreira (Centro de Saúde de Paredes). Quando estudante, na Faculdade de Medicina do Porto, foi militante da UEC (União dos Estudantes Comunistas). Foi candidato da CDU à Assembleia da República nas legislativas de 1995, pelo círculo do Porto. É membro do Executivo da Comissão Concelhia de Paredes do PCP.

Na apresentação da candidatura - que nomeadamente contou com a presença de Emídio Ribeiro, da Comissão Política do CC do PCP - Cristiano Ribeiro apelou "à construção de uma alternativa à situação actual de gestão camarária" e sublinhou que, actualmente "há um largo espaço, onde vivem, pensam e actuam paredenses que querem dizer não à subordinação dos interesses comuns a lógicas empresariais particulares e à instabilidade de actuação autárquica, que querem dizer não a propagandas baratas que não escondem a realidade, que querem dizer não ao esbanjamento de recursos públicos (nacionais e comunitários) canalizados para o concelho".

Vila Real

A CDU de Vila Real tornou público - após reunião plenária realizada no passado dia 15 - a aprovação, como cabeças de lista à Câmara e à Assembleia Municipal, dos candidatos Frederico Neves e Manuel Sampaio.

O candidato à presidência da Câmara Municipal é Frederico Miguel Fernandes Amaral Neves, 47 anos, médico oftalmologista. Participou nas lutas estudantis de 1969/70 e foi membro da União dos Estudantes Comunistas de 1974 a 1976. É militante do PCP desde 1976, membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Vila Real, coordenador da Comissão Concelhia e membro da Comissão Nacional para as Questões de Saúde, junto do CC do PCP. Foi eleito para a Assembleia Municipal de Vila Real de 1976 a 1979 e é deputado municipal eleito pela CDU desde 1993.

O candidato à Assembleia Municipal, Manuel Ferreira Sampaio, 49 anos, bancário, foi membro da Comissão Nacional de Trabalhadores do Crédito Predial Português e delegado sindical do Sindicato dos Bancários do Norte. Foi membro da Assembleia Municipal de Vila Real entre 1985 e 1993. É militante do PCP desde 1974 e pertence ao Executivo da Comissão Concelhia de Vila Real.

O candidato à Assembleia Municipal, Manuel Ferreira Sampaio, 49 anos, bancário, foi membro da Comissão Nacional de Trabalhadores do Crédito Predial Português e delegado sindical do Sindicato dos Bancários do Norte. Foi membro da Assembleia Municipal de Vila Real entre 1985 e 1993. É militante do PCP desde 1974 e pertence ao Executivo da Comissão Concelhia de Vila Real.

Coruche

Manuel Brandão, de 46 anos, técnico de Animação Cultural, membro da Direcção Regional de Santarém do PCP e presidente da Câmara Municipal de Coruche, eleito em 1989, é de novo cabeça de lista da CDU para as próximas eleições autárquicas.

O anúncio foi feito no decorrer de uma sessão pública realizada em Coruche, na passada sexta-feira, em que estiveram presentes dezenas de apoiantes, entre os quais muitos independentes e representantes de associações e colectividades do concelho.

Braga

Viriato Amaral, de 49 anos de idade, funcionário da Segurança Social, membro da Direcção da Organização Regional de Braga do PCP, é o candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal.

No último «Avante!», publicámos apenas a foto do primeiro candidato da CDU à Assembleia Municipal.

NACIONAL

Álvaro Cunhal em Bragança e no Porto



Setúbal CDU Debate

CDU Debate é um conjunto de iniciativas, diversificadas e descentralizadas, a realizar no distrito de Setúbal até finais de Maio.

Este conjunto de iniciativas terá como lema - **Participação, Desenvolvimento e Qualidade de Vida. Provas dadas - um Projecto para o século XXI** - e deverá assentar no debate, reflexão, contacto, auscultação, recolha de opiniões e sugestões, podendo integrar convívios, iniciativas culturais, desportivas e lúdicas.

Estão já agendadas mais de 100 iniciativas - 4 de carácter distrital e as restantes de carácter local - entra as quais 31 debates temáticos, 12 encontros concelhios da CDU, 27 iniciativas de prestação de contas, debate e balanço sobre trabalho realizado pelos eleitos CDU nas autarquias e 7 iniciativas de convívio e lazer, algumas particularmente dirigidas a jovens.

CDU Debate será acompanhado por um conjunto de materiais de suporte que irão sendo divulgados e contará com a participação de especialistas, de eleitos, de quadros partidários e de grupos de cidadãos independentes.

Na apresentação pública desta iniciativa, em Encontro com jornalistas que decorreu a semana passada, Jorge Pires, membro da Comissão Política do CC do PCP, sublinhou os objectivos do projecto agora lançado.

"O que se pretende - afirmou - é uma reflexão séria envolvendo a população do Distrito, sobre problemas que têm a ver com a vida do dia-a-

-dia das pessoas e do Distrito, tais como o desenvolvimento económico, social e cultural, a segurança das populações, a integração social como factor de desenvolvimento e qualidade de vida, os problemas do narcotráfico e da toxicoddependência, a democracia participada, a participação da juventude no desenvolvimento social, as questões da saúde, do ambiente, da educação e muitas outras".

Jorge Pires referiu ainda "a base de partida" desta iniciativa, que é "a nossa experiência acumulada ao longo de mais de 20 anos de Poder Local Democrático", e que no caso do distrito de Setúbal se traduz num facto particularmente significativo - "dos melhores índices de sucesso escolar e dos mais baixos de mortalidade infantil".

Na sequência deste encontro com a imprensa, realizou-se um almoço-debate com empresários do distrito de Setúbal, que reuniu cerca de 120 pessoas.

Presidido por Carlos Sousa, presidente da Câmara de Palmela, o debate arrancou com uma intervenção inicial de Miguel Boieiro, presidente da Câmara de Alcochete e da Associação de Municípios do distrito de Setúbal.

Após intervenções de representantes de diversas associações empresariais, o debate encerrou com uma intervenção de Joaquim Matias, deputado do PCP, que pôs a tónica nas questões da regionalização e necessidade de um maior incremento do associativismo e cooperação, de que as autarquias locais podem ser um pólo aglutinador.

"As componentes do valor estético e seu valor na sociedade" foi tema de uma conferência/debate com Álvaro Cunhal, realizada em Bragança, no Auditório Central da Escola Superior Agrária, no campus universitário do Instituto Superior Politécnico de Bragança (IPB).

Mais de 400 pessoas, na sua grande maioria professores e alu-

nos da instituição, participaram na iniciativa, presidida pelo presidente do IPB, Dionísio Gonçalves.

Álvaro Cunhal abriu o debate, seguindo-se um vivo debate que se prolongou pela noite dentro.

No Porto, na Cooperativa Artística Árvore, uma sala transbordante de gente acolheu, na sexta-feira passada, Álvaro Cunhal, para um debate sobre

"Arte - valor social, valor humano". Na mesa, o pintor José Rodrigues e o arquitecto Alcino Soutinho, da direcção da Árvore e, na assistência, diversificada, várias figuras ligadas à vida cultural da cidade, designadamente artistas plásticos e críticos de arte.

Durante cerca de duas horas, Álvaro Cunhal prendeu a atenção e suscitou o debate e a refle-

xão dos presentes, não apenas expondo, em linguagem clara, os seus conceitos acerca de arte, da liberdade e criatividade, de estética, da forma, mas ainda descrevendo, com expressividade e emoção, obras de arte, mais ou menos conhecidas, tanto do campo das artes plásticas como da música, da arquitectura ou da literatura.



Álvaro Cunhal, em debates sobre o valor estético, social e humano da arte, no Porto e em Bragança



Rómulo/Gedeão Homenagem ao poeta e ao pedagogo

Os miúdos da Escola Secundária Pedro Nunes acompanharam o funeral de Rómulo de Carvalho, até ao cemitério dos Prazeres, após lhe terem lançado pétalas sobre a urna. Esta talvez a mais significativa homenagem ao poeta, professor, pedagogo, divulgador da ciência, ao humanista. Uma escola onde Gedeão continuará a ser lido, e onde talvez seja possível manter abertas as janelas do quarto do poeta, por onde entram "todos os risos e choros, todas as fomes e sedes".

Rómulo de Carvalho/António Gedeão nasceu em 24 de Novembro de 1906, em Lisboa.

Em 1931, licenciou-se em físico-químicas pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Faz o exame para o magistério liceal em 1934, passando a desenvolver a sua actividade como professor de liceu e pedagogo, em particular no Liceu Pedro Nunes, de onde saiu depois do 25 de Abril, ao completar quatro décadas de ensino.

Destaca-se na produção de livros de divulgação científica, como a "História do Telefone", "História dos Balões", "História do Ensino em Portugal", "Astronomia em Portugal no Século XVIII".

Em 1956, publica o seu primeiro livro de poesia, "Movimento Perpétuo", sendo particularmente conhecidos os poemas que deram a letra a baladas de intervenção, como a "Pedra filosofal" ou "Lágrima de preta".

Ultimamente, Rómulo de Carvalho trabalhava numa expedição ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira, enviado no século XVIII para recolher material etnográfico.

Em 24 de Novembro passado, quando dos seus 90 anos, foi alvo de homenagem nacional. A data do seu aniversário - por proposta do ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago - foi consagrada como Dia da Cultura Científica em Portugal.

Verdes reúnem em Lisboa

"A rejeição dos Projectos de Lei sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez, o primeiro da autoria do PCP, o outro da JS, constitui uma recusa em contribuir para a resolução de um dos maiores problemas de saúde pública que as mulheres enfrentam, em Portugal" - esta a primeira das Conclusões do Conselho Nacional de "Os Verdes", reunido o passado fim-de-semana em Lisboa.

Considerando como vergonhosa a recusa do PS "em resolver um problema gravíssimo do qual muitas mulheres portuguesas são vítimas", "Os Verdes"

que "estão a descredibilizar todo o processo de revisão constitucional e a procurar formas de engenharia eleitoral que permitam a bipolarização da vida política portuguesa".

O documento de "Os Verdes" refere a importância de uma rápida aprovação do projecto de lei que apresentou para **credibilização do regime de Avaliação do Impacte Ambiental**, manifesta a sua preocupação pela "utilização de produtos agrícolas geneticamente manipulados" e denuncia o anúncio do encerramento da **lixreira de Trajouce** e da construção de um



"Os Verdes" defenderam na AR o Projecto de Lei sobre a IVG apresentado pelo PCP

Pesar e solidariedade

Um brutal acidente de viação vitimou há dias João Ricardo Nobre Pires, de doze anos de idade, filho de Jorge Pires, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido. Do acidente resultaram ainda graves ferimentos na mãe, Maria Angelina Nobre, que se encontra hospitalizada.

O funeral de João Pires, realizado na passada terça-feira no Barreiro, constituiu uma impressionante manifestação de pesar e de solidariedade, reunindo amigos da criança e da família e numerosos camaradas - nomeadamente dirigentes destacados do Partido e membros da DORS.

O Secretariado do Comité Central do PCP manifestou a sua amizade e solidariedade a Jorge Pires, neste momento doloroso. A Redacção do «Avante!» associou-se também ao pesar e amizade manifestados ao nosso camarada.



Visita à Zona Oriental

Realizou-se, no passado dia 15 de Fevereiro, uma visita de eleitos e activistas do PCP nas autarquias à Zona Oriental de Lisboa. Esta visita contou com a presença de António Abreu, vereador dos pelouros da Educação e Juventude na Câmara Municipal de Lisboa e membro do CC do PCP, e João Amaral, presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, deputado na Assembleia da República e membro do CC do PCP.

perguntam o que irá o PS agora fazer: "Meter na prisão as mulheres que praticam o aborto clandestino? (...) Continuar a conviver passivamente em relação aos meninos não desejados, abandonados na rua, maltratados, com fome, sem futuro, e esperar que cresçam, se tornem marginais para depois os meterem na prisão?"

O documento dos ecologistas repudia "a forma que o processo de revisão constitucional está a tomar", pois "a Lei fundamental do país está a ser debatida apenas entre PS e PSD", partidos

aterro sanitário "numa altura em que a substituição da lixeira por um aterro se encontra ainda em base de estudo"

Reafirmando a sua **participação activa na CDU**, o documento de "Os Verdes" conclui desejando que, durante este **Ano Europeu Contra o Racismo**, "se promovam de facto acções consequentes e determinantes contra a discriminação em razão do racismo, da xenofobia e de todas as formas de intolerância, o que continua a constituir uma das maiores vergonhas do nosso século".

OVAR Água com falta de qualidade

Notícias sobre a falta de qualidade da água que abastece o concelho de Ovar e a contaminação dos poços da zona do Torrão de Lameiro levaram a uma tomada de posição da Comissão Concelhia de Ovar do PCP que, preocupada, diz que as mesmas evidenciam a debilidade das infra-estruturas básicas e a insuficiência da rede de água e esgotos que serve a população. As entidades responsáveis não tomaram até ao momento qualquer diligência nem responderam às dúvidas das populações, sendo elucidativas as declarações do responsável pelos Serviços de Saneamento da Câmara à RTP1, no sentido de fazer depender os investimentos da sua rentabilidade. Isto, quando tanto se fala em «impulsionar a vertente turística» do concelho.

Para os comunistas, estas notícias vêm comprovar dados «nada abonatórios» sobre Ovar - que na classificação ambiental dos Municípios da revista *Forum Ambiente* do corrente mês, surge no 227º lugar de 256 concelhos -, mostrando, por outro lado, a falência das gestões autárquicas do PSD e agora do PS. A Concelhia de Ovar do PCP defende a urgente implementação das prometidas medidas de despoluição da Ria de Aveiro e a extensão da rede de abastecimento de água ao Torrão do Lameiro como «único meio de corresponder às necessidades dos moradores e comerciantes».

ALMODÔVAR Um esclarecimento

No sentido de obviar a «confusões» estabelecidas com a aventada possibilidade de apresentação de candidaturas de Grupos de Cidadãos Eleitores - que decorrendo da revisão constitucional, nada indica que venha a ser aplicada nas próximas eleições -, a Comissão Concelhia de Almodôvar do PCP esclarece que «só poderão apresentar candidaturas às Câmaras e Assembleias Municipais (não se alterando o quadro) os partidos políticos ou coligações entre partidos».

Assim, em comunicado à população, o PCP afirma que «acordos entre pessoas de diferentes partidos só contribuem para espalhar a confusão e criar expectativas irrealistas». Tendo a vida mostrado que o PSD, o PP e o PS, «pela sua prática política, não são de confiança» e que a CDU, pelo contrário, é «portadora de uma política alternativa», consideram os comunistas ser necessário trabalhar «no âmbito da CDU», para a criação de «uma ampla frente unitária que constitua uma alternativa à ruínoza gestão do PS». Para tanto, apela à participação de todos os almodovarenses «descontentes com a actual gestão» e «dispostos a trabalhar para a resolução dos problemas da sua terra».

ÉVORA Delegação visita Hospital

Uma delegação constituída pelo deputado Lino de Carvalho e pelos membros da Direcção da Organização Regional de Évora Diamantino Dias e António Valente, visitou no passado dia 17 o Hospital do Espírito Santo, onde reuniu com o Conselho de Administração.

Após questionar a Administração do Hospital sobre as dificuldades de funcionamento desta unidade e perspectivas de conclusão do Hospital do Patrocínio e integração do H.E.S., o PCP viu reforçadas as suas preocupações, malgrado a qualidade e o empenhamento dos profissionais que aí trabalham.

A ausência de um plano de articulação com os Centros de Saúde, as listas de espera para algumas consultas, os atrasos na marcação de exames clínicos, a falta de espaço são factores que, na opinião da DOREV, contribuem para a degradação das condições de trabalho no Hospital, razão por que o Grupo Parlamentar do PCP vai requerer na AR uma audição na Comissão de Saúde com a presença da ministra.

GUARDA Muita promessa, pouca obra

No Plano de Trabalho aprovado no passado dia 16, com vista às eleições autárquicas, a Direcção da Organização Regional da Guarda do PCP propõe-se concorrer no âmbito da CDU às 14 Câmaras e Assembleias Municipais do distrito. Como objectivos eleitorais a DORG coloca o reforço do número de votos e de eleitos nas Assembleias Municipais e de Freguesia e trabalhar para eleger vereadores nos concelhos de Seia, Gouveia, Guarda e Manteigas.

Em causa está poder a CDU «modificar e inverter» uma gestão municipal caracterizada por obras eleitoralistas, falta de planificação e execução de obras estruturais, falta de transparência nos concursos públicos, orçamentos e planos de actividade «empolados e irrealistas».

Sobre a situação política e social, os comunistas exigem medidas urgentes para atacar os problemas do sector Têxtil e criticam o secretário de Estado Pina Moura que sempre que vem ao distrito «declara trazer soluções» mas «parte sempre sem deixar qualquer medida concreta e séria».

Pôr no terreno a Operação Integrada de Desenvolvimento (OID) é uma medida que, a par de outras complementares, o PCP defende para fazer face às situações da TLC, Estevão Ubach e FISEL, ao mesmo tempo que denuncia a «descarada» utilização do cargo pelo secretário de Estado A. J. Seguro quando, em Gouveia, na Feira do Queijo, apelou ao voto no actual Presidente da Câmara do PS.

Campanha Nacional de Fundos testemunha transparência

Na sua última reunião plenária, o Comité Central do PCP decidiu lançar uma Campanha Nacional de Fundos de 200 mil contos, a decorrer entre 1 de Março e 31 de Dezembro, para custear as despesas inerentes à preparação das eleições para as Autarquias, a realizar em Dezembro próximo.

Um cartaz, uma carta/apelo, cupões de diversos valores e listas de fundos são alguns dos materiais que completam uma campanha cujos resultados dependerão, fundamentalmente, da criatividade e iniciativas próprias das organizações locais.

Na carta/apelo, que no decurso da Campanha de Fundos as várias organizações irão enviar a camaradas e amigos, é salientada a importância do reforço da votação e do aumento do número de eleitos do PCP e da CDU na defesa «do Poder Local democrático», «dos interesses locais das populações, do seu bem-estar e qualidade de vida», assim como de «um novo rumo para Portugal».

Um destacável - onde consta o número de conta da Campanha: nº 0680 / 002022431 na Caixa Geral de Depósitos -, permite aos destinatários da carta contribuir para a campanha e optar pela forma de contribuição que mais lhes convier.

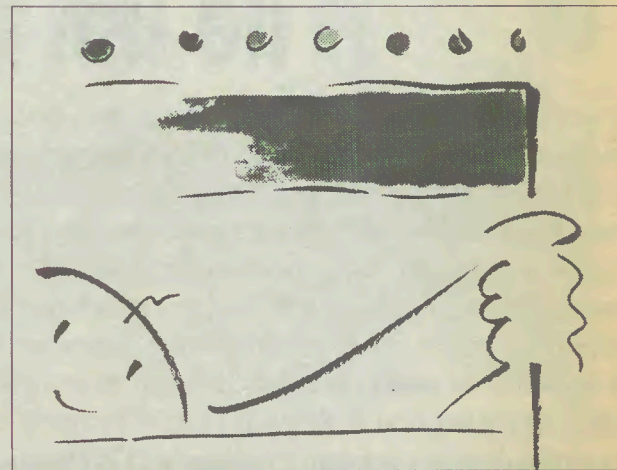
Para além desta carta/apelo, circularão listas de recolha de fundos nos locais de trabalho, de residência ou de convívio, existindo ainda à venda cupões no valor de 500, 1.000, 5.000, 10.000 e 50.000\$00.

Um cartaz, onde de um fundo vermelho se destaca a palavra de ordem «Dar mais força à CDU», promove a Campanha nos Centros de Trabalho do Partido e em alguns locais seleccionados pelas organizações.

Entretanto, serão certamente as iniciativas levadas a cabo pelas organizações por ocasião da passagem de mais um aniversário do PCP, as primeiras a lançar uma campanha que se prevê muito ampla e participada.

O sucesso de experiências anteriores, designadamente da campanha dos 150 mil contos - cuja meta em 1995 foi ultrapassada -, o facto de se tratar de uma campanha descentralizada, em que os fundos conseguidos reverterão quase inteiramente a favor das organizações e para cobrir as respectivas despesas, são factores de confiança no que diz respeito ao arranque e desenvolvimento desta iniciativa.

Contribuir para esta Campanha Nacional é, aliás, uma forma de manifestar apoio à CDU, dizem os seus responsáveis. Por outro lado, a campanha



Campanha nacional de fundos
200 mil contos para o Partido

**Dar mais força
à CDU**
nas eleições autárquicas

PCP

nha testemunha bem o modo transparente, responsável e diferente como o PCP prepara a recolha dos meios indispensáveis à sua actividade política. Um procedimento ímpar na cena política portuguesa.

A reunião nacional dos responsáveis de fundos das várias organizações - que funcionará

em termos práticos como comissão de acompanhamento da Campanha - debateu na semana passada a preparação e organização do arranque da campanha, concluindo pela justiça do objectivo proposto e a viabilidade de as várias organizações atingirem as metas que estabelecidas.

Encontro Nacional dos Correios PCP contra desregulamentação

Realizou-se no passado sábado, em Lisboa, o Encontro Nacional dos Comunistas dos Correios, que contou com a presença de cerca de seis dezenas de participantes vindos dos diversos distritos do País.

No debate, em que usaram a palavra mais de 30 militantes e alguns convidados, analisou-se a situação que se vive no sector postal a nível nacional e internacional, prestando-se particular atenção à liberalização e às suas consequências nas condições de trabalho, nos direitos dos trabalhadores e no serviço postal.

Neste quadro, concluiu-se pela necessidade de dar continuidade à luta pelo emprego, contra a redução dos postos de trabalho nos C.T.T., pela qualidade do emprego, contra os recibos verdes, contra a desre-

gulamentação dos horários, a sobrecarga de trabalho extraordinário. Da discussão havida saiu ainda a vontade expressa de rejeição da desregulamentação das carreiras e das funções e da redução dos benefícios sociais.

A suportar e impulsionar a onda liberalizadora que actualmente se verifica no sector está, na apreciação feita pelo Encontro, o facto de o Governo PS/Guterres, na continuidade das políticas dos governos anteriores do PSD, querer impor ao país uma marcha forçada para a Moeda Única. Com esta política - que apenas reflecte a opinião e os interesses das grandes multinacionais -, o Governo está também a facilitar a instalação de serviços postais por empresas sem empregados fixos, sem

direitos e até mesmo, nalguns casos, sem equipamentos.

A par do debate em torno dos problemas dos trabalhadores do sector, e da função social que este desempenha para a população portuguesa, foi aprofundada a discussão sobre o reforço da organização do Partido e da intervenção dos comunistas nas ORT's, tendo-se concluído pela necessidade de se proceder a um levantamento mais actualizado dos militantes, pela necessidade de reforçar o funcionamento das células e o recrutamento de novos militantes. Factores que o Encontro considerou fundamentais para responder aos interesses dos trabalhadores - numa organizada e esclarecida informação das posições do Partido - e simultaneamente articular com os camaradas eleitos nos organismos representativos dos trabalhadores (ORT's) as melhores posições para o reforço da unidade dos trabalhadores em defesa dos seus interesses.

CAMARADAS FALECIDOS

Francisco Felgueiras Rodrigues

Faleceu no passado dia 22 de Fevereiro, vítima de acidente de viação, o camarada Francisco Felgueiras Rodrigues, de 50 anos de idade, natural de Barcelos.

Residente há mais de duas décadas no Alentejo, logo após o 25 de Abril desempenhou funções de adjunto do Governador Civil de Beja. Trabalhou no Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e, entre 1976 e 1983, durante dois mandatos sucessivos, foi presidente da Câmara Municipal de Cuba. Entre 1983 e 1985 foi presidente da Câmara Municipal de Ourique, tendo mais tarde desempenhado funções de administrador-delegado da Associação de Municípios do distrito de Beja. Em 1994 foi eleito presidente da Região de Turismo da Planície Dourada cargo que manteve até à data do seu falecimento. Era membro da Direcção da Organização Regional do PCP de Beja.

Maria Filomena Ornelas

Com 47 anos de idade, faleceu no passado dia 8 de Fevereiro a camarada Maria Filomena Ornelas.

Membro do Partido desde 1976, a camarada era natural do Funchal.

Manuel Ferreira

Faleceu no passado dia 20 de Fevereiro, com 89 anos, o camarada Manuel Ferreira, natural de Serra da Vila, concelho de Torres Vedras. Reformado da Função Pública, era um democrata prestigiado que teve em vida - desde há cinco anos e vontade dos seus conterrâneos - o raro privilégio de ver o seu nome atribuído à rua onde morava.

João Encarnação Silva

Faleceu recentemente, com 51 anos de idade, o camarada João Encarnação Silva. O camarada estava organizado na freguesia dos Prazeres, onde desempenhava várias tarefas.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

IV Assembleia dos comunistas de Évora

Uma grande assembleia de um grande Partido

O ambiente era de entusiasmo e festa. No último sábado, com o Palácio D. Manuel a rebrilhar pelas costuras, ritmada e em uníssono, uma palavra de ordem - "assim se vê a força do PCP" - reflectia a atmosfera que se vivera ao longo do dia. Pouco passava das 17.30 horas. Momentos antes, Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, concluiu a sua intervenção, expressando plena confiança no futuro do Alentejo e num PCP "mais ligado aos trabalhadores, mais forte e interveniente". Bandeiras vermelhas, muitas, erguidas sobretudo por punhos jovens, davam uma nota colorida à sobriedade do amplo salão. Para trás ficavam os trabalhos da IV Assembleia da Organização Regional de Évora do PCP. No horizonte, estavam já os novos desafios e as tarefas do futuro próximo. "Reforçar o PCP, dinamizar a luta, vencer as eleições", como afirmava o próprio lema desta reunião magna dos comunistas do distrito de Évora.

Estes foram aliás os grandes objectivos que dominaram a atenção da Assembleia, enquadrando as intervenções dos 30 oradores que subiram à tribuna para abordar questões as mais diversas, desde os problemas juvenis aos direitos dos trabalhadores, passando pelo poder local ou pelos movimentos sociais, até à recessão económica, à política cultural e à acção do PCP.

E a principal conclusão que se pode tirar da forma como decorreram os trabalhos da Assembleia, a avaliar pelo nível e profundidade das intervenções que passaram a pente fino as múltiplas frentes em que se desenvolve a acção do PCP, é a de que

existem todas as condições para garantir o seu reforço e rejuvenescimento, como bem demonstrou a própria eleição do organismo de direcção regional, renovado e com uma maior capacidade operacional.

Esta foi, de resto, uma ideia central saída da Assembleia, que estabeleceu simultaneamente como prioridade a preparação da próxima batalha autárquica e o reforço da capacidade de intervenção e iniciativa das organizações do Partido em torno dos problemas concretos da região.

O camarada Raimundo Cabral, membro do CC e responsável pela Organização Regional de Évora, dedicaria também especial aten-

ção a estas questões no seu discurso de abertura, sublinhando a propósito que os objectivos de reforço do Partido e a intensificação da luta dos trabalhadores e das populações são indissociáveis do resultado da próximas eleições autárquicas.

"Definimos a luta como uma das direcções principais da nossa acção partidária - esclareceu o dirigente comunista - porque consideramos que só com a luta dos trabalhadores, dos vários sectores sociais e das populações é possível impedir a política de direita e encontrar uma alternativa democrática e de esquerda para a região".

Particularmente verberado por Raimundo Cabral foi ainda o facto de passados 18 meses de Governo PS - pese embora tenham "mudado as caras dos ministros e dos secretários de Estado que visitam o distrito", bem como dos «figurantes» no governo civil, na CCRA e em outros serviços governamentais na região", observou -, continuarem a ser aplicadas as mesmas políticas do PSD, acentuando-se a crise, com a destruição do aparelho produtivo e abandono das terras produtivas, hoje, disse, "transformadas em reservas de caça cercadas por arame farpado".

Um retrato mais desenvolvido da crise actual foi ainda traçado por Raimundo Cabral ao recordar, entre outros aspectos, os cerca de 12 mil desempregados (16 por cento da população activa) existentes no distrito, bem como, noutra plano, a ausência de "uma política de investimento público na região que dinamize a aproveite as potencialidades", inércia esta que é final responsável pelo acentuar dos desequilíbrios regionais e pelo adiamento de importantes projectos como é o caso, por exemplo, da barragem dos Minutos.

É, pois, neste contexto, segundo Raimundo Cabral, que ganha redobrada importância o papel do PCP - "o único Partido que assume uma oposição clara à política da direita e que se apresenta como uma alternativa de esquerda", salientou -, não apenas enquanto "dinamizador da organização, da unidade e da luta dos trabalhadores e das massas populares", mas também no plano autárquico onde no quadro da CDU apresenta uma obra ímpar e um "trabalho valioso em benefício das populações e da região".

Desta mesma realidade fala, aliás, desenvolvidamente, a Resolução Política que mereceu a aprovação unânime dos 172 delegados presentes, texto que viria ao longo do dia a ser enriquecido com as 20 propostas (de

IV ASSEMBLEIA REGIONAL



um total de 21) de alteração que foram apresentadas à comissão de redacção e por esta aceites.

No decorrer dos trabalhos, a que assistiram ainda cerca de centena e meia de convidados, foi igualmente aprovada por unanimidade a nova direcção da organização regional (ver caixa), de que fazem parte 24 camaradas.



Os delegados aprovaram por unanimidade a nova Direcção da Organização Regional

Uma direcção dinâmica e operativa

Eleita por unanimidade, a nova direcção regional é composta por 24 camaradas, quatro dos quais são mulheres, pertencendo dois à direcção distrital da JCP. A média de idades situa-se nos 45 anos e, em termos de composição social, 50 por cento são operários, 16,7 por cento são empregados, correspondendo os restantes 33,3 por cento a intelectuais e quadros técnicos.

Na elaboração da proposta da nova direcção regional esteve presente a necessidade de todos os seus membros assumirem tarefas e responderem por elas, havendo igualmente a preocupação de a tornar um órgão dinâmico e com uma capacidade operacional capaz de responder às principais preocupações e direcções de trabalho que se colocam aos comunistas de Évora.

São os seguintes os camaradas que integram a Direcção da Organização Regional de Évora: **Abílio Fernandes** (economista), **Alexandre Rodrigues** (empregado), **Ana Balão** (socióloga), **André Espenica** (arquitecto), **António Foito** (operário), **António Gervásio** (operário), **António Valente** (empregado), **Armando Oliveira** (empregado), **Diamantino Dias** (operário), **Domingos Pisco** (operário), **Eulália Miranda** (operária), **João Pausinho** (estudante), **Joaquim Emerenciano** (operário), **Joaquim Miguel** (operário), **Joaquim Serra** (professor), **Jorge Pinto** (economista), **José Filipe** (operário), **José Sinogas** (operário), **Lino de Carvalho** (técnico de contactos), **Margarida Godinho** (economista), **Maria do Céu Figueiredo** (professora), **Raimundo Cabral** (operário), **Rogério Arraiolos** (operário), **Vitor Reis** (operário)

Comunicado da Comissão Política do PCP sobre o aborto

Novos passos para uma legislação justa

No passado dia 21, na sequência do debate parlamentar sobre o aborto, a Comissão Política do CC do PCP divulgou publicamente a sua posição sobre esta matéria, emitindo uma nota onde sublinha que a rejeição dos projectos que previam a legalização da interrupção voluntária da gravidez até 12 semanas constitui uma oportunidade perdida "para enfrentar com lucidez, coragem e sensibilidade social o flagelo do aborto clandestino".

É o seguinte o texto do comunicado da Comissão Política:

1. O PCP considera que, com a rejeição dos Projectos-Lei apresentados respectivamente pelo seu Grupo Parlamentar e por 54 deputados do PS por força da convergência na votação de uma dezena de deputados do PS com os deputados do PSD e do PP, perdeu-se lamentavelmente uma importante oportunidade para enfrentar com lucidez, coragem e sensibilidade social o flagelo do aborto clandestino.

2. O PCP realça entretanto o facto de o Projecto-Lei do PCP e de o Projecto-Lei subscrito por numerosos deputados do PS terem recolhido, de forma indiscutível, o maior apoio parlamentar de sempre a propostas de legalização da interrupção voluntária da gravidez até 12 semanas, a pedido da mulher e designadamente com fundamento em razões de ordem social e económica.

Com efeito, apesar das pressões exercidas sobre os deputados do PS, o Projecto-Lei do PCP recebeu 99 votos favoráveis e o projecto dos deputados do PS foi rejeitado apenas por um voto de diferença.

3. Apesar da rejeição dos projectos, o PCP salienta que quer o movimento de opinião gerado pelo debate público quer a votação parlamentar confirmam que se regista um enfraquecimento das posições conservadoras e retrógradas e que ideias justas e a defesa de soluções legislativas mais avançadas deram novos passos em frente na sociedade portuguesa.

4. Como é sabido, a rejeição daqueles projectos correspondeu à vontade publicamente manifestada pelo Primeiro-Ministro e Secretário-Geral do PS (bem como por outros membros do Governo e destacados dirigentes do PS). Mas a verdade é que o que assume maior significado e consequências políticas é a circunstância de a sua vontade se ter cumprido sobretudo graças aos votos dos deputados do PSD e do PP e com o seu clamoroso isolamento face ao grupo parlamentar do partido que dirige.

5. O PCP saúda todos os deputados que, votando favoravelmente os Projectos-Lei apresentados pelo Grupo Parlamentar do PCP e por deputados do PS, deram um valioso testemunho de consciência cívica e sensibilidade perante um agudo problema da sociedade portuguesa que não deixará de ter positivas projecções no futuro.

6. Valorizando as importantes contribuições oriundas de outras entidades e de outros quadrantes político-partidários, o PCP honra-se de, com a apresentação do seu Projecto-Lei em Junho de 1996, ter desencadeado o debate público e o processo parlamentar em torno da interrupção voluntária da gravidez que ontem se encerrou na Assembleia da República quanto à presente sessão legislativa.

É ainda de lembrar que o passo positivo, mas manifestamente limitado e insuficiente, que constituiu a aprovação do Projecto-Lei do deputado Strecht Monteiro é indissociável da iniciativa do PCP, uma vez que o conteúdo específico desse projecto seguia muito de perto soluções constantes do Projecto-Lei do PCP que lhe era anterior.

7. Pela diferença de um voto, uma frágil maioria parlamentar constituída pelos deputados do PSD e do PP e por alguns deputados do PS rejeitou projectos que, a terem sido aprovados, teriam representado um sério progresso legislativo na sociedade portuguesa e permitiriam uma gradual, mas indispensável, passagem do recurso ao aborto da esfera da clandestinidade, da insegurança e dos atentados à saúde das mulheres para a esfera da legalidade, do acompanhamento e da segurança médica.

Cada um assumirá as suas responsabilidades, sendo entretanto praticamente certo que os opositores dos referidos Projectos-Lei, como é costume, regressarão agora à sua tradicional, tranquila e cúmplice convivência com a realidade silenciosa do aborto clandestino e à sua clássica insensibilidade e desprezo pelos sofrimentos e dramas em que ele mergulha tantas e tantas mulheres portuguesas.

8. O PCP, pela sua parte, prosseguirá o seu activo combate contra retrógradas e aberrantes concepções de criminalização e culpabilização da mulher, pela adopção de medidas eficazes de generalização do planeamento familiar, da educação sexual e de apoio social à maternidade e à paternidade. E, mais cedo do que tarde, o PCP confrontará de novo as instituições democráticas com o incontornável imperativo de, com vista à progressiva erradicação do aborto clandestino, se adoptarem soluções legislativas que ponham termo à penalização da mulher pelo recurso ao aborto e criem um quadro legal que permita a quem o desejar a realização da interrupção voluntária da gravidez, em determinadas condições e prazos, em nome de uma maternidade consciente e responsável.



Debate vivo e participado

Iniciados em Dezembro último, os trabalhos preparatórios da IV Assembleia incluíram a realização de 64 plenários em que participaram mais de mil membros do Partido pertencentes aos organismos existentes nos 14 concelhos do distrito de Évora.

Nessas assembleias plenárias, onde foram discutidas as grandes linhas de intervenção política contidas

na Resolução Política agora aprovada, foram igualmente eleitos 160 delegados efectivos e 64 suplentes.

O delegado mais novo presente nos trabalhos da IV Assembleia tinha 16 anos e o mais idoso 76 anos. Realce merece ainda o facto de 8,1 por cento dos delegados pertencerem à JCP, sendo que 14,5 por cento dos presentes eram mulheres.



Os jovens marcaram forte presença no decorrer dos trabalhos

Reforçar o PCP Dinamizar a luta

Documento norteador das principais linhas de orientação e acção dos comunistas de Évora no futuro próximo, a **Resolução Política** aprovada por unanimidade pelos delegados à IV Assembleia estabelece claramente como um dos objectivos a atingir na próxima batalha eleitoral o reforço das posições do PCP e da CDU nos municípios e freguesias onde está em maioria, bem como a conquista de novas autarquias (particularmente o município de Vila Viçosa), o reforço de posições onde está em minoria e o aumento de votos e mandatos no âmbito distrital.

“Pelo prestígio conquistado, pela obra realizada, pelo respeito adquirido, pelos compromissos assumidos, pela experiência, dedicação e competência reconhecidas aos eleitos do PCP e da CDU”, os comunistas do distrito de Évora partem com confiança para a próxima batalha autárquica, afirma-se no documento onde esta temática ocupa um lugar de especial relevo.

As eleições autárquicas e os objectivos do PCP

constituem aliás um dos quatro capítulos (mais exactamente o terceiro) em que se divide a Resolução Política, intitulada “reforçar o PCP, dinamizar a luta, vencer as eleições”.

Depois de uma nota introdutória, situando este evento no quadro emergente das conclusões do XV Congresso do Partido e no actual contexto político e social, a Resolução dedica num primeiro ponto a sua atenção à **situação económica e social do distrito de Évora**, após o que são circunstanciadamente analisadas as **propostas do PCP para o distrito**, designadamente no plano do desenvolvimento regional e do reforço do poder local e da regionalização. Um **Partido mais forte**, assim é denominado o capítulo que encerra as 17 páginas da Resolução, tema onde são desenvolvidos, entre outros aspectos, o trabalho de direcção, a intervenção dos comunistas nas organizações de massas, os efectivos do Partido, a área financeira, a imprensa partidária e a luta ideológica.

Carlos Carvalhas

O Alentejo tem futuro

(...)

Como se apontou na resolução política, no Alentejo e no plano agrícola é hoje uma evidência que a reconstituição das grandes extensões latifundiárias com os seus sistemas agrícolas extensivos e absentistas, e que a reforma da Política Agrícola Comum veio estimular, tem contribuído, de forma decisiva, para a estagnação da actividade económica geral da região, para a ausência de oferta de emprego, para o aumento do desemprego e para o retorno à migração interna e externa. Os trabalhadores agrícolas são, neste contexto, os mais sacrificados. Mas também os pequenos e médios agricultores, sem terra ou com pouca terra e a actividade económica em geral, sofrem as consequências de uma gigantesca concentração fundiária que não lhes dá acesso à terra ou só o permite com o pagamento de incomportáveis rendas.

Este quadro de ausência de investimento público e de mobilização do investimento privado, que só a intervenção do poder local tem ajudado a minorar, teria que ter óbvias consequências no desemprego e sub-emprego.

De acordo com os registos dos três Centros de Emprego do Distrito de Évora, o desemprego registado adicionado ao número de desempregados inscritos em Programas Operacionais totalizam cerca de 12.000 trabalhadores. Isto é, quase 16% da população activa, sendo que existem concelhos, como Portel, onde a taxa de desemprego atinge quase 27%, quase um terço da população activa.

Sabendo-se que mais de metade é desemprego de longa duração e que mais de 60% dos desempregados registados não recebem qualquer subsídio, não é de estranhar que Évora seja, segundo estudos oficiais recentes, o 5º distrito do país com maior percentagem de pobreza (21,9%), o terceiro com maior percentagem de muito pobres (6,8%) e o quarto com menor índice de rendimento.

(...)

A questão social da terra

Nós sabemos que o Alentejo tem futuro e que aqui vale a pena lutar e viver e transformar. Só os bem sentados na cadeira dos privilégios, só os “troca-tintas” agora encostados ao poder, poderão dizer que o nosso projecto está esgotado. Não. Não está.

Nós continuaremos a levantar bem alto os valores da Reforma Agrária, os valores de Abril e os valores da esquerda.

Nós continuaremos a luta pelo povo e pelo país.

Nós continuamos a combater a demagogia, a mentira e a hipocrisia. Portugal precisa de um PCP mais forte e mais interventivo. Depende de todos e de cada um. Estamos voltados para o futuro.

(...)

É necessária outra política

O que Portugal precisa é de desenvolvimento, emprego, justiça social e da defesa e valorização da produção nacional e não de uma política ao serviço do capital financeiro, de uma política de entrega ao estrangeiro de empresas e de riquíssimo património público, de uma política de submissão aos burocratas de Bruxelas.

O que Portugal precisa é da correcção das suas assimetrias regionais, do combate à desertificação e envelhecimento do interior do país e não da contínua degradação da situação das regiões do país.



O que a juventude precisa é de saídas profissionais, de uma política que lhes abra perspectivas e não lhes feche as portas do futuro.

O que os trabalhadores aspiram não é às palavras, aos discursos piedosos e hipócritas, mas sim ao emprego com direitos, à melhoria do seu nível de vida e das suas famílias, à prestação de cuidados de saúde, ao ensino, à habitação e à concretização da redução do horário de trabalho, nomeadamente das 40 horas.

Mas este governo é um governo em que a incoerência e a hipocrisia são práticas correntes.

(...)

O Estado ao serviço do Governo

E é de denunciar aqui com clareza que o PS está a utilizar os Governadores Cívicos, as CCR's e os dinheiros públicos ao serviço dos seus objectivos partidários de uma forma vergonhosa e intolerável.

Tal como fazia o PSD, o PS está a atrasar obras e a adiantar outras desbaratando dinheiros públicos e anda de concelho em concelho com os sacos azuis a tentar comprar consciências.

A actuação de alguns governadores civis, essas figuras gradadas do regime fascista confundindo as suas funções governativas com as partidárias, é inaceitável. Como são os casos notórios e escandalosos dos governadores civis de Setúbal e Beja que se houvesse vergonha já há muito deviam ter sido demitidos. (...)

(Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas no encerramento da IV Assembleia da Organização Regional de Évora do PCP)

PCP

Decq Mota anuncia para Junho VI Congresso do PCP/Açores

O VI Congresso Regional dos Açores do PCP vai realizar-se a 7 e 8 do próximo mês de Junho, na Ilha de S. Miguel, anunciou em conferência de imprensa José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores, dando a conhecer a decisão nesse sentido adoptada pelo Conselho Regional dos Açores do PCP reunido no passado fim-de-semana. A convocação da reunião magna dos comunistas açorianos, de acordo com as declarações daquele dirigente, deve-



-se essencialmente à "urgente necessidade do PCP/Açores se apetrechar com orientações políticas de médio e longo prazo, adequadas à nova situação política específica da região". Apontada por Decq Mota foi também a importância de "mobilizar e dinamizar toda a actividade partidária e de expandir essa actividade depois da derrota e afastamento do PSD do poder regional".

Entre os principais objectivos do Congresso, para além da definição das orientações políticas específicas, segundo as informações prestadas aos

jornalistas, contam-se a dinamização da organização partidária e o reforço da intervenção dos trabalhadores e dos cidadãos na vida cívica e política regional, bem como a revisão do Programa Regional do PCP e a eleição dos órgãos de direcção do Partido na região.

No decorrer da reunião do Conselho Regional foram ainda aprovadas dois documentos, de que falaremos em próxima edição, um, sobre o VI Congresso, o outro, relativo às próximas eleições autárquicas.

Encontro de quadros sobre juventude Lisboa dinamiza recrutamento

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP promoveu, no passado sábado, um Encontro Distrital de Quadros sobre a «Acção do Partido na área da Juventude» que contou com a participação de 90 camaradas.

O debate, que reflectiu as ideias e orientações fundamentais do trabalho dos comunistas em Lisboa «para uma efectiva dinamização do rejuvenescimento da organização», confirmou a necessidade de prosseguir a constituição de colectivos para o trabalho junto das novas gerações, ligados directamente aos organismos de direcção.

O Encontro destacou a importância de se definir com rigor, em cada organização, as prioridades e objectivos concretos, em relação ao recrutamento de jovens, decidindo ainda adoptar medidas e «políticas e orgânicas» especiais ao nível das células de empresa e sectores profissionais, visando o desenvolvimento de linhas de intervenção sindical.

«O recrutamento e a alteração da composição etária da organização e dos próprios organismos de direcção dos sectores e células deve ser assumida como tarefa fundamental», considera a DORL do PCP, sublinhando que em

muitos sectores - quer operários, quer de serviços, quer de trabalhadores intelectuais -, «os trabalhadores com menos de 35 anos constituem mais de 50 por cento» do pessoal.

O PCP discutiu ainda a necessidade de dar uma especial atenção à acção junto dos estudantes do ensino secundário e do reforço na influência do Partido junto dos estudantes do ensino superior, considerando que estas medidas deverão ser tomadas em articulação e estreita ligação com a JCP.

As questões da comunicação foram também debatidas pelos participantes do Encontro que destacaram a importância de facultar aos organismos de direcção os meios necessários para uma intervenção continuada no sentido de afirmar as propostas do Partido, particularmente em relação os problemas mais sentidos pelos jovens.

Relativamente às eleições autárquicas, concluíram os militantes da ORL ser indispensável iniciar desde já, em todos os organismos do Partido e da JCP a todos os níveis, a reflexão, debate e planificação da intervenção eleitoral, a incidir nomeadamente na acção e estruturas da «Juventude CDU».

Espaço Vitória inicia «Serões»

Com a presença de diversos bibliotecários, editores, professores e autores, assim como de muitos militantes e simpatizantes do PCP, realizou-se no passado dia 19 de Fevereiro, no Espaço Vitória, em Lisboa, um debate sobre «Bibliotecas da Rede de Leitura Pública e Bibliotecas Escolares».

O debate, organizado pelo Sector de Cultura Literária do Sector Intelectual de Lisboa do PCP, é a primeira iniciativa de uma série que sob o nome de «Serões do Vitória» promoverá a reflexão dos comunistas sobre temas candentes da política cultural.

Na mesa encontrava-se Teresa Calçada, responsável pelo grupo de trabalho para as Bibliotecas Escolares junto dos ministérios da

Educação e da Cultura, José António Calixto, bibliotecário na Biblioteca Municipal de Setúbal e vice-presidente da Liberpólia, o escritor Modesto Navarro e o editor Francisco Melo.

Depois das intervenções que sobre o assunto foram proferidas por José António Calixto, Teresa Calçada e Modesto Navarro, sucedeu-se entre os participantes um debate animado e por vezes polémico.

Destacado foi o papel que as bibliotecas desempenham, quando complementada por outras acções de dinamização do livro, para a elevação do nível e dos hábitos de leitura - vertente indispensável de uma política de democracia cultural que o PCP defende.

UNIÃO EUROPEIA

«Vacas Loucas» Socialistas e liberais dão cobertura a irresponsabilidades da Comissão Europeia

Os principais grupos políticos do Parlamento Europeu rejeitaram a semana passada a moção de censura à Comissão Europeia que a responsabilizava de graves irregularidades na gestão da crise da BSE («vacas loucas»).

A apresentação da moção, cujo primeiro subscritor foi o socialista belga José Happart, tornou-se possível graças ao Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica (GUE/NGL), de que fazem parte os deputados do PCP. O GUE/NGL, com 33 membros, foi o único grupo parlamentar a assumir esta decisão enquanto tal, impulsionando a obtenção das assinaturas necessárias à apresentação da moção (63), o que levou a que a mesma fosse subscrita por deputados de todos os grupos políticos representados no PE (Partido Socialista Europeu, Aliança Radical Europeia, Independentes pela Europa das Nações, União pela Europa), num total de 70 assinaturas.

A decisão de apresentar a moção de censura constituiu a sequência lógica das conclusões apresentadas pela Comissão de Inquérito sobre a BSE no seu relatório, nomeadamente no que se refere à má gestão por parte da Comissão Europeia que, entre outras coisas, «subordinou a protecção da saúde pública a interesses económicos», tentou «atribuir ao PE responsabilidades que lhe cabiam a ela» e ocultou factos à Comissão de Inquérito.

A moção foi desde logo boicotada pelas «manobras de diversão» desencadeadas pelos grupos majoritários do Parlamento, socialista e popular. Com efeito, estes grupos apresentaram uma pergunta oral à Comissão com o objectivo de despoletar a aprovação de uma proposta de resolução reabilitando a moção de censura «condicional», que não tem qualquer valor jurídico. A manobra permitiu à Comissão «comprometer-se» a tomar uma

série de medidas relativas à erradicação da doença e penalização de alguns funcionários, dando aos grupos socialista e popular oportunidade de protelar qualquer medida de responsabilização da Comissão. Ao fim desse tempo, dizem, se a Comissão não tiver cumprido os seus compromissos, a moção de censura «condicional» será tirada da gaveta.

Acontece que, segundo os próprios serviços jurídicos do PE, a figura da «censura condi-

cional» não tem qualquer suporte jurídico, pelo que nunca poderá ir por diante. Concluindo, para evitar uma pretensa crise política resultante da demissão da Comissão Europeia - que o mesmo é dizer não permitir que nada perturbe o calendário para a moeda única -, os deputados das principais forças políticas do PE, pressionados pelos respectivos países, deixaram passar em branco as reconhecidas irregularidades cometidas pela Comissão

em nomeadamente no que se refere à má gestão por parte da Comissão Europeia que, entre outras coisas, «subordinou a protecção da saúde pública a interesses económicos», tentou «atribuir ao PE responsabilidades que lhe cabiam a ela» e ocultou factos à Comissão de Inquérito.

Como é hábito nestes casos, os «responsáveis» - se os houver - pela propagação da BSE, que pode ser fatal para os seres humanos, ainda acabam por ser uns quaisquer funcionários administrativos ou os empregados de limpeza.

Londres «hostil» à moeda única

O ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Malcolm Rifkind, foi a semana passada até Bona protestar contra o «superestado europeu» que, na opinião de Londres, o chanceler Helmut Kohl pretende impor aos Quinze. Segundo Rifkind, que uma vez mais reafirmou a posição «globalmente hostil» do governo britânico à moeda única, os últimos tempos têm-se caracterizado por uma «transferência constante de poder numa única direcção», sem que os povos sejam consultados e mesmo contra a sua vontade.

O diplomata, cujo partido se encontra já em plena campanha eleitoral (as eleições britânicas devem realizar-se o mais tardar dentro de dez semanas), sublinhou a necessidade de se reflectir «com muita prudência» na questão da moeda única e na posição britânica, lembrando

que a taxa de desemprego na Alemanha continua a subir enquanto está a descer no Reino Unido.

A declaração de Rifkind, a mais negativa sobre a moeda única feita até à data por um membro do governo, lançou a confusão nas hostes conservadoras, onde muitos defendem a União Económica e Monetária, e agradou sobremaneira aos trabalhistas, que uma vez mais têm oportunidade de apontar as divergências do partido no Poder.

De referir que, para o ministro britânico, a política económica e social do país - onde não há salário mínimo e os controlos sobre as condições de trabalho são praticamente inexistentes - é um modelo de virtudes que a Europa comunitária deveria seguir.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



Gestão da água

O Parlamento debate hoje com carácter de urgência a problemática

da gestão da água e o papel do sector público, bem como a proibição de a EPAL se apresentar a concursos públicos para abastecimento público de água. Agendada a pedido da bancada comunista, esta discussão surge na sequência de anunciadas medidas do Governo no sentido da privatização deste sector e, mais concretamente, da sua recente decisão de proibir a Empresa Portuguesa de Águas Livres de concorrer ao concurso público para abastecimento de água a Setúbal, para o qual a empresa se vinha preparando desde Dezembro. Discordando de uma tal decisão, o Grupo comunista recorda que a água é "reconhecidamente um recurso fundamental", relativamente ao qual "são crescentes as exigências de qualidade, em especial em matéria de abastecimento público", pelo que, assinalam, é considerado em diferentes quadrantes um serviço público.



Incentivos à imprensa regional

O Grupo Parlamentar do PCP chamou à ratificação o decreto-lei que introduziu alterações ao sistema de apoios do Estado aos órgãos de comunicação social. Aprovado em finais de Janeiro último, este diploma, segundo os deputados comunistas, penaliza gravemente a actividade da comunicação social regional, designadamente quando reduz os incentivos à modernização tecnológica e, por outro lado, estabelece a alteração do regime de porte pago, obrigando a imprensa regional a suportar dez por cento das expedições para o território nacional e cinco por cento para o estrangeiro. Para a formação comunista, que com esta iniciativa corresponde a solicitações nesse sentido feitas pelas associações representativas da imprensa regional, não é aceitável, nomeadamente, que as eventuais situações de irregularidade no acesso aos incentivos, designadamente no porte pago, sejam resolvidas pela generalização da redução dos apoios, em vez de serem, como será correcto, pela via da fiscalização e da definição de critérios claros. "É que - lembra o PCP no texto em que solicita a ratificação do diploma - com esta medida, ao invés dos propósitos sempre afirmados pelo actual Governo de melhorar o sistema de incentivos à comunicação social regional, agravam-se as condições financeiras já difíceis em que vive a esmagadora maioria dos órgãos de imprensa regional, pondo mesmo em causa a sobrevivência económica de muitos deles".

Direito de asilo em projecto do PCP Contra a «fortaleza» egoísta por um regime mais humano

O projecto de lei do PCP que altera a lei sobre direito de asilo baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, sem votação, de acordo com um requerimento subscrito por todas as bancadas parlamentares. Em debate na semana transacta, o diploma da bancada comunista fica agora a aguardar em comissão (por um prazo máximo de 60 dias) pela entrada de uma iniciativa legislativa do Governo sobre a mesma matéria, após o que deverá ser redigido um texto alternativo a submeter à apreciação do plenário.

Para o Grupo Parlamentar do PCP, trata-se de um assunto de grande importância, relativamente ao qual entende ser necessário proceder com urgência a uma revisão profunda da legislação vigente, por forma a expurgá-la das inconstitucionalidades nela inscritas, adoptando simultaneamente "um quadro de garantias mínimas dos requerentes de asilo".

A questão do direito de asilo não pode, aliás, ser dissociada da forma como está a ser feita a construção europeia, "uma fortaleza egoísta e xenófoba", cada vez mais policiada e fechada sobre si própria, como lembrou no debate o deputado Antó-

nio Filipe, que alertou ainda para o facto de começarem a "ser perigosamente postos em causa direitos e garantias dos cidadãos que são conquistas civilizacionais históricas".

É que, recordou, em causa está a construção de um "gigantesco aparelho policial supranacional", bem como de "mecanismos legais destinados a eliminar na prática o direito de obter asilo nos países da União Europeia", para não falar das "políticas de estigmatização e expulsão de cidadãos originários de países mais pobres", como actualmente sucede por exemplo em França ou na Alemanha.

Crime ambiental em Odemira PCP critica inércia do Governo

O Governo continua sem respostas para os graves problemas criados pelo descalabro do empreendimento de Thierry Russel, em Odemira, apontado há uns anos atrás por Cavaco Silva como um exemplo do que deveria ser a agricultura alentejana. Já suscitada em ocasiões anteriores pela bancada comunista, a questão voltou a ser colocada no Parlamento, na passada semana, desta feita pelo deputado Rodeia Machado. "É preciso agir e com rapidez", reclamou o parlamentar do PCP, referindo-se ao crime ambiental provocado em 300 hectares de terreno pelo abandono de toneladas de lixo. Igual urgência na adopção de medidas exigiu ainda Rodeia Machado para os 800 trabalhadores que ficaram sem emprego e com os salários em dívida.

Tudo começou, recorde-se, com o processo de falência das empresas agrícolas de Bejagro, Odefrutas e Odeflor propriedade daquele magnate francês, que arrastou consigo outras pequenas empresas, deixando um rasto de desemprego e dívidas, que, no caso da banca, ascendem a mais de um milhão e seiscentos mil contos, atingindo as largas centenas de milhares de contos no caso da segurança social.

Para Rodeia Machado, que expressou a sua forte preocupação quanto ao forte desequilíbrio ambiental motivado pelos detritos e resíduos químicos existentes na área, o que continua a não ter explicação é o facto de o Governo PS revelar uma completa inércia perante um problema cuja dimensão é reconhecidamente da maior gravidade.

Esta paralisia é tanto mais estranha e inaceitável quanto é certo, como fez notar o parlamentar do PCP na intervenção que proferiu no período antes da ordem do dia, que têm sido desenvolvidas múltiplas diligências junto das autoridades responsáveis pelo ambiente, nomeadamente por parte da Câmara Municipal de Odemira, às quais nunca foi dada qualquer resposta cabal. Por si lembrado foi ainda o facto de o próprio Governo, através do Primeiro-Ministro e da ministra do Ambiente, conhecerem bem o problema, depois da visita com muita pompa e circunstância que fizeram ao local em 1996 no Dia Mundial do Ambiente.

Daí que os comunistas queiram, designadamente, como salientou António Filipe, "a revogação das disposições referentes ao processo acelerado de decisão" - em sua opinião o "aspecto mais grave da legislação vigente" -, o qual confere ao ministro da Administração Interna o poder discricionário de em apenas quatro dias recusar qualquer pedido de asilo.

A eliminação das referências a "países terceiros de acolhimento" e "países seguros" (referências contidas na actual lei que inviabilizam logo a apreciação concreta do pedido), a consagração da natureza independente da entidade competente para analisar os pedidos de asilo e a reposição do regime de concessão de asilo por razões humanitárias, constituem outras tantas propostas contidas no diploma do PCP.

As alterações a introduzir à lei actual devem igualmente, na opinião de António Filipe, consagrar o "carácter automático - em vez da simples possibilidade - da extensão dos efeitos da concessão de asilo ao cônjuge e aos filhos menores solteiros ou incapazes do requerente ou, sendo



este menor de 18 anos, ao pai e à mãe".

Ora sucede que o Parlamento, ainda no entender de António Filipe, está "hoje em melhores condições para debater com serenidade" estes assuntos, diferentemente da discussão de 1993, que, recordou, foi "conturbada pelo clima de guerrilha institucional que o governo do PSD instalou contra o Presidente da República".

O deputado comunista lembrou mesmo o direito de veto exercido naquele ano por Mário Soares ao primeiro decreto da AR sobre o direito de asilo e que, na mensagem que então enviou ao Parlamento, chamou a atenção dos deputados para as suas "especiais responsabilidades na ponderação de um novo regime legal sobre o direito de asilo e estatuto de refugiado".

O deputado socialista Laurentino Dias, por seu lado, considerou o diploma do PCP como "um contributo sério" para se adoptar uma lei que "preveja um processo justo e rigoroso adaptado às realidades" portuguesas, expressando a sua confiança na "alteração significativa do quadro legal vigente, com soluções justas e equilibradas para o problema social e humano dos refugiados".

Calvão da Silva, em nome do PSD, frisou "o esforço de consensualização em marcha" no Parlamento acerca desta questão, enquanto Krus Abecasis (CDS/PP) reconheceu que a iniciativa do PCP teve "o mérito de evitar que o poder se acomode" nesta matéria, obrigando assim o Governo a assumir os seus compromissos e a legislar sobre o direito de asilo.

Em causa fichas sobre cidadãos Actividade da «secretaria» gera suspeita

O deputado comunista João Amaral inquiriu o Governo sobre o número total de cidadãos que têm ou tiveram ficha aberta no Serviço de Informações de Segurança (SIS), bem como sobre o número de fichas actualmente activas. Interpretando-a como uma informação "politicamente relevante", que em todo o caso não conflitua com qualquer "espécie de confidencialidade" daqueles serviços, dado não envolver de forma nenhuma o conteúdo da sua actividade, para o parlamentar do PCP importa ainda saber o número máximo de fichas que o SIS teve activas, e em que momento, desde os anos de 1990 e seguintes.

A obtenção destes dados afigura-se de grande importância, na perspectiva de João Amaral, porquanto, é sabido, esta actividade de fichagem de cidadãos tem variado consoante o Governo e os responsáveis pelo SIS, isto é, tem sido maior ou menor de acordo com a leitura, por estes

feita, "mais ou menos alargada", das competências deste Serviço de Informações.

Ora sucede, como exemplifica João Amaral no requerimento por si subscrito ao Ministério da Administração Interna, que se por hipótese o SIS fichou a certo momento 50.000 cidadãos, tal situação, no seu entender, configurará um caso "escandaloso e inadmissível", uma vez que, observa, "é inconcebível que 0,5 por cento da população portuguesa (um em cada 200 portugueses) esteja envolvida em actividades suspeitas de terrorismo, espionagem, sabotagem e outras semelhantes, que atentem contra a Constituição da República".

Num quadro como este, concluiu João Amaral, "só uma concepção totalitária e a transformação do SIS numa espécie de «serviços de informação políticas» pode explicar uma situação que, se se verificasse, seria um escândalo nacional".

INTERNACIONAL

Manifestações em França Tantãs e bandeira tricolor

Como se manifestam 150 mil pessoas em França?
Com o silêncio. Silêncio de pesar, de tristeza e de resistência à lei Debré.

«O meu coração não tem fronteiras», lia-se num cartaz na manifestação realizada em Paris, no sábado. Sem nenhuma palavra de ordem, os manifestantes partiram da Gare de Leste, local de onde saíam os comboios com destino aos campos de concentração nazis, dirigindo-se à Prefeitura da Polícia. Viam-se malas de cartão (símbolo dos emigrantes portugueses), tantãs africanas e uma bandeira tricolor cinzenta, branca e negra.

Respondendo ao apelo do Partido Comunista Francês, do PS, dos Verdes, dos Ecológicos, de organizações sindicais, de centenas de associações e milhares de personalidades do mundo cultural, universitário, social e político, estas 150 mil pessoas mostraram-se contra o agravamento

Outro ponto da lei Debré passa pela supressão da comissão de residência. O tempo de retenção aumenta de 24 para 48 horas. O recurso do Ministério Público da decisão judiciária de colocar em liberdade o estrangeiro é suspensiva. O estrangeiro só será posto em liberdade depois da decisão do Tribunal de Recurso.

O Parlamento Europeu tomou uma posição sobre o assunto, adoptando uma resolução que reclama a retirada do projecto de lei e convida «os governantes a renunciar a toda a política susceptível de reforçar o ódio racial e a xenofobia».

Em menos de 10 dias, ao apelo de 59 realizadores à desobediência civil contra a lei Debré aderiram mais 373 artistas. Várias figuras se juntaram à lista inicial, como é o caso de Jean-Luc Godard, Claude



«Não à lei Debré. Não à extrema-direita». No sábado, 150 mil pessoas manifestaram-se contra a proposta xenófoba do Governo.

cas e sociais, desemprego e imigração», declarou Louis Vianet, secretário-geral da CGT, central sindical francesa.

Le Pen. Contudo, e de acordo com uma sondagem publicada pelo diário «Le Figaro», as ideias de extrema-direita encontram eco na população: num universo de menos de mil pessoas contactadas telefonicamente, 69 por cento afirmaram-se a favor da lei.

Estes números e a subida política da Frente Nacional constitui uma fonte de preocupação para muitas pessoas. Na passada quinta-feira, várias centenas de estudantes manifestaram-se na Praça da Sorbonne, em Paris, contra a «lepenização da sociedade». Os manifestantes bloquearam a circulação do boulevard de Saint-Michel, gritando: «Nós somos todos filhos de imigrantes.»

«Trata-se de um combate que começa esta tarde em Paris. Não os deixaremos passar. Esta é a mensagem dos jovens à França», disse na ocasião um porta-voz do colectivo organizador.

Os jovens, à semelhança dos artistas e dos intelectuais, apelaram à desobediência civil, contestando a lei Debré. Uma petição circula nas faculdades e só na semana passada recolheu um total de 50 mil assinaturas.

Ao mesmo tempo que o Governo e a direita francesa tentam implementar este projecto de lei que, de uma forma racista e xenófoba, tenta impedir a entrada de trabalhadores estrangeiros no país, o patronato de Seine-et-Marne convidou os jovens desempregados a procurarem trabalho na Ásia, nos países em desenvolvimento.

É de sublinhar que, de acordo com a lei portuguesa em vigor há 4 anos e à semelhança do que a lei Debré pretende fazer em França, todos os cidadãos portugueses têm a obrigação de declarar a data de entrada e de saída dos estrangeiros que acolham em sua casa. Esta lei não é, contudo, praticamente conhecida e aplicada.

Reembolsos na Albânia

Na Albânia, já teve início o reembolso dos depósitos confiados à companhia Vefa-Holding, uma das muitas que faliram no mês passado. As pessoas que depositaram um a cinco mil dólares (quase 60 por cento dos 80 mil depositantes) poderão reaver o seu dinheiro durante esta semana. O processo deve demorar três meses, o tempo necessário para que os maiores depositantes (aqueles que depositaram até 20 mil dólares) recuperem o seu investimento.

Médicos cubanos na África do Sul

No âmbito de um programa de cooperação iniciado em 1995, mais de 75 médicos cubanos começaram a trabalhar nas zonas rurais da África do Sul esta semana. «O recrutamento de médicos no estrangeiro é uma solução a curto e a médio prazo para os nossos problemas de pessoal. A chegada dos médicos cubanos ajudará a aliviar a sobrecarga de doentes com que se defrontam os nossos médicos», declarou Nkosazana Zuma, ministro da Saúde sul-africano. Igualmente, onze professores universitários cubanos vão leccionar no país, na Faculdade de Medicina da Universidade do Transkei, província do Cabo Oriental.

Pela liberdade de imprensa na Argélia...

A Federação Internacional dos Jornalistas lançou no dia 19 uma campanha internacional visando levar a União Europeia a pressionar a Argélia a respeitar os direitos humanos e a abolir a censura. Foram impressos 100 mil postais endereçados a Jacques Santer, presidente da Comissão Europeia, pedindo-lhe que «zele para que nas relações diplomáticas e económicas entre a Argélia e a UE se respeitem mais os direitos humanos». «Todos conhecem e condenam o horror dos assassinios de jornalistas argelinos, mas dão pouca atenção à censura quotidiana e às pressões oficiais que destroem a liberdade de imprensa», afirmou Aidan White, secretário-geral da organização, citado pela Lusa.

... e nova lei para partidos argelinos

Dentro de um ano os partidos políticos argelinos não poderão basear-se na religião ou línguas regionais, nem possuírem «símbolos que pertencem a outras formações». A nova lei, aprovada na semana passada pelo Conselho Nacional de Transição (CNT), está relacionada nomeadamente com o Islão, o regionalismo, a língua, o local de residência dos dirigentes partidários, a realização de congressos e a sua representatividade regional. A Sociedade Islâmica do Hamas e o movimento do Renascimento En-Nahadad serão os partidos mais afectados. Esta lei foi aprovada entre especulações sobre a formação de um «partido presidencialista», liderado pelo actual presidente do CNT.

Os portugueses em França

Engrossando a vaga de contestações à lei Debré, um colectivo de dezenas de portugueses oriundos de vários quadrantes reuniu-se no passado dia 20 na Casa de Portugal em Paris com o objectivo de sensibilizar a comunidade portuguesa para os perigos de uma lei que tem como pretensão final a expulsão do território francês das várias comunidades aí existentes e que ao longo de décadas têm contribuído para o desenvolvimento e progresso da nação francesa.

Relembrando que em vários aspectos a lei Pasque Debré tem transcrições quase exactas de leis aplicadas há 50 anos na Alemanha, o colectivo de portugueses, pretendendo despertar consciências, solidariza-se com todos os «sem-papéis», tendo aprovado um abaixo-assinado dirigido a órgãos de comunicação social franceses e portugueses, ao mesmo tempo que apelava à participação da comunidade lusa na manifestação de dia 22 e na concentração junto à Assembleia Nacional na terça-feira, dia da votação do projecto de lei.

da repressão da imigração clandestina prevista pelo projecto de lei Debré.

Se fosse aprovado pela Assembleia Nacional, este projecto obrigaria qualquer pessoa que acolha um estrangeiro necessitado de visto de entrada no território a declarar às autoridades as datas de chegada e de partida do visitante. Sob a pressão da população, o Governo de Alain Juppé já retirou este artigo.

Mas mantém outros igualmente graves. O cartão de residência, até agora recebido automaticamente a partir de dez anos de estadia, passa a ser renovado sob duas condições: o estrangeiro deve conservar a sua residência habitual em França e não pode «constituir uma ameaça à ordem pública» (conceito muito vago).

Os artigos 3 e 10 aumentam os controlos. As autoridades policiais poderão efectuar controlos das impressões digitais nos locais de trabalho. O passaporte poderá ser confiscado a todas as pessoas em situação irregular, sendo trocado por um documento que não permite efectuar qualquer diligência administrativa.

Lelouch, Bertrand Blier, Claude Lanzmann e Jean-Paul Rappeneau. De notar também que mais de 70 pessoas do mundo da moda assinaram este apelo, nomeadamente Christian Lacroix, Azzedine Alaïa e Sonia Rykiel.

Isabelle Adjani, outra das subscritoras do abaixo-assinado, num artigo publicado no «Le Monde», acusou a maioria da direita de «brincar com o fogo» e felicitou-se com o facto de a população reagir a «mais uma asneira governamental» e seguir os autores da petição.

Robert Hue, secretário-geral do PCF, congratulou-se com a manifestação, acrescentando que «este projecto põe em causa os direitos adquiridos e a liberdade. A manifestação constitui uma etapa muito importante, que apela a outro tipo de iniciativas».

Danielle Miterrand afirmou estar presente na manifestação «para resistir ao rumo do racismo».

«Esta é uma das mais importantes manifestações na defesa da democracia. Está em marcha uma tomada de consciência dos perigos que representa o prosseguimento de uma política que mistura dificuldades económi-

A «lepenização» da França

A lei Debré constitui claramente uma cedência à direita francesa e particularmente à Frente Nacional, de Jean-Marie

Zaire

Violações dos direitos humanos

A região de Kivu, no Zaire, foi palco nos últimos meses de permanentes pilhagens, violações e assassinios por parte do exército. Conforme a denúncia da Amnistia Internacional, os soldados actuam com total impunidade. As violações dos Direitos Humanos aumentaram no último mês, desde o lançamento de uma contra-ofensiva militar para a recuperação do território conquistado pelos rebeldes.

Para a AI, o governo do Zaire deve «respeitar os Direitos Humanos dos civis, incluindo deslocados e refugiados na zona de conflito, e garantir o livre acesso a essas zonas de investigadores e activistas dos Direitos Humanos».

Entretanto, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou um plano para o Zaire que exige o fim imediato das hostilidades, a retirada de todas as forças estrangeiras (incluindo mercenários) e a reafirmação do respeito da soberania e integridade territorial do Zaire

e dos outros Estados da Região. Outro ponto do plano prevê a protecção e segurança de todos os refugiados e deslocados.

O plano, adoptado com urgência e por unanimidade, foi recebido com frieza por Kinshasa e pela rebelião.

Ao fecho da nossa edição, estava iminente um embargo de armas na região dos Grandes Lagos por parte da União Europeia. Em reunião em Bruxelas, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos 15 condenaram «a violação dos direitos humanos e a dificuldade de entrega da ajuda humanitária» na região, e reafirmaram o seu apoio «à realização de eleições no Zaire, consideradas um elemento-chave no processo democrático».

Várias dezenas de militantes de organizações não-governamentais belgas manifestaram-se na segunda-feira diante da sede do Conselho de Ministros da UE, exigindo uma intervenção humanitária internacional imediata no Zaire.

INTERNACIONAL

A longa marcha de Deng Xiaoping

Em 19 de Fevereiro, com a morte de Deng Xiaoping, desapareceu um dos mais prestigiados sobreviventes da Revolução chinesa. Deng Xiaoping ficará certamente na História pela sua inteligência e coragem e por ter sido o inspirador da doutrina de «um país, dois sistemas», política que seguiu visando a reintegração na China de Hong Kong e Macau. O dirigente agora falecido, que não era titular, desde há anos, de qualquer cargo político, tem uma história inseparável da do próprio país a que dedicou toda a sua vida.

Nascido a 22 de Agosto de 1904, Deng começa cedo a sua intervenção político-social - tem apenas 16 anos quando embarca para França e participa no movimento chinês dos estudantes-trabalhadores. Entra no mundo do trabalho na Renault, em Billancourt. E adere em 1922 à liga da Juventude Socialista Chinesa.

Dois anos depois filia-se no Partido Comunista, fundado três anos antes.

Perseguido devido às suas actividades políticas, Deng é forçado a abandonar Paris em Janeiro de 1926, rumando a Moscovo, onde vai prosseguir os estudos. Milita depois em Xangai, onde os comunistas e a classe operária acabavam de sofrer os massacres inflingidos pelo Guomintang.

De 1929 a 1930, Deng dirige uma «base vermelha» em Guangxi, apoiando Mao e a sua tática de guerrilha camponesa. É então que as tropas do Guomintang cercam as bases revolucionárias obrigando os combatentes à «Grande Marcha» através da China.

Deng cimenta nesse período estreitos laços de solidariedade com as forças armadas e destaca-se na luta contra os invasores japoneses. Foi sem dúvida, ao lado de muitos destacados revolucionários, um dos obreiros da Revolu-

Após a fundação da República Popular, em 1 de Outubro de 1949, Deng Xiaoping assume em 1952 o cargo de Vice-primeiro-ministro do governo de Zhou Enlai. Em Setembro de 1956, no 8º Congresso do Partido Comunista da China, ascende a secretário-geral. Posteriormente, e no quadro das grandes lutas em torno da linha de desenvolvimento económico e da política de relações internacionais, em que se verifica o «grande salto em frente» e a ruptura entre a China e a URSS, Deng virá a entrar em conflito com a orientação preconizada por Mao Tse Tung. Em 1967 é afastado, acusado de haver optado pela

tro. Torna-se então chefe do Estado Maior do Exército. Contra as teses da «revolução cultural», apresenta um programa baseado no primado do desenvolvimento económico, defende a formação de especialistas contra as teses redutoras do «igualitarismo», advoga a importação de tecnologia estrangeira. Sob a sua acção, é reaberta a Academia das Ciências Sociais.

Após a morte de Zhou Enlai, é mais uma vez afastado da direcção do Partido e do Estado. Depois do falecimento de Mao, em Setembro de 1976, e da derrota do «Bando dos Quatro», cujos membros são presos, Deng volta a ser reabilitado. Em Julho de 1977, recupera importantes funções oficiais e, em Dezembro de 1978, o 9º Congresso do PCC aprova o seu programa de reformas económicas, dito das «quatro modernizações»: agricultura, indústria, ciência e tecnologia, defesa nacional. Tem início então um processo de descolectivização dos campos, de regresso à exploração familiar, enquadrada cooperativamente, de encorajamento à pequena iniciativa privada e ao que designam por «socialismo de mercado». O país abre-se aos investimentos estrangeiros.

Um Estado moderno

A grande aposta do PCC é, a partir de então, «fazer da



Deng Xiaoping, o «pequeno timoneiro»

China um grande Estado socialista moderno até ao final do século». Convencido de que o país sofria de um atraso de décadas, Deng apela, em Agosto de 1980, à «reforma do sistema de direcção do Partido e do Estado», que passa pela redução do que considera ser «uma excessiva concentração do poder (...) nas mãos dos comités do Partido» e que «se transforma muitas vezes numa direcção pessoal». Afirma, por outro lado, o papel da economia de mercado, que não considera «apanágio do capitalismo». E vai lembrando que «o marxismo é um guia para a acção e não um dogma».

Ao contrário do que esperavam certos «sinólogos», o desaparecimento de Deng Xiaoping não provocou sobressaltos políticos na China. O Presidente da República e secretário-geral do Partido Comunista Chinês, Jiang Zemin, e o primeiro-ministro,

Li Peng, asseguram há alguns anos a governação do país. Jiang Zemin, de setenta anos, antigo presidente do município de Xangai, assumiu a direcção do PCC após os graves acontecimentos de Tiananmen na Primavera de 1989, tendo o 14º Congresso do Partido, em 1992, confirmado esta nomeação.

O 15º Congresso, previsto para Outubro deste ano, constituirá um importante acontecimento na vida da República Popular da China.

Um país que nos últimos anos atingiu um intenso ritmo de desenvolvimento e onde se procuram soluções e respostas às dificuldades e contradições que inevitavelmente surgiram de um conturbado processo que arrancou a China ao atraso secular e à opressão estrangeira, e que continua a proclamar como orientação e objectivo a construção do socialismo.

Condolências

O PCP enviou ao Partido Comunista da China um telegrama de «sentido pesar» pelo falecimento de Deng Xiaoping, «personalidade de relevo histórico do PCC e da revolução chinesa».

A mensagem sublinha que com Deng Xiaoping «desaparece um destacado dirigente do Partido Comunista da China, país com um importante papel no plano mundial», e transmite aos «comunistas e ao povo chinês as sentidas condolências e os sentimentos de fraternal amizade e solidariedade dos comunistas portugueses».

ção Chinesa, acontecimento marcante da história deste século, que empreendeu nesse país imenso e atrasado profundas transformações que o arrancaram ao feudalismo e o orientaram no sentido do progresso social.

«via capitalista», e destituído de todas as suas funções. Acusado de «revisionista», é enviado para o campo, «em reeducação».

Reabilitado em 1973, regressa a Pequim e ao seu posto de vice-primeiro minis-

A China moderna

As alterações impulsionadas a partir de 1978 pela política de reformas de Deng Xiaoping estimularam de forma impressionante a actividade económica da China. Em quinze anos, o país registou uma taxa de crescimento anual recorde de 13 por cento. Embora se registem ainda profundas desigualdades sociais, é um facto que o nível de vida melhorou significativamente.

O Produto Interno Bruto (PIB) registou um aumento à taxa anual de 9,8 por cento, e o rendimento pessoal de 6,5 por cento, sendo nas receitas do campo de 8,6 por cento.

As reformas levadas a cabo abriram as portas da China à modernização industrial e comercial, que se processa de forma acelerada. Nos últimos 18 anos o volume das importações e exportações cresceu 16,5 por cento. Os investimentos estrangeiros foram de 18 biliões de dólares, havendo 230.000 empresas estrangeiras ou mistas.

No ano passado, a economia conheceu novos sucessos: além do crescimento económico contínuo, a inflação foi controlada, situando-se agora na casa dos 6 por cento. Em 1996, o PIB cresceu 9,7 por cento e o índice dos preços desceu de 14,8 por cento em 1995 para 6,5 por cento o ano passado. As importações e exportações alcançaram os 2,9 biliões de dólares, ascendendo as reservas de divisas a mais de 10 biliões de dólares.

De salientar que o objectivo de quadruplicar o PNB em relação a 1980, que estava previsto para o ano 2000, foi alcançado em 1995.

O rápido crescimento económico, para que contribui a política de descentraliza-

ção regional que vem sendo seguida por Pequim para facilitar os investimentos estrangeiros, a par da institucionalização dos instrumentos de regularização do sistema fiscal, bancário e financeiro, se por um lado são factores de desenvolvimento, por outro dão azo ao aparecimento de fenómenos novos na sociedade (como o agravamento dos desequilíbrios e das desigualdades económicas), a que as autoridades procuram dar resposta.

Novos problemas

O Governo chinês continua a defender a propriedade social e o seu papel determinante em

todos os domínios. Entretanto, numa das formas dessa propriedade, segundo um estudo feito no final do ano passado, 60 por cento de cerca de 70.000 empresas do Estado são ainda deficitárias, estando a receber subsídios estatais para poderem continuar a pagar salários.

O seu endividamento, em 1993, representava 40 por cento do total dos empréstimos bancários na China.

Com um futuro incerto, as empresas estatais, que foram uma base de ocupação de mão-de-obra, confrontam-se com a concorrência das novas empresas privadas de capitais estrangeiros, onde regra geral os salários são mais elevados.



As reformas levadas a cabo abriram as portas da China à modernização industrial e comercial acelerada

A China conta, por outro lado, com cerca de 800 milhões de trabalhadores rurais, cuja atracção pelas cidades começa a fazer-se sentir. O êxodo da mão-de-obra camponesa tem sido contido nos últimos anos com a formação de centenas de milhar de Pequenas e Médias Empresas colectivas ou privadas, que empregam 90 milhões de camponeses convertidos em operários.

De acordo com as estimativas, a China conta actualmente com cerca de 120 milhões de trabalhadores excedentários na agricultura, prevendo-se que esse número ascenda, no ano 2000, a 500 ou 540 milhões, dos quais 200 milhões devem reconverter-se em empregos sem relação com a agricultura. Considera-se que cerca de 10 milhões por ano encontrarão trabalho nas cidades graças ao desenvolvimento económico.

Em Novembro de 1985, o Comité Central do PCC aprovou os objectivos a longo prazo até ao ano 2010. Entre os principais problemas a combater contam-se os relacionados com o crescimento da população (a China tem 1,2 mil milhões de habitantes, 20 por cento da população mundial) e a pressão sobre o emprego; a luta contra o aprofundamento das diferenças do nível de desenvolvimento entre as várias regiões, designadamente no respeitante aos rendimentos da população; o combate aos novos fenómenos de corrupção. Entre outras orientações, as autoridades chinesas consideram que o desenvolvimento da agricultura constitui uma «prioridade absoluta» e que a reforma das empresas estatais deve ser colocada no centro da reforma do sistema económico.

Texto: Margarida Folque
Fotos: Sérgio Morais



A bom entendedor...

«Neste debate há duas perguntas que nunca são respondidas, porque são incómodas (...) A lei actual, ameaçando as mulheres com penas de prisão, tem defendido o embrião e o feto? (...) Mantendo-se a lei actual, como defendem, o que querem fazer para que ela seja eficaz? Meter as mulheres na cadeia?»

Odete Santos, PCP

«De facto, não haverá lei mais eficaz em todo o nosso Direito Penal. (...) Mais do que ineficaz, e por isso desvalorizada sem desempenhar qualquer papel de prevenção, a lei causa maiores males do que aqueles que diz querer evitar. (...) É mesmo criminógena porque contribui para fenómenos de extorsão, de coacção, de exploração da mulher.»

Idem

«Liberalização foi uma palavra que alguns (...) inconscientemente utilizaram dando voz às concepções daqueles que não reconhecem à mulher o direito à sexualidade, e que lhe querem impor, tão-só, o dever de procriar.»

Idem

«Só em 1991, na urgência da Maternidade Magalhães Coutinho, das jovens que deram entrada, 91% revelavam complicações pós-abortivas e destas 72% referentes a aborto provocado.»

Bernardino Soares, PCP

«Em 1994, 18,6% dos abortos identificados referiam-se a jovens com menos de 15 anos, tendo esta taxa subido em 1995 para 36,3%»

Idem

«Recusamos confiscar a liberdade de consciência às pessoas e impor-lhes as nossas convicções morais, os nossos valores éticos, um credo oficial.»

Sérgio Sousa Pinto, PS

«Tivemos 13 anos para percebermos o que toda a Europa já compreendeu: nenhuma lei impedirá de abortar uma mulher determinada a fazê-lo; para isso a lei não serve.»

Idem

«Lamento profundamente que tenham sido os votos do PS a juntarem-se à direita para chumbar o nosso projecto.»

Idem

«Não é admissível que, no limiar do século XXI, a mulher, em Portugal, continue a estar sujeita a uma situação de sub-humanidade, como se fosse um mero instrumento de reprodução.»

Manuel Alegre, PS

«(Não) há memória de nenhuma vez, em nenhum país europeu, legislação semelhante ter sido aprovada sem o apoio dos socialistas.»

Idem

«O direito à vida (...) se não concebe sem ser numa perspectiva (...) que nos faz denunciar a hipocrisia de quem silencia a marginalização de crianças e só ergue a sua voz quando em marginais transformados.»

Isabel Castro, «Os Verdes»

«Ninguém nos pode acorrentar a preconceitos, tabus ou códigos morais obsoletos e hipócritas.»

Helena Roseta, PS

«Sou católica, fui militante activa do Concílio Vaticano II (...) Votarei em consciência a favor dos três diplomas que estamos aqui a apreciar.»

Idem

«Não serei eu, deputada, socialista e mulher, a condenar, por acto doloroso que nenhuma mulher deseje, as jovens, as adolescentes e as mulheres do meu país.»

Idem

Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez

Com os votos da direita e de alguns socialistas, a Assembleia da República mais uma vez «virou costas» às mulheres que, obrigadas a recorrer à interrupção da gravidez, como recurso têm apenas os sórdidos circuitos do aborto clandestino. A votação, acolhida nas galerias aos gritos de «abaixo a hipocrisia!», «o crime está na lei!» e «a luta continua!», lançou a indignação entre mulheres e jovens que assistiram ao debate.

Na quinta-feira passada, desde manhã cedo centenas de pessoas se iam juntando à porta que dá acesso às galerias do Palácio de São Bento para assistir ao debate sobre a alteração à lei da IVG, que ao longo do dia ali iria decorrer. Uma burocracia suspeita impediu no entanto a sua entrada atempada. Só às 18 horas, depois de várias diligências, entre as quais a subscrição de um abaixo-assinado, a alguns foi permitido entrar.

A hora do almoço chegava também a São Bento o grupinho dos «não matem o Zezinho», que duas horas antes havia partido da Basílica da Estrela, entoando - à falta de argumentos - cânticos religiosos.

Eram 15,30 quando Almeida Santos deu início ao debate sobre as alterações à Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez que terminou com a reprovação dos projectos do PCP (por 16 votos) e da JS (por um voto), visando a legalização do aborto. O único projecto aprovado foi o do socialista Strecht Monteiro que, contemplando apenas o alargamento de prazos para o caso de



O crime mantém-se

aborto terapêutico e de crimes de violação, deixou por resolver os grandes problemas de fundo.

O debate, apesar de atingir uma qualidade superior à de 1984, suscitou momentos de verdadeiro constrangimento e revolta em quantos têm da vida uma visão tolerante e inseparável de valores democráticos e humanistas.

Na apresentação do projecto do PCP, a deputada Odete Santos, perguntando «por que razão a Assembleia da República debate pela terceira vez o aborto clandestino», concluiu que «não existindo qualquer relação de causa e efeito entre a actual lei e a realidade» a mesma tem de se radical «em velhos preconceitos sobre o papel da mulher no mundo.

A mulher-receptáculo para procriação». O que está em causa, disse, é «a censura que a própria vida faz da lei penal» havendo que saber se «a lei que temos é própria de um sistema democrático, pluralista, ou se conserva ainda resquícios de uma ordem jurídica intolerante».

A direita, entretanto, mostrava-se indiferente às razões económicas e sociais que pudessem estar na origem do recurso das mulheres à IVG. «Este é um debate viciado, porque não estão presentes os fetos», dizia o deputado do PP Nuno Correia da Silva, ignorando que também ali não estavam as crianças que não tendo pedido para nascer são diariamente atiradas para a rua,

para a droga, para o crime e, muitas delas, mais tarde para a prisão. Para essas não foi a piedade do PP. Piedade houve apenas para o feto que, nas palavras de Maria José Nogueira Pinto, «graças ao desenvolvimento ecográfico» é «hoje visível» e portanto «socializável», facto que leva o PP a colocar-se na «perspectiva vanguardista» da sua defesa e «do reforço do seu estatuto jurídico».

O momento «alto» do dislate foi atingido, contudo, com a intervenção de Jorge Ferreira ao acusar o projecto de lei do PCP de «obra-prima do absurdo jurídico e da irresponsabilidade social», que diz às mulheres «podeis abortar quando quiserdes, aos 6



Mercê de uma iniciativa legislativa do PCP, a Assembleia da República debateu pela terceira vez a questão do aborto clandestino. Coube à deputada Odete Santos fazer a apresentação do projecto comunista de alteração à lei da IVG reprovado pelos votos conjuntos da direita e de alguns deputados socialistas

meses, aos 7 meses, aos 8 meses, aos 8 meses e 29 dias! (...) mas ide abortar para os curandeiros». Uma intervenção que das galerias mereceu um comentário significativo: «o homem descompensou!».

Isto, apesar de Odete Santos ter claramente afirmado que «nunca entendemos o aborto como forma de contraceção. (...) A educação sexual, praticamente inexistente nas escolas, por omissão do Estado, o planeamento familiar (muito insuficiente) são seguramente os meios de combater o mal».

A pobreza de argumentos contrários indiciava a existência de outros porventura menos inocentes.

os apologistas de concepções classistas, hipócritas, intolerantes e retrógradas, este debate serviu, pois, para «separar águas».

Foi, aliás, com tristeza confessa que muitos socialistas viram os votos de corleionários seus juntarem-se aos votos da direita para inviabilizar não só o projecto do PCP mas o da juventude do seu próprio partido. E dificilmente perdoarão a António Guterres a indicação de voto que - não obstante ter sido quase ignorada - deu aos deputados do PS, alegadamente «na qualidade de cidadãos».

Interrogado sobre o resultado da votação Carlos Carvalhas considerou que, tendo sido as mulheres as grandes prejudicadas, havia sido, no entanto, António Guterres - ao dividir o seu próprio partido - quem mais derrotado saíra deste debate.

Para a Comissão Política do PCP, a votação registada confirmou, porém, «um enfraquecimento das posições conservadoras e retrógradas e que ideias justas e a defesa de soluções legislativas mais avançadas deram novos passos em frente na sociedade portuguesa».

E «mais cedo do que tarde, o PCP confrontará de novo as instituições democráticas com o incontornável imperativo» de se adoptarem soluções legislativas que progressivamente erradiquem o aborto clandestino.



No final do debate, quando Almeida Santos anunciou o resultado da votação dos vários projectos, ruidosas manifestações de descontentamento e indignação por parte das numerosas pessoas que haviam assistido ao debate, levaram à evacuação das galerias

... meia palavra basta

«Pretende-se que o Parlamento se substitua ao País, quando o Parlamento deve ser a representação da vontade do País.»

Marques Mendes, PSD

«A única coisa que se sabe é que na última vez que discutiu esta matéria o País rejeitou o que hoje se pretende consagrar.»

Idem

«... quando estamos perante uma questão que releva da consciência individual de milhões de Portugueses, quando um mandato claro e inequívoco para decidir não existe.»

Idem

«Invocar razões económicas ou sociais, por mais relevantes que sejam, para decidir a interrupção de uma gravidez é passar ao absurdo de considerar o aborto como mais um meio contraceptivo.»

Idem

«Não podem os Partidos (...) considerar-se ética e politicamente preparados para tomar outra posição que não seja a de, prudentemente, deixarem como está o actual enquadramento jurídico.»

Paulo Mendo, PSD

«O referendo tem aqui uma das suas mais lógicas justificações, pois todos sabemos e sentimos que se trata de assunto que tem a ver com as convicções mais íntimas das pessoas, cuja discussão tem levantado posições «fundamentalistas» de grande violência - que, ainda há pouco tempo, se traduziram, nos EUA, no ataque a uma clínica e assassinio de um profissional de saúde.»

Idem

«E é patente que, também entre nós, a questão do aborto a pedido, nos divide profundamente e se pode tornar um perigoso factor de conflitualidade social.»

Idem

«O que as mulheres portuguesas pedem é que este país que envelhece assustadoramente, as distinga pela positiva porque só através delas poderá conseguir a indispensável renovação geracional.»

Mª José Nogueira Pinto, PP

«Aqui nenhum de nós deve ou pode pronunciar-se ou votar apenas em nome individual.»

Idem

«Dispusemo-nos para este combate, de coração e mente abertos. Com convicções profundas mas sem preconceitos. Com muita firmeza mas sem fundamentalismos.»

Idem

«O verdadeiro debate que aqui está a acontecer não é o da defesa da vida é o da organização pública da morte.»

Jorge Ferreira, PP

«Tomemos o projecto de lei do PCP como obra-prima do absurdo jurídico e da irresponsabilidade social.»

Idem

«O que o projecto comunista de facto diz às grávidas é (...) podeis abortar quando quiserdes - aos 6 meses, aos 7 meses, aos 8 meses, aos 8 meses e 29 dias! Mas se quiserdes fazer isso que eu vos digo que vos é permitido - não conteis com assistência clínica idónea, porque eu proíbo-a e puno quem vo-la prestar! Podeis abortar à vontade - mas ide abortar para os curandeiros.»

Idem

«Não tenho problemas em que o meu voto se junte aos votos que não são do meu partido. Se o secretário-geral do PS lá estivesse votava ao meu lado.»

José Saraiva, PS

... a luta continua!

EM FOCO

■ Agostinho Lopes
Membro da Comissão
Política

A Moeda Única, Picasso e pintores da construção civil

A propaganda à moeda única suportada por milhões de ecus dos contribuintes comunitários aí está. São 180 «esclarecedores» disponíveis para participar em qualquer país, em qualquer lugar, em qualquer iniciativa.

É uma Euromala, onde a Comissão reuniu toda a argumentação necessária para demonstrar que não há salvação sem o EURO. O euro é transparência. É concorrência. São produtos de qualidade e a bom preço. São baixas taxas de juro e preços sem inflação. São mercados para as empresas e viagens ao estrangeiro sem câmbios para os cidadãos. São lucros para os empresários e empregos para os trabalhadores. Se não é a Banha da Cobra é um Maná. O Paraíso depois do Purgatório dos critérios de convergência.

Na panóplia de documentos da Euromala há um texto notável, o «Argumentário Euro». Que, como o nome indica, tem argumentos para todas as dúvidas (metafísicas, sejam elas como parece terem sido suscitadas no recente debate na Assembleia da República), sobre o euro.

Mais que prolongadas considerações sobre o Argumentário, valerá a pena transcrever integralmente uma das muitas iluminadas explicações que, por vir de quem vem, tem um selo de autoridade sobre os reais objectivos da moeda única.

É assim que, sob o título «Uma Moeda Única para o mercado interno», se escreve no Argumentário: «Um mercado único dotado de uma moeda única permitirá mais transparência, mais concorrência e uma melhor divisão do trabalho» (sublinhado meu).

E depois de explicar como a moeda única vai permitir «mais transparência» e «mais concorrência», o que assegurará aos consumidores «os melhores produtos aos mais baixos preços (basta lembrar a extraordinária qualidade do bovino marca BSE!), o Argumentário debruça-se sobre a eficácia da «divisão do trabalho» que a moeda única vai provocar. E é no enunciado das vantagens da divisão eficaz do trabalho que elabora uma autêntica fábula, onde entra Picasso (que não sabia, certamente, para o que estava guardado o seu génio!) e um pintor da construção civil.

Eis a pérola explicativa:
«Uma divisão do trabalho mais eficaz permite:

● Assegurar que cada um se especialize no domínio onde dispõe de vantagens comparativas mais significativas. Imaginemos, por exemplo, que Picasso tinha um dia querido renovar a pintura da sua casa. É evidente que o podia perfeitamente fazer, e que o teria certamente feito, talvez menos rapidamente, mas com mais bom gosto que um pintor da construção civil. Mas não é menos evidente que isto lhe tomaria muito tempo, e que ele tinha objectivamente muito mais que fazer. A divisão do trabalho é, então, em primeiro lugar, um elemento de eficácia.

● Libertar um rendimento suplementar que poderá ser repartido entre os parceiros da troca. Retomemos o exemplo de Picasso. Entregando a pintura dos seus muros a um pintor da construção civil, Picasso fica com tempo livre. Durante este tempo, ele pode pintar um certo número de obras-primas. Cada uma valendo vários milhões, ele aumenta muito mais a riqueza colectiva do que se ele próprio pintasse a sua casa. Não prejudicando ninguém, ele enriquece por acréscimo o património artístico da humanidade. Com toda a lógica, não somente Picasso, mas a colectividade no seu conjunto, tem interesse em que ele contrate alguém para pintar a sua casa e que ele se concentre no que sabe fazer melhor. Através deste exemplo, vê-se que a especialização cria riqueza, e que ela permite ganhar, simultaneamente, em quantidade (pois que sempre se demora mais tempo a fazer o que se faz mal) e em qualidade. O desenvolvimento económico internacional nasceu, depois da última guerra mundial, directamente desta reserva de crescimento quase inesgotável.

● Beneficiar em pleno das economias de escala, que influem desde que o processo produtivo inclui custos fixos. Exemplo: uma PME conquista novos mercados estrangeiros e aumenta, por este facto, o seu volume de negócios em 10%. Certos custos não aumentam proporcionalmente (exemplo:

alugueres/rendas de instalações). Estes custos fixos podem ser imputados a um maior número de produtos, permitindo assim diminuir o custo unitário de revenda. O acréscimo da dimensão dos mercados pode permitir realizar economias de escala, e assim fazer crescer a margem de lucro ou diminuir o preço de venda ao consumidor.»

Notável. Não sabemos o que mais admirar, se a desfaçatez, se o teor de um pedagogismo acaciano, se a irrecusável lógica do argumento.

Mas notável também pela clareza (e por que não pela transparência!) com que os parceiros da moeda única expõem os objectivos do grande capital multinacional, das grandes potências económicas da Europa, os pais do euro: **acelerar um processo de «redivisão» do trabalho na Europa**, culminando o processo iniciado com o Tratado de Roma, prosseguido com o Mercado Único, e que desembocou no Tratado de Maastricht.

Para os órgãos comunitários a moeda única vai provocar uma divisão de trabalho, uma especialização produtiva, entre as diversas regiões e países da Europa, **mais eficaz**. Isto é, a

moeda única vai responder à pergunta: Quem produz o quê?, com a escolha dos mais eficazes economicamente, que serão sancionados pelo mercado, porque produzem em melhores condições de qualidade e preços.

Eficácia a que a moeda única vai dar gás pois, como diz o Argumentário, «a liberalização dos movimentos de capitais e o levantamento geral dos controlos de câmbios têm permitido uma melhor afectação do capital ao nível europeu (...) (1) e «A transparência acrescida das condições de concorrência (devido

à moeda única) deverá também facilitar a comparação internacional dos balanços, a transparência dos preços à exportação, as fusões, aquisições e alianças ao nível da União e, mais geralmente, as estratégias de desenvolvimento das empresas.» Isto é, a moeda única vai permitir a centralização e concentração de capitais na Europa, a monopolização e oligopolização da sua economia (e não a concorrência, como o Argumentário propagandeia), vai contribuir para que os grandes grupos e empresas europeus se tornem maiores, à custa de «engolir», «triturar» pequenas e médias empresas (PME), sectores produtivos, regiões e países economicamente débeis.

Porque a **eficácia** está do lado das empresas dos grandes grupos multinacionais, que englobam sectores financeiros capazes de financiar a baixo juro as suas outras actividades e de entrar em todos os jogos financeiros que a moeda única vai permitir; das empresas que controlam o desenvolvimento e aplicação das novas tecnologias, dos novos materiais, das que têm força económica para desenvolver processos de integração vertical e horizontal dos seus negócios; das empresas que têm dimensão para beneficiar das economias de escala. É interessante o reaparecimento da tese «economias de escala», depois de toda a lavagem ideológica do «small is beautiful» para favorecer o desmantelamento e privatização de algumas grandes empresas públicas...! E não são as PME portuguesas que vão beneficiar dos ganhos da escala com o «acréscimo da dimensão dos mercados». É novamente a miragem dos 300 milhões de consumidores, anunciados aquando da adesão à CEE, por aqueles que, depois de uns anos de governo, lhes estavam a falar das oportunidades de exportação para as «franjas mais dinâmicas do mercado europeu!» (2)

Porque a **não eficácia**, segundo os critérios de rentabilidade financeira, estará, em países como Portugal, com uma agricultura de pequenas e médias explorações agrícolas, uma indústria onde dominam as indústrias de mão-de-obra intensiva e pouco qualificada, onde são insignificantes os gastos com Investigação e Desenvolvimento (I & D), num país onde

são avultados os défices energético, alimentar e na produção de bens de equipamento...

Em suma, o Argumentário diz com força e de forma acessível a toda a gente (que ele julga estúpidas) qual é a divisão de trabalho que vai resultar da moeda única: uns (os alemães, os holandeses,...) serão Picassos, que farão obras-primas que «valem milhões» (em linguagem económica: a produção de alto valor acrescentado) e ainda «enriquecem por acréscimo o património artístico da humanidade»; e os outros (os portugueses, os gregos, alguns espanhóis,...) serão os pintores da construção civil (em linguagem económica: o trabalho não qualificado) que, muito contentes, vão «ganhar o seu» a pintar as casas dos Picassos. Resta-lhes a consolação de, feitos emigrantes, poder visitar as obras-primas dos Picassos nos museus... Portugal pode ter ainda a esperança de se transformar numa enorme Casa de Repouso para a terceira idade pois, segundo o Relatório da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, com o tempo é possível que «mais reformados do Norte optem pelos céus mais clementes do Mediterrâneo».

Esta é de facto a divisão eficaz para o grande capital, para os mercados financeiros! A divisão que torna o capital mais eficiente na produção de lucros...

Esta eficácia não terá contemplanções com a actividade produtiva, com a cultura, com os trabalhadores e o povo de um país como Portugal.

Esta é a eficácia que apaga as fronteiras de um país para traçar as fronteiras do capital.

É por isso que é pouca a paciência para aguentar algumas lamentações ou patrióticas exaltações dos que clamam contra a «xenofobia monetária» por causa da exclusão de Portugal do primeiro pelotão da moeda única (3) ou dos que, embarcando no barco da social democracia europeia e comunitária, choram «a construção europeia (...) em perigo» e reclamam «prioridade à Europa social e política» (4).

Porque a Europa em marcha, a Europa da moeda única, a Europa da **divisão do trabalho mais eficaz**, é a Europa dos mercados financeiros.

O emprego e os direitos dos trabalhadores, a coesão económica e social e os interesses dos pequenos países como Portugal, não são critérios susceptíveis de se acrescentar aos critérios de convergência, porque não são compatíveis com a moeda única e o Tratado de Maastricht.

O «social» não coube formalmente em Maastricht e não coube nem caberá em substância. Os direitos sociais são incompatíveis com a essência e a lógica de Maastricht, fundadas sobre os direitos dos mercados financeiros.

É por isso que, quem os invoca (emprego, direitos sociais, coesão) e esquece ou está de acordo com a moeda única e Maastricht, objectiva ou subjectivamente ajuda à monstruosa mistificação dos cidadãos da Europa, que se traduz em enfeitar ou cobrir o bezerro de ouro com as flores do emprego, da coesão, dos direitos sociais, para que melhor o adorem. O direito ao trabalho, de que se reivindica a inscrição no Tratado de Maastricht, será a peninha no chapéu do monstro. Porque com a Europa de Maastricht não há trabalho, há muitos milhões de desempregados.

(1) O Argumentário completa a afirmação da «melhor afectação do capital» com a demagógica e falsa afirmação de que isso se traduziu «em primeiro lugar, em benefício das economias periféricas que puderam assim mais facilmente financiar o seu desenvolvimento!»

Alguns «capital» chegou a Portugal, mas só quando o Estado português gasta muitas dezenas de milhões de contos de subsídios comunitários e nacionais a fundo perdido, de benesses fiscais, etc., etc.! e assegura que a mão-de-obra vai continuar relativamente em bom preço. Ver AutoEuropa, Siemens, etc..

(2) Opções Estratégicas, Preparar Portugal para o século XXI — Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1993 (terceiro de Cavaço Silva).

(3) Ver o comentário de Sérgio Figueiredo no «Diário Económico», de 4 de Fevereiro de 1997 e os protestos patrioteiros de Guterres, Marcelo e Monteiro!

(4) J. B. Moura, «Semanário», 18 de Janeiro e «Expresso», de 28 de Janeiro de 1997.

Direito de Asilo Por uma lei justa e humana

A Assembleia da República debateu na generalidade, na semana passada, um Projecto de Lei do PCP de alteração à legislação sobre direito de asilo. Pretende-se com esta iniciativa legislativa corrigir os aspectos mais negativos da lei aprovada pelo PSD em 1993 e conferir a este direito um tratamento legal compatível com a dimensão de direito fundamental que a nossa Constituição lhe atribui.



■ António Filipe

Por razões inteiramente compreensíveis, todas as atenções da comunicação social e da opinião pública sobre o que se passou na Assembleia da República na passada semana recaíram sobre o debate dos Projectos de Lei relativos à interrupção voluntária da gravidez. Debate que ocorreu, aliás, por iniciativa do PCP, que utilizou para o efeito um dos seus direitos de agendamento anuais. Por isso, pouca gente se terá apercebido que no passado dia 19 decorreu o debate na generalidade de um Projecto de Lei do PCP destinado a alterar a legislação vigente em matéria de Direito de Asilo e que foi a primeira vez que esta matéria

Demagogia e mistificação

Segundo Dias Loureiro, o país estaria a ser invadido por milhares e milhares de imigrantes ilegais disfarçados de requerentes de asilo, pelo que seria um imperativo nacional aprovar legislação que de uma forma expedita permitisse expulsá-los a todos. Quem assim não pensasse tornar-se-ia responsável pelos graves problemas de insegurança pública que estes invasores trariam ao país.

Claro que não foi o número de cidadãos requerentes de asilo em Portugal que justificou tanta pressa e determinação na alteração da lei. O número máximo de requerentes ocorreu em 1992 e não ultrapassou os 1659 (apenas mais 20 que em 1980). Em geral, a média anual de requerimentos nunca teve expressão numérica significativa (600 em 1981, 71 em 1985, 254 em 1988, 61 em 1990). Nada que se parecesse com a alegada invasão. As razões foram outras e prendem-se com os compromissos assumidos nos Acordos de Schengen, na Convenção de Dublin e no Tratado de Maastricht (no chamado Terceiro Pilar), que apontam para a construção de uma Europa xenófoba, fechada sobre si própria, hostil aos estrangeiros, determinada a sacrificar um património civilizacional tão importante como o reconhecimento do Direito de Asilo.

Património civilizacional que o Governo PSD não hesitou em sacrificar, acompanhando lamentavelmente a evolução legislativa e a prática política impostas pelas potências dominantes do chamado processo de "construção europeia".

Perante esta evolução, diversas têm sido as organizações de carácter humanitário que, também em Portugal, têm vindo a alertar para a necessidade de serem alterados os aspectos mais negativos do Direito vigente em matéria de Direito de asilo e designadamente para a urgência de serem adoptadas garantias mínimas dos requerentes no procedimento relativo aos refugiados.

Porém, no plano institucional, apenas o PCP tomou a iniciativa legislativa, debatida na generalidade no passado dia 19, de propor a alteração da lei aprovada em 1993, em nove pontos fundamentais:

Nove pontos fundamentais

1º - Revogação das disposições referentes ao processo acelerado de decisão, que configura o aspecto mais grave da legislação vigente sobre Direito de Asilo. Com esta forma de processo foi conferido ao Ministro da Administração Interna o poder discricionário de, em apenas 4 dias, recusar qualquer pedido de asilo, com preterição de direitos elementares dos requerentes. Este processo tem uma instrução meramente policial e é decidido de forma exclusivamente administrativa com base em fundamentos arbitrários e sem possibilidades práticas de recurso. Basta que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras entenda que as alegações de um requerente são destituídas de fundamento, ou que o requerente seja proveniente de país considerado "seguro" ou "terceiro de acolhimento", ou que o SEF invoque motivos não especificados de "segurança pública"; para que o requerente

seja expulso do território nacional sem que a sua pretensão seja concretamente analisada.

2º - Eliminação das referências legais a "países terceiros de acolhimento" e "países seguros". Segundo a lei vigente, o simples facto de um cidadão requerente de asilo ser originário de qualquer país considerado "seguro" ou "terceiro de acolhimento" pode inviabilizar a apreciação concreta do pedido e conduzir a um repatriamento susceptível de pôr em causa a sua segurança ou mesmo a sua própria vida. Acresce que a determinação por cada Estado dos países "seguros" ou "terceiros de acolhimento" releva de critérios de política externa muitas vezes estranhos a quaisquer razões humanitárias.

3º - Reposição do regime de concessão de asilo por razões humanitárias, revogado pelo PSD em 1993. A legislação portuguesa sobre Direito de Asilo aprovada em 1980 concedia este direito aos cidadãos impedidos ou impossibilitados de regressar ao Estado da sua nacionalidade ou da sua residência habitual por motivos de insegurança devida a conflitos armados ou a sistemática violação de direitos humanos que aí se verificassem. Tais razões, a partir de 1993, passaram a ser atendíveis tão-só para efeitos de concessão de um regime especial de autorização de residência distinto do estatuto de refugiado. Sendo certo que a consagração constitucional do direito de asilo não abrange estes casos, a verdade é que também os não exclui. E se em 1980 existiam razões para consagrar a concessão do estatuto de refugiado por razões humanitárias, não existem hoje menos razões para a sua reposição.

4º - Revogação, por inconstitucional, da disposição que possibilita a recusa da concessão de asilo "sempre que a segurança interna ou externa o justifiquem ou quando a protecção da população o exija, designadamente em razão da situação social ou económica do país". Tendo o direito de asilo o estatuto constitucional de direito fundamental, este só pode ser restringido nos casos em que a própria Constituição o preveja. Ora, a Lei Fundamental não prevê qualquer cláusula de restrição deste direito, nem os fundamentos de recusa constantes desta norma - tão vagos e insindicáveis como "a situação social e económica do país" - podem funcionar, à luz da Constituição, como cláusulas de restrição de direitos fundamentais.

5º - Consagração do carácter automático da extensão dos efeitos da concessão de asilo ao cônjuge e aos filhos menores solteiros ou incapazes do requerente ou, sendo este menor de 18 anos, ao pai e à mãe.

6º - Consagração da independência da entidade competente para analisar os pedidos de asilo e apresentar propostas sobre a sua concessão.

7º - Consagração de uma disposição legal relativa a garantias mínimas dos requerentes de asilo, contemplando designadamente: o direito a dispor de intérprete, quando necessário, para compreensão das suas razões por parte das autoridades.

A oportunidade de apresentar todos os factos e circunstâncias relativas aos seus casos, bem como os meios de prova de que disponham. O direito a recorrer a advogado, a beneficiar de assistência judiciária e a entrar em contacto com as organizações não governamentais que se ocupam dos problemas relativos aos refugiados.

8º - Atribuição aos representantes do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados ou do Conselho Português para os Refugiados do direito de serem informados sobre o andamento dos processos que acompanhem e de contactar pessoalmente os requerentes de asilo, podendo aceder livremente a zonas reservadas nomeadamente nos aeroportos.

9º - Consagração do efeito suspensivo automático do recurso contencioso que seja interposto de uma decisão administrativa que negue a concessão do direito de asilo. Presentemente, não existindo este efeito, a decisão administrativa que recuse o direito de asilo pode ter como consequência o abandono forçado do território nacional por parte do requerente, retirando efeito útil ao próprio recurso e determinando desde logo a irreversibilidade da decisão.

Observações finais

Apesar de debatido na generalidade, este Projecto de Lei do PCP não foi ainda votado, aguardando a Assembleia da República que o Governo concretize a promessa, feita há muito, de apresentar uma Proposta de Lei sobre a mesma matéria. Sem pretender fazer qualquer exercício de futurologia acerca do conteúdo das propostas que o Governo PS irá apresentar em matéria de Direito de Asilo, importa ainda assim, deixar algumas breves observações a esse propósito, quanto ao presente e quanto ao futuro. Importa, quanto ao presente, lamentar a demora na apresentação da Proposta de Lei do Governo. Conhecidas que foram as contundentes críticas que também o PS formulou em 1993 à legislação aprovada pelo PSD e conhecidas as suas graves consequências quanto à garantia de direitos fundamentais dos requerentes de asilo, não se compreende que quase um ano e meio depois de ter entrado em funções, o Governo não tenha ainda tomado a iniciativa de propor a alteração da lei vigente. A segunda, quanto ao futuro, para exprimir um voto: que as expectativas de alteração positiva da legislação sobre Direito de Asilo, criadas pela derrota do PSD, não sejam frustradas com alterações legais de simples cosmética ou pequenos aperfeiçoamentos, mantendo em vigor as principais malfeitorias de 1993. Não radica esta observação em qualquer desconfiança injustificada quanto às intenções do governo PS, mas na simples consideração de que os compromissos de Schengen, Dublin e Maastricht, que estiveram na base do comportamento pretérito do PSD em matéria de Direito de Asilo têm no actual Governo um defensor entusiasta, facto que não pode deixar de suscitar alguma apreensão.

Seja como for, o processo de alteração da lei sobre Direito de Asilo está aberto, por iniciativa do PCP. Por uma lei justa e humana.



subiu ao plenário da Assembleia da República depois do Verão de 1993, quando o PSD, em reacção violenta a um veto presidencial, fez aprovar uma lei que representou um gravíssimo retrocesso em matéria de direitos fundamentais e que importa alterar quanto antes. A importância deste debate justifica, portanto, que ainda lhe seja dada alguma atenção.

Merece a pena recordar que a legislação que vigora em Portugal em matéria de Direito de Asilo remonta ao Verão de 1993. Aprovada pela maioria PSD uma Proposta de Autorização Legislativa ao Governo para alterar a legislação que desde 1980 regulava esta matéria, veio esta a ser objecto de um veto presidencial.

Este veto político, inteiramente justificável perante uma Autorização Legislativa ao Governo para reduzir drasticamente as garantias de defesa dos requerentes de asilo e para pôr fim à concessão do estatuto de refugiado por razões humanitárias, serviu ao PSD para um episódio de guerrilha institucional, optando por tratar uma questão tão séria e importante como o Direito de Asilo recorrendo à mais baixa demagogia e à mais grosseira mistificação.

Nivelados pela mediocridade do Estado mínimo

Um dos efeitos do Estado mínimo é o desaparecimento dos grandes estadistas, aqueles presidentes que encarnavam o interesse do seu país, que representavam os valores mais altos da sociedade, que inspiravam confiança ao seu povo. Hoje o mundo assiste à extinção desses líderes como chefes de Estado e desanima diante da plêiade de médiocres que infestam os poderes. Fidel Castro é tratado como uma anomalia nesse quadro infeliz por ser um exemplo do verdadeiro chefe de Estado, defensor irreduzível da independência e desenvolvimento do seu país, identificado com os valores culturais e a história da sua pátria.

A grande maioria de países onde os presidentes conseguem agarrar-se ao poder, a figura de *estadista* foi substituída pela de *gestor* do equilíbrio financeiro. A resolução dos problemas sociais e da organização da produção nacional fica por conta da própria sociedade, das associações de solidariedade e das divindades. A questão central é o mecanismo da moeda, o sobe e desce da inflação, e, sobretudo, as articulações dos grupos políticos representados no governo. O povo assiste desinteressado (apesar do esforço mediático para transformar aquele xadrez entre amigos em questão de interesse nacional) às lutas entre os partidos representados nos poderes executivo e legislativo para aprovar ou retirar uma emenda constitucional que vai fortalecer o presidente e seus comparsas.

No Brasil, dá pena ver um homem de inteligência brilhante e

priedades à bala, na morosidade dos processos de expropriação e justiça (*de classe*) que desacredita o sistema judiciário. O Ministério da Saúde aplica verbas em programas ridículos para distribuição de contraceptivos durante o Carnaval deixando carentes os centros de saúde que não recebem as vacinas necessárias para evitar as doenças causadas pelas cheias ou aplicam produtos estrangeiros que provocam meningite. A previdência social vive uma outra novela, a de um roubo de mais de cem milhões de dólares que se espalha pelos bancos norte-americanos e de outros países. A importação foi muito maior que a exportação e, pelo que se vê com os desastres da agricultura, continuará a crescer neste ano. A moeda ficou amarrada ao dólar com pequenas oscilações que nem acompanham o mercado financeiro mundial. Não irá disparar depois da festa? O custo de vida em São Paulo é de 60% mais ele-

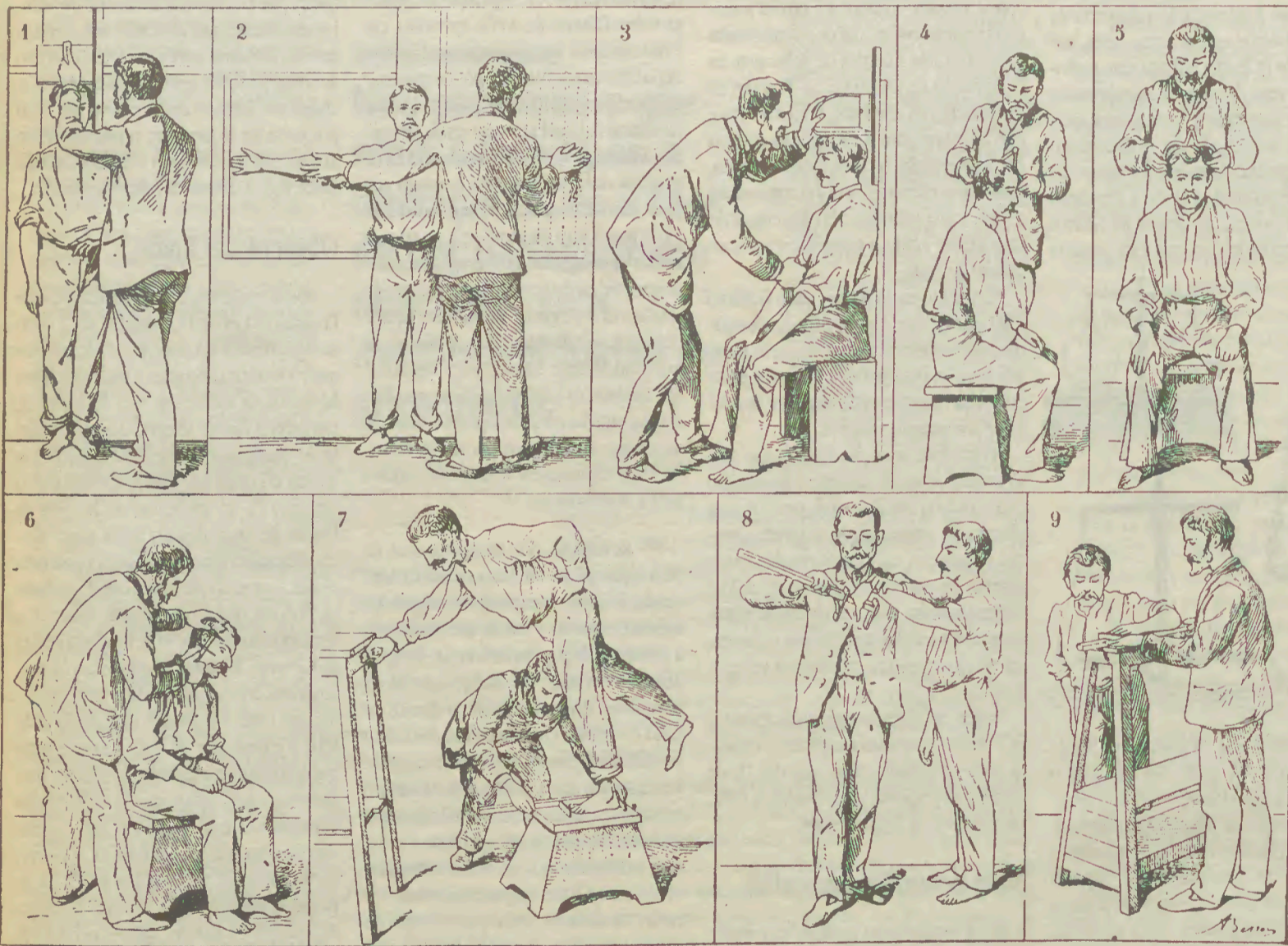
dos nunca mereceram divulgação. Há uma verdadeira escola de ignorância científica que aliena os povos. Diz ele: «Um extraterrestre, recém-chegado à Terra – examinando o que em geral apresentamos às nossas crianças na televisão, no rádio, no cinema, nos jornais, nas revistas, nas bandas desenhadas e em muitos livros – poderia facilmente concluir que fizemos questão de lhes ensinar assassinatos, estupros, crueldades, superstições, credulidades e consumismo. Que tipo de sociedade não poderíamos criar se, em vez disso, lhes incutíssemos a ciência e um sentimento de esperança?»

O autor recorda fases históricas em que os governantes, abalados pelas mudanças que os deitariam abaixo do poder, recorriam aos grandes místicos e impostores para conquistarem a confiança do povo mantido ignorante. E conclui com a afirmação de que «os valores da ciência e os da democracia são concordantes, em muitos casos indistinguíveis. A ciência e a democracia começaram – em suas encarnações civilizadas – no mesmo tempo e lugar, na Grécia dos séculos VI e VII a.C. A ciência confere poder a qualquer um que se der ao trabalho de aprendê-la... «Tanto a ciência como a democracia encorajam opiniões não convencionais e debate vigoroso. Ambas requerem raciocínio adequado, argumentos coerentes, padrões rigorosos de evidência e honestidade.»... «Descobrir a gota ocasional da verdade no meio de um grande oceano de confusão e mistificação requer vigilância, dedicação e coragem.»

Lendo este livro e ouvindo um «professor de ciência política» que com entrevista televisiva fez um pastel de princípios jurídicos para justificar que será justo que o presidente Fernando Henrique Cardoso faça a sua campanha para a nova legislação mantendo-se no cargo, pensei que Sagan tem razão na identificação entre ciência e democracia e que os que ainda conservam a esperança na restauração da verdadeira liberdade não podem descurar o combate a todo o tipo de ignorância e de alheamento.

Quando acusamos a falta de ética de um presidente que adere aos hábitos imperiais deois de ter afirmado que «o Brasil não é um país pobre mas sim injusto», quando revelamos a nossa indignação com o luxo e o gasto exorbitante que o governo exhibe em Brasília, somos chamados de *idealistas*. Dizem que a austeridade seria apenas uma forma de demagogia e que todo este

desperdício de recursos não representa nada diante das reformas econômicas que o actual governo tem feito em benefício do país. Será? O relatório do Banco Mundial informa que a moeda brasileira está sobrevalorizada em 25%, os impostos sobem e novos são criados, as empresas que oferecem *planos de saúde* para substituir a ineficiência da previdência social cobram, para uma pessoa maior de 40 anos, entre 100 a 2000 dólares mensais (entre 15 e 300 mil escudos), as empresas nacionais estão sendo vendidas a preço de banana, todas as semanas são formadas comissões de inquérito para apurar casos de corrupção que envolvem destacadas figuras políticas (como o actual caso do Prefeito de São Paulo). O que se teme hoje é que a confiança conquistada a um povo subdesenvolvido e crédulo, que aceita de olhos fechados as decisões governamentais sem pretender participar fiscalizando, que nem se importa com a ostentação que sai do seu bolso beneficiando os governantes e seus apadrinhados, seja traída, que ele descubra que foi enganado já a meio de um segundo mandato presidencial. De facto, o que se vê é o fomento da ignorância para deixar a *elite* (des)governar tranquilamente.



passado de lutador pela democracia como o presidente Fernando Henrique Cardoso dedicar todas as suas capacidades para fazer aprovar uma alteração à Constituição que permitirá a sua reeleição. Pelo que se assistiu de publicidade do Governo para convencer o povo de que esta medida será fundamental para a democracia e a estabilidade, imagina-se o *preço* pago para conquistar os votos necessários tanto de amigos como de inimigos. A factura virá depois. Durante o mês de Janeiro a propaganda do governo foi maior nos meios de comunicação social que as notícias sobre os grandes desastres ocasionados pelas cheias que inundaram cidades e destruíram produções. Com a vitória desvendou-se o processo de *migração* partidária, de *traições* seguidas ou não de expulsões, de *alianças* espúrias. Exausto e feliz, o presidente com a sua família foi repousar no antigo palácio imperial que, para recebê-lo, sofreu uma grande restauração e recebeu peças de arte de museus recriando o ambiente da antiga nobreza.

E os programas nacionais prometidos? A reforma agrária esbarra em pistoleiros que nunca serão perseguidos, numa nova organização dos latifundiários que promete defender as suas pro-

vado que em Nova Iorque e a população acostumada à desvalorização habitual do dinheiro gasta tudo o que tem e ainda se compromete com os tentadores planos de venda à prestação comprando o que vê nas novelas.

O ópio do povo

Carl Sagan, o recentemente falecido professor de astronomia e ciências espaciais nos Estados Unidos, não resistiu e escreveu uma denúncia política: «O Mundo Assombrado Pelos Demónios». Chama a atenção neste livro para a impunidade com que são fabricadas ficções que contam com a conivência oficial de governos e entidades científicas, de modo a manter a população numa dependência mental do sobrenatural. Desvenda as mistificações amplamente divulgadas pelos meios de comunicação (discos voadores, raptos por extraterrestres, signos gravados nas zonas rurais da Inglaterra e de outros países, etc.) que ao serem desmascara-

■ Jorge Sarabando

A cidade adiada

Acerca do Plano de Actividades da Câmara Municipal do Porto

Neste ano, último do ciclo de dois mandatos com maioria da mesma força política, e tendo sido aprovado o Plano de Actividades de 1997, é justo que se digam duas palavras sobre as questões de fundo que separam o PS e o PCP nas opções de desenvolvimento para a cidade do Porto.

Nós defendemos uma cidade humanizada, harmoniosa, com qualidade de vida para os seus habitantes. Defendemos uma estratégia de desenvolvimento que preserve o seu carácter, o seu património feito de pedras mas sobretudo de gente, que as ama e afeiçoa, e o seu perfil urbanístico, que estabelece um traço de afectividade entre as casas e as ruas e quem nelas vive.

Defendemos a diversidade dos mesteres, das actividades económicas, com múltiplas ofertas de consumo, mas também de fontes de produção.

Defendemos a gradual eliminação das assimetrias dentro da nossa cidade, assim como a prioridade de áreas como a habitação, o ambiente, a cultura, as acessibilidades, a segurança, o desporto. Da sua protecção, com a participação dos munícipes e a intervenção empenhada da autarquia, se faz a qualidade de vida dos portuenses, e é nestes domínios que importa estabelecer uma salutar competição com outras cidades.

Defendemos uma concepção de exercício do Poder Local como espaço de diálogo, cujo funcionamento aberto e participado é condição de transparência das decisões colectivas. Defendemos a melhoria da coordenação intermunicipal, com o Governo da República e com as instituições voltadas para a cultura, a ciência e o desenvolvimento.

A confusão estratégica

A opção da actual maioria é, na substância, outra.

O Porto cresceu, de facto, mas desfigurando-se a si próprio. Cresceu desordenadamente, ao sabor dos mais estreitos e conjunturais impulsos mercantilistas, e por isso falta hoje oferta acessível, que obriga à migração para a periferia, e sobeja espaço para escritórios, calculado em cerca de 300 000 m² disponíveis. Privilegiou a competitividade com outras cidades congéneres, propondo-se como «centro fornecedor de actividades avançadas», no difícil terreno da atracção de investimentos do chamado terciário superior. Definiu uma fusão que é uma confusão estratégica entre cultura e turismo. Permitiu verdadeiras agressões ao tecido urbanístico, com cogumelos de vidro e cimento que ferem a harmonia cidadina, consentindo flagrantes ilegalidades entretanto «sanadas pelo tempo», como prescrevia o famoso relatório do IGAT. Escolheu o caminho da criação dum verdadeiro arquipélago de Fundações, Associações, estruturas desmontáveis, que absorvem vultuoso património municipal, administram verbas comunitárias que chegam e partem, e geram um tropel de empregos, numerosos mas voláteis, tudo longe do controlo democrático desejável. Gastou menos do que devia na habitação, em que o município tem especiais responsabilidades, na educação, no saneamento, e geriu menos bem do que podia as verbas atribuídas à cultura, nesse sorvedouro que são as obras do Rivoli no tipo de restauro adoptado.

Dir-se-ia que o Porto foi apresentado durante estes anos cobrindo a nudez forte da cidade real com o manto diáfano da cidade virtual, na forma de maquetas, protocolos, cartas de intenção e cenários diversos. Foi um estilo que se tornou perverso quando virou prática política permanente.

Aconteceu, entretanto, o reconhecimento do Porto como património mundial da UNESCO, saboroso triunfo colectivo, que muito deve a uma plêiade de autarcas e técnicos, que trabalharam durante muitos anos no projecto, e ao empenho do actual Executivo e seu presidente. Mais do que sublinhar os méritos,

importa agora concretizar as medidas prioritárias para a cidade corresponder às novas responsabilidades que lhe são cometidas, e que não são irreversíveis, como se sabe.

Um perfume neoliberal

O modelo de desenvolvimento seguido pela actual maioria, e do qual claramente nos demarcamos, tem no Plano de Actividades o seu instrumento de realização.

Há um perfume neoliberal que dele se desprende, quando se discreta sobre as malevolências da «solidariedade abstracta garantida pelo Estado», ou quando louva, como factor de coesão social, as virtudes da «sociabilidade espontânea», ou quando se lamenta o reduzido envolvimento do sector privado na cultura dada a «fragilidade da procura».

E há, num curioso derivativo bem próprio da linguagem conjectural, que gosta de substituir o presente real mas indesejável pelo futuro virtual, mas apetecível, esta pérola da *numerofilia*:

– indica-se com rigor que o Porto terá 12 m² de espaço verde por habitante quando estiverem completados todos os parques previstos, incluindo o de Campanhã, já no próximo século;

– mas, não se indica qualquer meta quando refere o justo propósito de aumentar em 97 a distribuição de refeições escolares, área particularmente carenciada a que a vereadora do Pelouto tem dado atenção, apesar do exíguo orçamento de que dispõe. Fala-se apenas de *crescimento possível*, sem quantificar.

Quando falamos do culto da cidade virtual, não se trata de negar a valia de muitas obras projectadas, aliás, necessidades objectivas há muito apontadas, e que o Executivo desenvolve esforços para concretizar.

Não me refiro já àquela miríade de pontes a construir, e de que o sr. Presidente da Câmara já explicou não ser de tais promessas responsável.

Mas sim a outros casos de que são exemplo os quatro túneis há vários anos tão entusiasticamente expostos à população e a esta Assembleia.

Onde estão os quatro túneis?

O Plano fala agora apenas de dois: o nº 4, «cujas obras vão continuar», diz-se, e o nº 1, que se irá iniciar. Quando? E o nº 2? E o nº 3?

Falta outra política

Voltando ao presente, espanta a parcimónia das referências ao problema da segurança, há pouco tempo ainda chamado a primeiro plano. Lê-se um curto parágrafo, que nos remete para a expectativa de nova legislação que o PS há-de fazer vingar na Assembleia da República. É pouco e é preocupante. E se tal legislação não passar? E se, passando, se mostrar ineficaz e contra-productiva, como é, aliás, convencimento do PCP? Até lá, o aumento da delinquência e criminalidade, fruto da grave crise social marcada pelo desemprego, a precariedade, a instabilidade, continuará a fazer-se sentir na cidade provocando mais e mais

vítimas. Faz falta o reforço da presença policial nas ruas, que é infelizmente apenas sazonal, e de mais e melhores meios de combate ao crime. A Câmara não se pode substituir ao Governo, mas deve reclamar deste as garantias e as medidas que faltam.

Finalmente, uma referência ao Pelouro cuja política se apresenta de mais frustrante avaliação – o Pelouro da Animação Cultural.

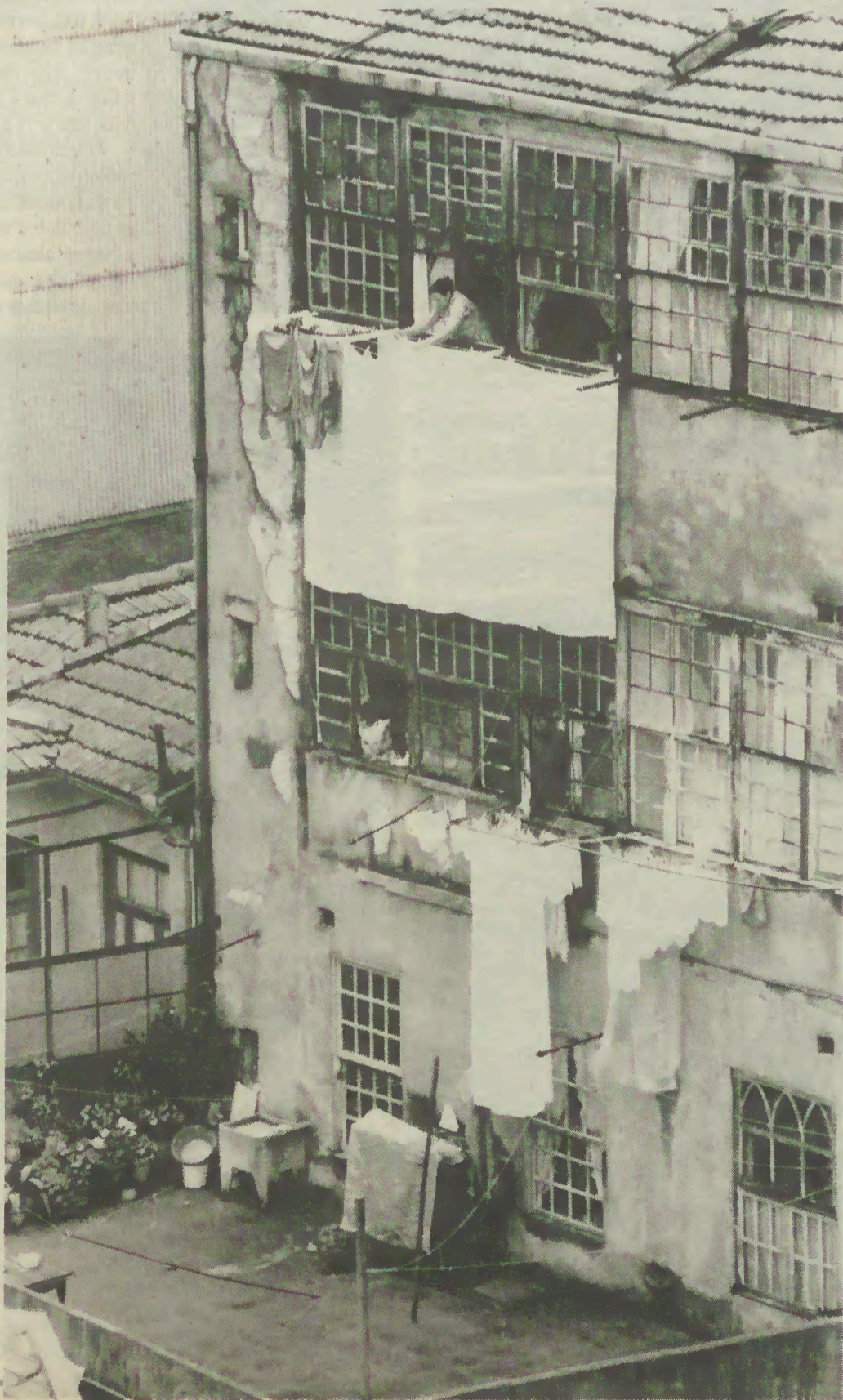
Impropriamente, continua a afirmar-se ser o Porto uma cidade subdotada em equipamentos culturais. Não está aqui a raiz dos problemas, apesar do Rivoli continuar em obras e a Cadeia da Relação (em boa hora recuperada, no que é uma acção positiva do Ministério da Cultura) estar ainda menos aproveitada; apesar das carências de pequenos espaços e falta de alguns apoios possíveis; apesar de um prestigiado grupo, como o TEP, não dispor de um espaço permanente. Há espaços nobres como o Coliseu, o S. João, o Carlos Alberto e outros.

O que falta é dotar a cidade da política capaz de utilizar plenamente os espaços e equipamentos de que está dotada. Há potencialidades no Porto que outras cidades não possuem. Mas são necessárias instâncias de auscultação e diálogo com os artistas e produtores culturais, e não a gestão casuística de subsídios e o preenchimento mais ou menos feliz dos calendários, futuramente sob a tutela desse novo corpo burocrático que se chama Culturporto.

Uma última palavra, também ela justificadora do voto negativo da CDU, para as elevadas verbas destinadas às diversas Fundações (um milhão e cem mil contos), a que se vão somar agora cento e sessenta mil contos para a citada Culturporto, e ainda mais 4 milhões para «aquisição de serviços».

Recordo que a Assembleia Municipal do Porto, pelo voto da maioria PS, rejeitou uma proposta de criação duma Comissão de Acompanhamento para tais organismos. Da gestão dos recursos transferidos nada é informado, nada se sabe, apesar de repetidamente solicitado. A realidade vai demonstrando a justeza das preocupações manifestadas, a este respeito, pela CDU.

Não podemos dar o nosso acordo a tais processos. Não demos, por isso, o aval do nosso voto à manutenção desta situação.



Infância

■ Isabel Araújo Branco

Era uma vez... a vida

Boa nutrição, água potável, higiene, serviços de saúde, educação. Se nem em Portugal as crianças têm estes direitos assegurados, nos países em desenvolvimento a situação é ainda mais crítica.

A infância pressupõe despreocupação, inocência, aprendizagem e festa. Em países como o Bangladesh, o Peru, a Tanzânia, Angola ou a Bósnia-Herzegovina isso nem sempre é possível. Doenças, pobreza e abandono são aí prática do dia-a-dia. A guerra vem agravar esta realidade. O sonho é a única coisa que resta. A UNICEF, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, procura há 50 anos minimizar essa situação que se reflecte em milhões de

vidas e se repercute durante muitos anos. Presente em 145 países, este organismo tem 89 por cento do seu pessoal a trabalhar em países em desenvolvimento, frequentemente encarando circunstâncias de risco, como os números mostram: de 1990 a 1996, 26 membros da UNICEF foram mortos enquanto estavam a trabalhar.

Doze milhões de crianças morrem anualmente. Vítimas da fome, de doenças facilmente preveníveis, da guerra. «Imunizar uma criança contra seis doenças altamente mortíferas custa cerca de 24\$00, pouco mais de uma dezena de escudos chegam para os saís de re-hidratação oral altamente eficazes nas diarreias, ou para antibióticos contra infecções respiratórias agudas como a pneumonia ou para cápsulas de vitamina A contra a cegueira», explica Carol Bellamy, Directora Executiva da UNICEF.

Fome: um peso a carregar desde o nascimento

O tamanho e o peso do recém-nascido são as marcas mais evidentes de fome (menos de 2,5 quilos no fim da gravidez). Durante as primeiras semanas de vida, a criança está exposta a um risco maior de infecção ou morte. Se as limitações do nascimento se complicam com a falta contínua de nutrição, o risco de mortalidade prematura dos bebés é alto.

Por exemplo, as crianças privadas de alimentos correm um risco maior de sofrer deficiências neurológicas que provocam doenças nos olhos, atraso no processo educativo ou problemas cerebrais. Além disso, estão mais expostos a doenças como o paludismo, infecções nas vias respiratórias ou pneumonia.

As crianças mal nutridas não só têm mais probabilidades de adoecer, como também sofrem danos mais duradouros com todas as doenças com as quais se contagiam. A diarreia infantil tem repercursões muito mais graves numa criança subalimentada do que no caso de uma com uma nutrição adequada.

Está comprovado que o baixo peso ao nascer está relacionado com uma maior frequência de doenças como diabetes, cardiopatia e trombose na idade adulta. Dado que não se pode comer com retroactividade, uma adolescência bem nutrida não compensa facilmente os efeitos de uma infância passada com fome. A maior parte dos danos sofridos nos primeiros anos de vida não podem ser remediados facilmente.

Hoje em dia, cerca de 31 por cento das crianças em idade pré-escolar dos países em desenvolvimento (quase 170 milhões) estão expostos a doenças e ao peigo de morrer de desnutrição. A maioria vive no Sul da Ásia e na África subsahariana. Calcula-se que 50 por cento da mortalidade infantil devido a doenças poderia ser evitada com a erradicação da má nutrição das crianças de mama.

A relação entre mãe e filho é preponderante. O peso insuficiente de um recém-nascido deve-se principalmente à má nutrição materna. Além disso, se a própria mãe nasceu com um peso baixo, a fome durante a infância e a adolescência aumenta a probabilidade de uma nova geração de crianças com pouco peso.

O leite materno é essencial na saúde do bebé. Sendo rico em anticorpos, constitui uma protecção natural para os recém-nascidos contra as muitas doenças, pois apenas depois de alguns meses entra em actividade o sistema imunitário da própria criança. Com efeito, a diarreia, associada frequentemente com o desmame precoce e a ingestão de alimentos contaminados, provoca uma má nutrição e uma mortalidade infantil consideráveis todos os anos.



O trabalho infantil ajuda a suportar muitas famílias pobres



Trabalho infantil

O trabalho infantil é prática em todo o mundo, da Europa à Ásia. Os relatórios que denunciam os casos multiplicam-se e os países neles presentes repetem-se, quase invariavelmente, todos os anos.

A pobreza é a principal causa. A educação e os tempos livres são deixados para trás para sempre.

No Bangladesh, por exemplo, grandes empresas de vestuário comprometeram-se a retirar do serviço as crianças com menos de 15 anos e colocá-las em escolas. Em Março do ano passado, entraram em funcionamento mais de 20 escolas

para crianças trabalhadoras, cujas aulas rapidamente atingiram o máximo da sua capacidade.

Este é um exemplo de sucesso, pelo menos aparentemente. No entanto, há muito para fazer. O boicote europeu de carpetes feitos com trabalho infantil é uma das medidas sancionárias levadas a cabo recentemente. Os produtos rotulados com a palavra «Rugmark» são confeccionados sem a mão-de-obra infantil e por trabalhadores que ganham pelo menos o ordenado mínimo oficial. Até ao fim de 1996, mais de 100 fabricantes aderiram à utilização deste rótulo.

EM FOCO



143 milhões analfabetos

Actualmente, 143 milhões de crianças em idade escolar não sabem ler ou escrever. Mais de metade são raparigas. «O analfabetismo ensombra a vida de muitas raparigas, diminuindo a sua auto-estima, a sua produtividade, a capacidade de ganharem dinheiro e a hipótese de virem a ter uma voz igual à dos homens, tanto em casa como a nível da comunidade», lê-se na Revista do Ano de 1996 da UNICEF.

Segundo estudos feitos em países em desenvolvimento, as mulheres com educação básica têm mais propabilidades de casar mais tarde e de ter menos filhos comparando com uma mulher sem educação.

A igualdade entre os sexos começa na educação: as raparigas desenvolvem as suas capacidades, criando espaço para uma nova mentalidade entre toda a população. A discriminação na educação constitui não apenas uma violação dos Direitos da Criança como também vai contra os próprios Direitos Humanos.

Em 1995, a organização aplicou 13 milhões de contos (11 por cento do programa para esse ano) em educação e desenvolvimento na primeira infância. Uma das bandeiras da UNICEF é a criação de incentivos financeiros para os pais mandarem as filhas à escola e para garantir que não abandonam antes de completarem o ensino primário. Apóia ainda uma «segunda oportunidade» para raparigas que desistiram de estudar.

Os tempos livres das crianças do Norte da Europa contrastam com o dia-a-dia dos meninos do Rio de Janeiro
(fotos UNICEF)



Guerras e refugiados

Os traumas de guerra constituem um problema com o qual 10 milhões de crianças têm de lidar. Entre 1945 e 1992, travaram-se mais de 140 guerras. Segundo estimativas da UNICEF, só na década passada 2 milhões de crianças foram mortas em guerras e 5 milhões ficaram deficientes.

O testemunho dos horrores das guerras e o afastamento dos pais são as causas fundamentais dos traumas. Uma das formas de prevenção é o aumento da idade de recrutamento dos soldados de 15 para 18 anos. O tratamento e acompanhamento psicológico desempenham um papel fundamental no processo de recuperação das crianças e da sua saúde mental. A reunião das famílias é algo difícil mas que tem vindo a ser efectuado.

Qualquer número que se possa apontar para os refugiados nunca é certo nem definitivo. Ex-Jugoslávia, Ruanda, Burundi e Zaire são os países mais afectados.

Mais da terça parte dos refugiados do mundo são mulheres e crianças, e em circunstâncias mais normais são as mulheres que têm a responsabilidade da segurança alimentar da família. A experiência demonstrou que os recursos nas mãos femininas acarretam normalmente um maior benefício nutricional para as crianças do que os mesmos recursos quando são controlados por homens.

O exemplo da Turquia

É publico que os Direitos Humanos são diariamente violados em todo o planeta. Mais grave ainda é quando as vítimas são crianças. Na Turquia isso acontece, especialmente nas classes mais desfavorecidas.

A Amnistia Internacional tem vindo a denunciar casos de tortura por choques eléctricos e jactos de água fria a crianças com 12 anos de idade, e situações de abusos sexuais em que crianças com 14 anos são despidas, ameaçadas e violentadas.

«Muitas crianças são detidas ao abrigo da lei Antiterror. Esta lei inclui muitos actos

não violentos como apoiar ou ser membro de uma organização ilegal ou fazer afirmações "separatistas". Assim, participar em manifestações, funerais, entregar panfletos ou jornais políticos já serviu para deter muitas pessoas, incluindo crianças. Para uma criança detida nestas circunstâncias, todos os mecanismos de protecção são suspensos, o acesso a advogados é negado e os períodos de detenção estendem-se a vários dias ou semanas», explica a secção portuguesa da AI no seu boletim de Dezembro último.

Eis um exemplo. Sevgi Kaya, de 15 anos, foi detida em Istambul com mais cinco estudantes há cerca de um ano, acusados de pertencerem a uma organização ilegal. Durante 12 dias foram torturados e impedidos de comunicar fosse com quem fosse.

«Quando disse que não era membro de uma organização ilegal, bateram-me nas mãos e nas solas dos pés. As minhas mãos incharam até ficarem roxas, e os pés doeram-me tanto como as mãos até já não conseguirem andar», contou Sevgi.



EM FOCO

Os «últimos» d

Houve um momento, na semana passada, em que pareceu possível a queda do governo conservador de John Major. Numa situação em que os «Tories» – os conservadores – dispõem de 322 votos na Câmara dos Comuns e os partidos da oposição somam outros tantos, os trabalhistas tinham proposto uma moção de censura ao ministro Douglas Hogg (Agricultura), com base no mau trabalho deste ao longo da crise das «vacas loucas» (BSE). Exigiam que o salário anual do referido ministro, que é de quase 23 000 contos, fosse reduzido em 1000 libras (270 contos), coisa mínima que a Câmara, com exceção dos conservadores, evidentemente, votaria. Feitas as contas, alguns conservadores não conseguiriam chegar a Westminster, particularmente aqueles que andavam em viagens ou se encontravam retidos em camas de hospitais. E votada a censura ao ministro, seguir-se-ia uma outra: – contra o governo no seu conjunto. Que aconteceria, então?

O primeiro-ministro percorreria a trajetória habitual dos grandes dias da vida política britânica. Dirigir-se-ia a Buckingham Palace onde apresentaria um relatório verbal da situação à soberana; esta dissolveria o Parlamento e seri-

am convocadas eleições gerais. No cenário habitual tão espectacular e tão solene, o povo sentiria a grandeza do acontecimento. A imprensa realizaria tiragens monumentais. Os comentadores viveriam aquilo a que se chama um «field day». O país preparar-se-ia para uma campanha eleitoral de valores comerciais e seria chamado a votar entre dois produtos similares, talvez com embalagens diferentes. E tudo seria transformado para poder continuar na mesma.

O preço da sobrevivência

Mas como a preparação do voto por parte dos seus proponentes, o Labour Party (trabalhistas), revelou-se precária, nada profissional, os votos dos partidos protestantes da Irlanda do Norte (Ulster) foram para o lado do governo. O funcionário Major, portanto, viu-se reforçado no poder porque aceitou o preço de sangue exigido pelos unionistas. Já não interessa que os trabalhadores vençam a eleição parcial de Wirral, que se aproxima. O Ulster salvará Major. As eleições gerais não terão lugar, salvo os imprevistos que são sempre de considerar, senão no dia 1 de Maio. A maioria conservadora que saiu das últimas eleições, em Abril de 1992, evaporou-se. O governo do funcionário Major encontra-se, portanto, à mercê dos votos e das exigências de sangue dos deputados unionistas. Mas estes aguentá-lo-ão no poder até ao dia 1 de Maio. Em contrapartida, correrá mais sangue na Irlanda do Norte e a repressão contra os republicanos, os nacionalistas, os patriotas, será maior.

Situação confusa

A situação na Grã-Bretanha apresenta-se curiosa. A impopularidade dos «Tories» é manifesta. Todas as consultas à opinião os colocam numa

posição dramaticamente desfavorável em relação aos trabalhistas. Olhando as coisas superficialmente, Tony Blair, «leader» trabalhista, esmagará os «Tories» nas urnas. O agitado e controverso período de governos conservadores, que já vem de 1979, quando Margaret Thatcher conseguiu afastar James Callaghan do nº 10 de Downing Street, vai chegar ao fim, certamente. Isso dar-se-á num quadro económico e político que parece propício ao governo. Qual a razão que poderá conduzir a Grã-Bretanha a mandar para a rua o funcionário Major quando, na opinião de muitos observadores, a situação melhorou, consideravelmente, depois da grande crise que começou em fins de 1988? No fim de contas, as «reorganizações» levadas a cabo por



Resolução Política do XV Congresso

Já está à venda e em distribuição pelos Centros de Trabalho do Partido a edição da Resolução Política aprovada pelo XV Congresso do PCP, realizado no Porto nos dias 6, 7 e 8 de Dezembro passado.

Este documento, resultado de um amplo debate nas organizações do PCP e, por fim, no próprio Congresso, reúne as análises e as orientações dos comunistas portugueses e constitui uma imprescindível base de trabalho dos militantes.

Espera-se para breve a publicação do livro do Congresso, em que constarão também as intervenções proferidas e os vários documentos aprovados pelos delegados.



as do funcionário Major

■ Manoel de Lencastre

Blair na direcção do Partido Trabalhista fizeram aproximar os dois partidos. Em muitos casos, é difícil distinguir a política proposta por um daquela que o outro advoga. Se Major diz que vai privatizar «isto», Blair anuncia que vai privatizar «aquilo». Se a política governamental é, em absoluto, a de não aumentar os impostos aos mais favorecidos, Blair diz que fará o mesmo que, quanto aos milionários, não permitirá que a taxa de tributação máxima seja aumentada. Blair deseja chegar ao poder a todo o custo. É, para si, uma questão pessoal. Major deseja continuar uma política que, segundo diz, está a produzir grandes resultados para o país. Mas, o povo britânico, apesar de não acreditar totalmente em Tony Blair, acha-o aceitável. E entende que chegou a altura de mudar de governo.

O verdadeiro John Major

John Major era filho de um artista de circo que se chamava Tom Ball. Quando este abandonou a vida artística e casou pela segunda vez, nasceu o seu quarto filho, a quem deram o nome de John Major-Ball. A sua infância não foi nada fácil. Viviam num dos mais insalubres subúrbios do sul de Londres, na zona de Brixton e Camberwell. A imigração de trabalhadores negros vindos da Jamaica começara, e é por isso que a referida área londrina é hoje habitada por uma considerável percentagem de pessoas de cor. Naturalmente, o capitalismo descobriu o valor da mão-de-obra barata oferecida pelos povos das Antilhas. Começou, assim, a transformação do quadro étnico e social das Ilhas Britânicas naquilo que é a realidade presente. Nesta conjuntura, o pai de Major-Ball vivia com extremas dificuldades. As dívidas acumulavam-se. O filho não conseguia brilhar na escola. Nunca chegaria à universidade. Foi trabalhar. Apareceu como escriturário no «London Electricity Board» (então, a Companhia de Electricidade, nacionalizada). Conheceu o desemprego durante muitos meses. Ofereceu-se como motorista dos autocarros. Temos de aceitar que sair de um local como Brixton, sem uma educação de nível de «grammar school», sem ter conhecido Oxford ou Cambridge, para já não mencionarmos Eton, e aparecer em Downing Street como primeiro-ministro, constitui um enorme êxito pessoal, um feito invulgar, quase inaceitável. Mas foi o que aconteceu.

Começou a conhecer alguma coisa de política quando aderiu aos «Young Conservatives». Pôs de lado o apelido Ball e passou a apresentar-se como, simplesmente, John Major. Mandaram-no trabalhar na política local e encontrou enormes dificuldades como propagandista político conservador em pleno coração de uma zona trabalhista, o caso de Brixton. No entanto, o declínio de «Labour» criava condições para que as pessoas, à porta de casa, ouvissem aquele jovem compenetrado, sério, que propunha soluções diferentes, aparentemente, para a crise da Grã-Bretanha. Eram, é certo, as soluções do capitalismo. Mas vinham embalados de maneira atraente. As pessoas começaram a pensar em comprar a «mercadoria» dos «Tories». O bom trabalho de John Major, finalmente, conduziu a que lhe fosse oferecido um lugar de deputado à Câmara dos Comuns na circunscrição de Huntingdonshire. Major ganhara boa experiência de administrador. Trabalhara para um Banco. Revelara-se um burocrata, um organizador, um funcionário. Nas eleições de 1976, que levaram Margaret ao poder e abriram para a Grã-Bretanha uma fase nova do seu declínio histórico inevitável. Major foi eleito como MP pelo Huntingdonshire e surgiu na Câmara dos Comuns. Não se importou com os pequenos trabalhos que lhe eram distribuídos pela direcção do partido e pelo governo. Foi um «backbencher» modelar. E Margaret reparou nele. Era sóbrio, preciso, pessoa de confiança, não desafiava a primeira-ministra quando muitos punham dúvidas quanto à sua política de atrito em todos os sectores. E a verdade é que o funcionário Major, sem jamais ter realizado grandes profissões de fé no «thatcherismo», ganhou a confiança de Margaret. Foi ocupar a importante e estratégica posição de Primeiro-Secretário da Tesouraria. Depois, à medida que as

crises se aprofundavam e Margaret perdia credibilidade, chamaram-no para o lugar de «Chancellor of the Exchequer» (Ministro da Economia e das Finanças). A seguir, foi para o Foreign Office, onde se manteve apenas durante alguns meses porque o drama shakespeariano de Margaret se avolumou.

Um político sem bagagem

«Quem é esse gajo?», perguntou George Bush ao travar conhecimento com John Major. Modestamente, no melhor estilo de um verdadeiro funcionário, o novo Secretário de Estado do Foreign Office prometeu-lhe o mais completo apoio da Grã-Bretanha para a infame guerra do Golfo. Quando a crise dos conservadores ditos radicais que apoiavam Margaret se agudizou e entrou num beco sem saída, a chamada «dama de ferro», que havia seduzido Gorbachev e contribuído em não pequena medida para conduzi-lo à perdição do seu país, viu-se forçada, em lágrimas, a demitir-se. Mas, os principais pretendentes à sua substituição, os pró-europeus Michael Heseltine e Douglas Hurd, não reuniam apoios suficientes para a investidura no cargo de «leader» do Partido Conservador. Foi necessário recorrer a uma terceira personalidade. Alguém que vivesse tranquilamente, sem inimigos, sem bagagem de contradições passadas, um funcionário leal, um político alheio às grandes controvérsias, alguém em que os thatcheristas confiassem. Tratava-se, evidentemente, de John Major.

Chegado ao poder, tratou de pôr em prática a política da sua antecessora, mas sem dar origem aos apaixonados debates que ela provocava. As doutrinas monetaristas continuaram em ordem. Considerou-se ilusória a política de emprego total, que muitos advogavam, e insistiu-se em que o excesso de meios de pagamento era a causa principal da inflação. John Maynard Keynes foi considerado um fóssil sem qualquer interesse numa economia moderna. Continuou-se a hostilizar os Sindicatos. As dores que a sociedade britânica experimentara, tão terri-

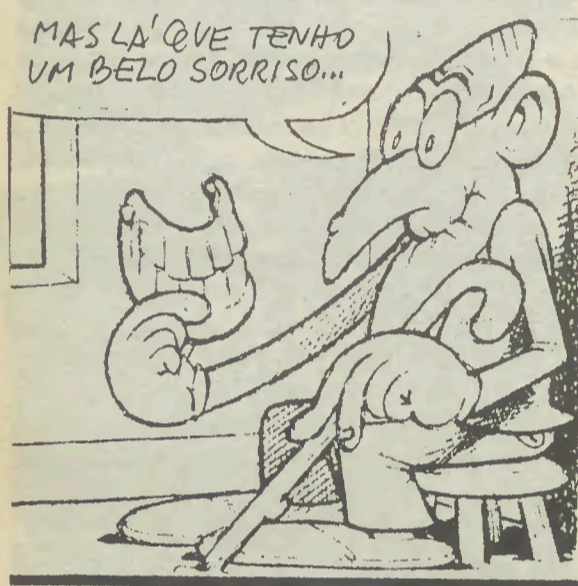
velmente, sob os governos de Margaret, foram designadas como normais. E tudo, na política britânica, ganhou uma certa pausa. A economia contraíra-se. Dela foram arredados vastos sectores que o sistema considerou sem valor. O clima social nas grandes cidades agravou-se. Mas os negócios da City prosperaram. Entretanto, a grave crise de 16 de Setembro de 1992, a quarta-feira negra, humilhou o primeiro-ministro, o chanceler Norman Lamont, o Banco de Inglaterra, toda a Grã-Bretanha. Com a desvalorização da libra esterlina e a saída do mecanismo europeu de controlo das taxas de câmbio, os especuladores triunfaram. O governo de Witehall sofreu uma das suas mais históricas derrotas. E pensou-se que o futuro de John Major tinha os seus dias contados.

Pura ilusão. A nova situação económica e financeira resultou em benefício da Grã-Bretanha. A classe média sente-se, agora, mais confiante. A crise dos Bancos e a do mercado da habitação e da propriedade urbana foram ultrapassados. A inflação retrocedeu. O crescimento das exportações é o mais significativo desde os dias da Primeira Grande Guerra Mundial. Dividiram-se os campos de forma radical. O capitalismo triunfa em todas as esferas onde as condições lhe são favoráveis. Abandonou, completa e definitivamente, talvez, o campo dos valores sociais. Se meio país vive em condições abismais, volta-se-lhe as costas. Surgem escândalos financeiros, porque toda a gente deseja enriquecer rapidamente. A Grã-Bretanha não vai aderir ao esquema da moeda única. Acha repugnante a perspectiva da criação de um Banco central europeu e não aceita que o seu «Chancellor of the Exchequer» perca independência no esquema da união económica e monetária da Europa. Cada vez se fala mais em abandonar a chamada União Europeia que os trabalhistas favorecem. Será que os britânicos, na verdade, desejam ser mais do que um povo insular cioso das suas características próprias, da sua independência, da sua História, das suas tradições?

A campanha eleitoral que, de alguma maneira, já está em curso, vai ser um dos grandes espectáculos do mundo em 1997. Aguardemos.



PONTOS CARDEAIS



Pessoas «de bem»

A novidade rebentou esta semana: não há qualquer mistério no desaparecimento dos documentos que deviam ter oficializado o «negócio» entre o Governo de Cavaco Silva (em nome do «Estado português», pois claro) e o velho monopolista António Champalimaud, através do qual o executivo cavaquista terá «doado» 27 milhões de contos a Champalimaud para que este «comprasse» uma instituição bancária pública.

Resumamos. O escândalo foi desenterrado o ano passado na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP, que exigiu a apresentação dos termos exactos em que foi realizado o referido «negócio». Posto entre a espada e a parede, o Executivo de António Guterres lá diligenciou a demanda de tais documentos, para concluir, embaraçadamente, que «tinham desaparecido».

Postas as coisas neste pé, a já de si grave possibilidade de o Estado haver sido lesado em dezenas de milhões de contos foi agravada pelo mais que suspeito desaparecimento da documentação referente ao negócio.

Afinal não houve qualquer desaparecimento de documentos, pelo simples facto de que esses documentos... nunca foram redigidos! Quem o esclareceu foi o ex-ministro das Finanças, Braga de Macedo, ao declarar tranquilamente que o «negócio» dos 27 milhões de contos com Champalimaud «se resumiu a três conversas a sós, sem actas nem testemunhas», rematando com a seguinte afirmação: «Felizmente que envolveu pessoas de bem para as quais a palavra é mais importante do que a prova documental.»

Extraordinário. Um ministro volatiliza 27 milhões de contos dos dinheiros públicos a favor de um capitalista privado, fá-lo sem qualquer base legal ou, sequer, registo, e ainda tem o supremo descaramento de afirmar que o fez na base da «palavra de pessoas de bem».

Pelos vistos, roubar dezenas de milhões de contos ao Estado em benefício de particulares nem sempre é crime. Se a coisa se passar entre o ministro de um Governo e um grande capitalista, chama-se um «negócio entre pessoas de bem» e não precisa, sequer, de ser justificado ou

registado nas contas públicas...

Sempre estamos para ver o que vai decidir o Governo de António Guterres perante um escândalo desta envergadura.

Lisnave: é fartar, vilanagem!

Aliás, o País já está farto de ver o sentido das actuações do Governo de António Guterres neste escandaloso processo das privatizações, onde o Executivo do PS continua aplicadamente a política traçada por Cavaco Silva. O mais recente escândalo diz respeito à Lisnave, que os socialistas estão alegremente a alienar a favor da família Mello, num negócio mais que nebuloso e que já indicia uma golpada semelhante à que o governo de Cavaco engendrou a favor de Champalimaud. Numa imensa confusão, a empresa está a ser alienada, valendo tudo neste processo que se prepara para entregar à família Mello o controlo da Lisnave, incluindo a utilização de empresas fantasmas, como a Equifluid, por trás das quais está o grupo Mello. O escândalo vai ao ponto de impor ao município de Almada restrições e imposições ilegais ao seu PDM, tudo para abrir caminho ao vergonhoso favorecimento do capital monopolista à custa dos bens do Estado. É mais um caso a seguir com muita atenção.

Os 20 por cento

Entretanto, onde o Governo foi muito lesto a decidir foi no aumento do IRS. Sem aviso prévio, o Executivo de António Guterres decidiu aumentar de 15 para 20 por cento o montante da taxa de retenção de IRS que mensalmente os profissionais liberais e a generalidade dos chamados «trabalhadores independentes» têm de fazer sobre os seus proventos, o que dá globalmente um aumento de milhões de contos ao dispor do Executivo e... grandes embaraços a um enorme e indeterminado número de contribuintes, que não estavam preparados para tão substancial subida. Aqui, os legisladores foram céleres, minuciosos e indiferentes à auscultação. As atenções e os desvelos são para as «pessoas de bem», né?

PONTOS NATURAIS

A memória de uma greve

Esta é uma luta que se calhar um dia também os portugueses terão que fazer.

(grevista espanhol)

Há muitas zonas onde já falta o papel higiénico.

Estamos a lutar por coisas que são para todos.

Em Espanha começou a corrida aos supermercados, cujas prateleiras começam a estar vazias.

É uma guerra europeia. Se não nos unirmos todos, não conseguiremos nada.

O cão da GNR mordeu o trabalhador por culpa do major.

Se o patrão acha que devemos avançar, ele que o venha cá fazer.

(camionista português)

Sou assalariado e se faço greve o patrão despede-me.

(camionista espanhol)

Oitenta por cento das mercadorias circulam por estrada. Em Espanha, por causa da greve, a situação caminha para o caos.

Da frota portuguesa, 75 por cento está parada.

Vou para o Algarve carregado de peixe-espada fresco.

(camionista de Vigo)

É uma crise séria.

(Guterres)

Em Espanha, a indústria de automóveis está completamente paralisada.

Os camiões são desviados para St. Nazaire, vêm de barco até Vigo, os barcos descarregam em Vigo os camiões destinados a Espanha, depois os barcos vêm até Leixões e assim vamos funcionando.

(responsável da Citroën de Mangualde)

Pensamos que vamos até Madrid apoiados pelas autoridades. Se vamos ou não, não sei; mas, pelo sim pelo não, estamos a formar o comboio para isso mesmo.

(camionista português)

Os camionistas portugueses em Vilar Formoso continuam a queixar-se da Guardia Civil. A escolta policial só funciona até meio do caminho.

Neste momento, um comboio com cerca de 250 camiões está a sair de S. Sebastiean, sem escolta. Ao que tudo indica, os piquetes de greve fizeram uma pausa para o almoço.

Depois da nossa luta, nada ficará como dantes.

AGENDA

BRAGA

IV Assembleia da Organização Regional do PCP

Domingo, dia 2, às 10h, no Salão dos Bombeiros de Cabeceiras de Basto
com a participação de **CARLOS CARVALHAS**

BENAVENTE

V Assembleia da Organização Concelhia

Sexta-feira, dia 28, às 21h30, no CT local com a participação de **José Casanova**

Reuniões e Plenários

ALMADA - Assembleia da Organização da Célula do Arsenal do Alfeite: sexta-feira, 28, às 18h, no CT Concelhio

LISBOA - II Assembleia da Organização de Freguesia de Marvila: sábado, 1, às 15h, na Comissão de Moradores da Zona I de Chelas.

Plenários de militantes, preparatórios da IV Assembleia da Zona Oriental de Lisboa: das freguesias de S. João (dia 1 às 15h, na Junta de Freguesia), Olivais (dia 1, às 16h30, no Palácio do Contador-Mor - Auditório da BDteca), Alto do Pina (dia 8, às 15h, na Alameda D. Afonso Henriques, 72, 2º).

OEIRAS - Oeiras e S. Julião da Barra - Plenário para discussão da situação política e eleições autárquicas e eleição da Comissão de Freguesia: dia 4 às 21h, no CT de Algés.

QUELUZ - Massamá - Plenário para debate de linhas de intervenção eleitoral na freguesia e programação de iniciativas no ano em curso: dia 28 às 21h30, na delegação local da Junta de Freguesia.

TORRES VEDRAS - Plenário de militantes para discussão da situação política e eleições autárquicas, com a participação de **António Andrez**: dia 28 às 21h30.

76
aniversário
PCP

1921-1997



BARREIRO

COMÍCIO DO PCP
nos Penicheiros

Sexta-feira, dia 28, às 21h
com a participação de **Carlos Carvalhas**
Espectáculo com a Banda do Andarilho

PORTO

COMÍCIO DO PCP
no Cinema do Terço

Sábado, 1 de Março, às 16h
com a participação de **Carlos Carvalhas**

LISBOA

COMÍCIO-FESTA

no Pavilhão Carlos Lopes

Sexta-feira, 7 de Março, às 21h30
com a participação do secretário-geral do PCP
Carlos Carvalhas

Espectáculo com a Brigada Victor Jara

*

VILA FRANCA DE XIRA

Almoço-convívio com a participação de **CARLOS CARVALHAS**
Dia 9 de Março no Pavilhão do Cevadeiro
(Inscrições dos CT's do concelho)

SEIXAL

Almoço comemorativo com a participação de **ÁLVARO CUNHAL**
Dia 9 de Março na Quinta Valenciana (inscrições nos CTs do concelho)

SINTRA

Almoços comemorativos em
• **Agualva-Cacém**: dia 2 no JIP (Inscr.: tel. 9142336)
• **Algueirão/Mem-Martins**: dia 15 no CT do PCP (Inscr.: Tel. 9124498)
• **Rio de Mouro**: dia 15 no CT do PCP
promovido pelo Sector de Empresas de Sintra
(Insc.: 9142336 - 9131355 - 9165226)

QUINTA DO CONDE

Almoço comemorativo
com a participação de **ALBANO NUNES** - Dia 9, no CT do PCP

ALCOBAÇA

Jantar comemorativo em Aljubarrota
Domingo, 2 de Março, com a participação de **ROSA RABIAIS**
(inscrições: Tel. 9142336)

PORTO

Jantar-volante
promovido pelo Sector Intelectual do Porto
com a presença de **URBANO TAVARES RODRIGUES**
Quinta-feira, 6, às 20h30 - no Espaço Convívio do CT da Boavista

FARO

Plenário Regional de eleitos,
militantes e activistas
Sábado, 1, às 15h,
no CT do PCP

BRAGANÇA

Encontro Distrital
com a participação de **Luis Sá**
Domingo, 2, às 15h
no Auditório da Esc. Prep. Augusto Moreno

CDU



PCP-PEV

ALMADA

Encontro Concelhio
com a participação de **Carlos Humberto**
Sábado, 1, às 15h
no Clube Recreativo Piedense

VILA FRANCA DE XIRA

Encontro CDU da freguesia
Sábado, 1, às 15h
na Biblioteca Municipal

CDU apresenta candidatos

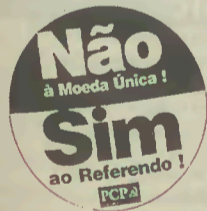
LOURES - Apresentação pública do cabeça de lista da CDU à CM
com a participação de **Carlos Carvalhas** - Hoje, 27, às 18h no Restaurante "A Horta"

CASCAIS - Apresentação pública do cabeça de lista da CDU à CM
com a participação de **Carlos Carvalhas** - Terça-feira, 4, às 19h, no Hotel Baía

CONSTÂNCIA - Almoço-convívio da CDU com
apresentação pública da candidatura de **António Mendes** à CM
Domingo, 2, na Sociedade Recreativa da Portela, com a participação de **José Casanova**

OEIRAS - Apresentação pública dos candidatos da CDU à CM e à AM,
respectivamente **Dr. Arnaldo Pereira** e **Prof. Celorico Moreira**
Dia 28, às 18h no Restaurante "Caravela de Ouro", com a participação de **José Casanova**

VIALONGA - Apresentação pública da candidatura da CDU à Assembleia de Freguesia
Sábado, 1, às 17h no Restaurante "Lavagante Azul"



Sacavém - Sessão pública:

"Moeda única - o que é? para que serve? quem a quer?"
Dia 28, às 21h30, na Academia Recreativa e Musical de Sacavém,
com a participação de **Sérgio Ribeiro**

Leiria - Debate sobre União Económica e Monetária e Moeda Única
Dia 28, às 21h30, no Auditório da Escola Superior de Educação,
com a participação de **Lino de Carvalho**

O Capital, o Trabalho e a Precarização

Debate no CT Vitória

promovido pelo Sector Função Pública da ORL com **Domingos Abrantes**, dia 27 às 18h30,

Lisboa, 27 de Fevereiro às 16h

Telecomunicações, privatização e suas consequências para o interesse nacional

Debate no Centro Europeu Jean Monet

(Lg. Jean Monet, 1, à R. do Salitre - 6º Andar) com a participação de **Francisco Lopes**,
Bernardino Soares, quadros do PCP e convidados

Visita Ecológico-Ambiental

dia 2 Março Domingo

Concentração pelas 14 horas no C. Trabalho Vitória
(Av. da Liberdade 170)

O COLECTIVO DE JOVENS COMUNISTAS da ZONA ORIENTAL de LISBOA convida-o(a) a
participar na Visita Ecológico-Ambiental à Cidade de Lisboa.

Esta iniciativa contará com a participação do Vereador da Câmara Municipal de Lisboa,
Eng.º Rui Godinho, membro do PCP



7.º Encontro Distrital da JCP de Lisboa

sob o lema "Dar mais força à JCP - Intervir por um
distrito melhor!" - Sábado, 1, no CT Vitória

Encontro Concelhio da JCP de Setúbal

Sábado, 1, no CT Arrábida, a partir das 15h

Alhos Vedros - Dia 1 às 21h30 - **Café-concerto no Moinho de Maré**
integrado na campanha "No mundo do trabalho, temos direito aos direitos"

Almada - Dia 1 às 21h30, no CT do PCP - **Noite cubana com música**
ao vivo promovida pela JCP/Almada

Confraternização

de membros das Organizações de Juventude Comunista
dos anos 1974-1994 - UJC - UEC - JCP

- Voz do Operário - Dia 1 de Março, com a participação de **Álvaro Cunhal**

11.30 - Abertura de uma mostra de fotografias e cartazes do período 1974/94
13.00 - Almoço-volante; 14.30 - Intervenção política; 15.30 - Cantar e lutar ("Canto Livre")
Leva a família! Inscreve-te e inscreve outros! (nos Centros de Trabalho do PCP)

TELEVISÃO



Wynton Marsalis, um génio da trompeta - aqui com Kathleen Battle, companheira de muitas aventuras musicais - estará no 'Artes e Letras' desta semana

Quinta, 27

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.20 Tudo em Cima
- 11.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Em Jogo
- 13.55 Malha de Intrigas
- 14.40 O Campeão
- 15.35 Seleção RTP
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 18.05 Sobrevivência
- 19.00 País País
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Enviado Especial
- 21.20 Vidas de Sal
- 22.15 Imparáveis
- 22.45 Polícias
- 24.00 24 Horas
- 00.30 RTP/Financial Times
- 00.45 Olho Vivo
- 01.15 Bom Bordo

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.50 Euronews
- 17.15 Infantil
- 19.30 Notícias 2
- 19.40 Acasos da Guerra
- 20.30 Olhar Amargo

Sexta, 28

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.15 Tudo em Cima
- 11.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Em Jogo
- 14.00 Olho Clínico
- 14.30 Malha de Intrigas
- 15.00 O Campeão
- 16.00 Polícias
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 18.05 100% Natural
- 19.00 País País
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Vidas de Sal
- 21.25 Futebol: E. Amadora-Porto
- 23.30 Magacine
- 00.10 24 Horas
- 00.40 RTP/Financial Times
- 00.55 Mesa à Portuguesa
- 01.25 Acorrentado

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.40 Euronews
- 17.15 Infantil

Sábado, 1

RTP 1

- 08.00 Sempre a Abrir
- 11.30 Cybermaster
- 12.00 Cuidados com os Gatos
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Top +
- 14.40 Amores e Rebelião
- 15.40 Jornal Jovem
- 16.15 2001
- 16.40 O Renegado
- 17.35 Emoções Fortes
- 18.15 Super Bébés
- 18.50 Há Horas Felizes
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Contra Informação (Compacto)
- 21.25 Futebol: Chaves-Benfica
- 23.30 Serviço de Urgência
- 00.25 24 Horas
- 01.00 Chantagem e Sedução

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Oeste Selvagem
- 13.00 Spray
- 13.30 Mesa à Portuguesa
- 14.00 Parlamento
- 15.00 Desporto 2
- 18.00 Sinais do Tempo
- 19.05 Onda Curta: «Inspiração»
- 21.00 Semana ao Sábado
- 22.00 O Lugar da História
- 22.55 Ofício de Matar
- 23.00 Dinheiro Vivo
- 20.05 Foyer - «O Século do Cinema» (VII)
- 21.00 Semana ao Sábado
- 22.00 O Lugar da História
- 22.55 Ofício de Matar
- 23.00 Dinheiro Vivo
- 20.05 Foyer - «O Século do Cinema» (VII)
- 21.00 Semana ao Sábado
- 22.00 O Lugar da História
- 22.55 Ofício de Matar
- 23.00 Dinheiro Vivo
- 20.05 Foyer - «O Século do Cinema» (VII)

SIC

- 08.30 Buéréré
- 12.00 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 Tostões e Milhões
- 14.10 Cuidado com as Aparências
- 14.30 Shogun
- 15.35 Hércules
- 16.25 Raven
- 17.15 Walker IV
- 18.15 Memórias de Um Homem Invisível
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Talvez Falar (com Pedro Abranches)
- 20.55 Clube VIP
- 21.25 Salsa e Merengue
- 22.25 Big Show Sic
- 01.45 Último Jornal
- 02.05 O Bando de Jesse James

TVI

- 09.30 Animação
- 11.30 Novos Ventos
- 12.00 Notícias
- 12.35 A Odisseia Submarina
- 13.30 Contra-Ataque



Murphy Brown lá continua...

- 15.10 Brincando com a Sorte
- 17.10 Top of The Pops
- 18.10 Cybernet
- 18.40 Lar, Louco Lar
- 19.25 Futebol
- 21.20 Telejornal
- 22.00 Xica da Silva (Compacto)
- 23.15 Regresso a Howard Ends
- 01.45 Notícias

Domingo, 2

RTP 1

- 08.00 Sempre a Abrir
- 12.00 Sem Limites
- 12.30 Repórteres da Terra
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Made in Portugal
- 14.40 Alta Voltagem
- 15.15 86-60-86
- 15.55 O Regresso de Tarzan
- 16.50 Ilusões
- 18.05 O Regresso dos Marretas
- 18.35 Golos
- 18.40 Casa Cheia
- 19.20 Jet 7
- 20.00 Telejornal
- 20.50 Os Principais
- 21.50 Vidas de Sal
- 23.00 Domingo Desportivo
- 01.55 24 Horas
- 02.30 Máquinas

RTP 2

- 09.00 Caminhos
- 09.30 Novos Horizontes
- 10.00 70 x 7
- 10.30 Missa
- 11.20 Ciência e Tecnologia - «Horizontes»
- 12.10 Máquinas
- 12.45 Os 100 Melhores Vídeos
- 13.15 Desporto 2
- 17.45 Rosa de Alfama
- 19.35 Bom Bordo
- 20.00 Artes e Letras - «Wynton Marsalis»
- 21.00 Venenos Vitorianos
- 22.05 Horizontes da Memória
- 22.30 Ópera: «Stiffelio»
- 01.00 Vidas do Século: «Maxwel: A Queda» (II)

SIC

- 08.30 Buéréré
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 Internacional SIC
- 14.10 Assuntos de Família
- 14.30 Shogun
- 15.25 Hércules
- 16.15 A Balada de Nova Iorque
- 17.10 Os Imortais
- 18.15 Cyborg
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Talvez Falar



'A Mulher do Sr. Ministro' - uma ajuda de tomo à RTP na guerra de audiências com a SIC

- 20.50 Chuva de Estrelas
- 21.50 Salsa e Merengue
- 22.50 Combate de Gigantes
- 00.45 Último Jornal
- 01.05 Já Soares
- 02.05 Portugal Radical

TVI

- 08.30 Animação
- 11.00 Angelus
- 11.10 Missa
- 12.30 O 8º Dia
- 13.00 Notícias
- 13.20 Portugal Português
- 14.30 A Odisseia Submarina
- 15.30 Praia de Sonho
- 17.10 Top of The Pops
- 18.30 O Detective das Mil Caras
- 18.10 Cybernet
- 18.40 Lar, Louco Lar
- 19.25 Futebol
- 21.20 Telejornal
- 22.00 Profiler
- 22.55 Escândalos
- 23.30 Os Revoltados do Caine
- 00.50 Notícias

Segunda, 3

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.20 Tudo em Cima
- 11.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Em Jogo
- 14.00 Malha de Intrigas
- 14.45 O Campeão
- 15.40 Seleção RTP
- 16.05 Os Principais
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 18.10 100% Natural
- 19.00 País País
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Isto... só Vídeo
- 21.15 Vidas de Sal
- 22.30 A Cor da Noite

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.45 Infantil
- 18.55 Universidades Europeias
- 19.40 O Agente Secreto
- 20.35 Murphy Brown
- 21.00 Acontece
- 21.30 RTP/Financial Times
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 Os Parasitas da Morte
- 00.15 Falatório

SIC

- 10.10 Buéréré
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 Vira Lata
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 Portugal Radical
- 14.40 Donos da Bola
- 15.40 Buéréré
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.55 O Rei do Gado
- 21.55 Ponto de Encontro
- 22.55 A Fúria do Último Escuteiro

TVI

- 12.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
- 15.45 Rio Selvagem
- 16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
- 17.30 Trapos & Cª
- 18.10 California Dreams
- 18.30 Os Caloiros
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.15 Xica da Silva
- 21.10 Em Resumo (Desporto)
- 21.50 Os Mistérios de Bill Cosby
- 22.45 PSI Factor
- 23.40 TVI Jornal
- 00.10 A Balada de Hill Street

Terça, 4

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.15 Tudo em Cima
- 11.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Em Jogo
- 14.00 Malha de Intrigas
- 14.45 O Campeão
- 15.35 Seleção RTP
- 16.30 Jet 7
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 18.05 100% Natural
- 19.00 País, País
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Vidas de Sal
- 21.45 Nós, os Ricos
- 22.30 De Par em Par
- 22.45 Maria Elisa
- 00.45 24 Horas
- 01.20 RTP/Financial Times
- 01.30 Horizontes da Memória

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 17.00 Infantil
- 19.00 Rotações
- 19.35 O Santo
- 20.30 Será Legal?
- 21.00 Acontece
- 21.30 RTP/Financial Times
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 Coma Profundo
- 00.40 Falatório

SIC

- 10.10 Buéréré
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 Vira Lata
- 12.30 O Juiz Decide
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 Portugal Radical
- 14.40 Escrita em Dia
- 15.40 Buéréré
- 18.10 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 O Rei do Gado
- 21.30 Cadeira do Poder
- 23.00 Futebol: Barcelona-Atlético de Madrid
- 00.50 Último Jornal
- 01.15 Toda a Verdade - Terramoto
- 02.25 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
- 15.45 Rio Selvagem
- 16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
- 17.30 Trapos & Cª
- 18.10 California Dreams
- 18.30 Os Caloiros
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.15 Xica da Silva
- 21.10 Pontos nos II
- 22.00 Um Grito de Desespero
- 23.45 TVI Jornal
- 00.20 A Balada de Hill Street

Quarta, 5

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.15 Tudo em Cima
- 11.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Em Jogo
- 14.00 Malha de Intrigas
- 14.30 O Campeão
- 15.25 Seleção RTP
- 16.25 Nós, os Ricos
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 18.10 País, País
- 19.10 Futebol: Manchester-Porto
- 21.25 Telejornal
- 22.05 Vidas de Sal
- 22.50 A Mulher do Sr. Ministro
- 23.25 Liga dos Campeões
- 00.30 24 Horas
- 00.55 RTP/Financial Times
- 01.05 Crime Violento

RTP 2

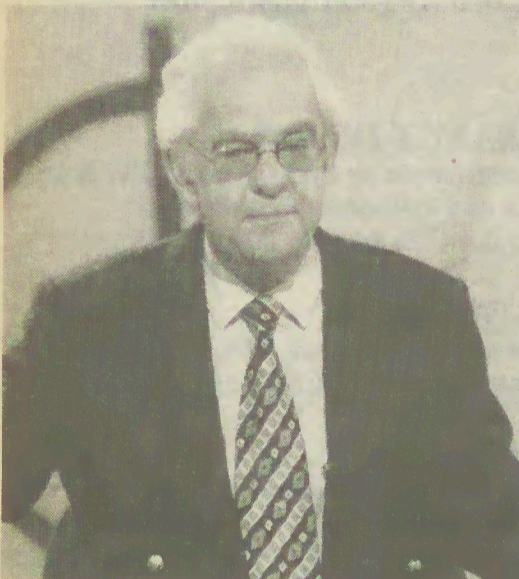
- 16.00 Informação Gestual
- 16.40 Euronews
- 17.15 Infantil
- 19.35 Shaka Zulu
- 20.35 Os Simpsons
- 21.00 Acontece
- 21.30 RTP/Financial Times
- 21.40 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 A Ninhada
- 00.10 Falatório

SIC

- 10.10 Buéréré
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 Telenovela
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 Portugal Radical
- 14.40 Escrita em Dia
- 15.40 Buéréré
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 O Rei do Gado
- 21.30 Cadeira do Poder
- 23.00 Futebol: Barcelona-Atlético de Madrid
- 00.50 Último Jornal
- 01.15 Toda a Verdade - Terramoto
- 02.25 Vibrações

TVI

- 10.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
- 15.45 Rio Selvagem
- 16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
- 17.30 Trapos & Cª
- 18.10 California Dreams
- 18.30 Os Caloiros
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.15 Xica da Silva
- 21.10 Melrose Place
- 22.00 Uma Simples Formalidade
- 23.45 TVI Jornal
- 00.30 A Balada de Hill Street



'Acontece': todos os dias na RTP 2

- 21.00 Acontece
- 21.30 RTP/Financial Times
- 21.40 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 Almas Perdidas
- 02.20 Falatório

- 19.30 Notícias 2
- 19.40 Colditz
- 20.30 Carolina na Cidade
- 21.00 Acontece
- 21.30 RTP/Financial Times
- 21.40 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 Os Novos Monstros
- 00.40 Falatório
- 01.30 Rumo ao Sul

SIC

- 10.10 Buéréré
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 Vira Lata
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 Portugal Radical
- 14.40 Já Soares
- 15.30 Buéréré
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.55 As Aventuras de Camilo
- 21.25 O Rei do Gado
- 22.25 Casos de Polícia
- 23.30 Viva a Liberdade
- 00.35 Último Jornal
- 00.55 Vida de Casal
- 01.55 Contos de Arrepiar
- 02.40 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
- 15.45 Rio Selvagem
- 16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
- 17.30 Trapos & Cª
- 18.10 California Dreams
- 18.30 Os Caloiros
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.15 Xica da Silva
- 21.10 Melrose Place
- 22.00 Crime no Paraíso
- 23.45 TVI Jornal
- 00.20 A Balada de Hill Street

SIC

- 10.10 Buéréré
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 Vira Lata
- 12.30 O Juiz Decide
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 Portugal Radical
- 14.40 Vida de Casal
- 15.30 Buéréré
- 18.00 De Corpo e Alma
- 18.50 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Malucos do Riso
- 21.15 O Rei do Gado
- 22.15 Confissões
- 23.20 Os Donos da Bola
- 01.30 Último Jornal
- 01.50 O Ressuscitado
- 03.00 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
- 15.45 Rio Selvagem
- 16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
- 17.30 Trapos & Cª
- 18.10 California Dreams
- 18.30 Os Caloiros
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.15 Xica da Silva
- 21.10 Melrose Place
- 22.00 Ficheiros Secretos
- 23.45 Identidade Perdida
- 01.35 TVI Jornal
- 02.10 A Balada de Hill Street

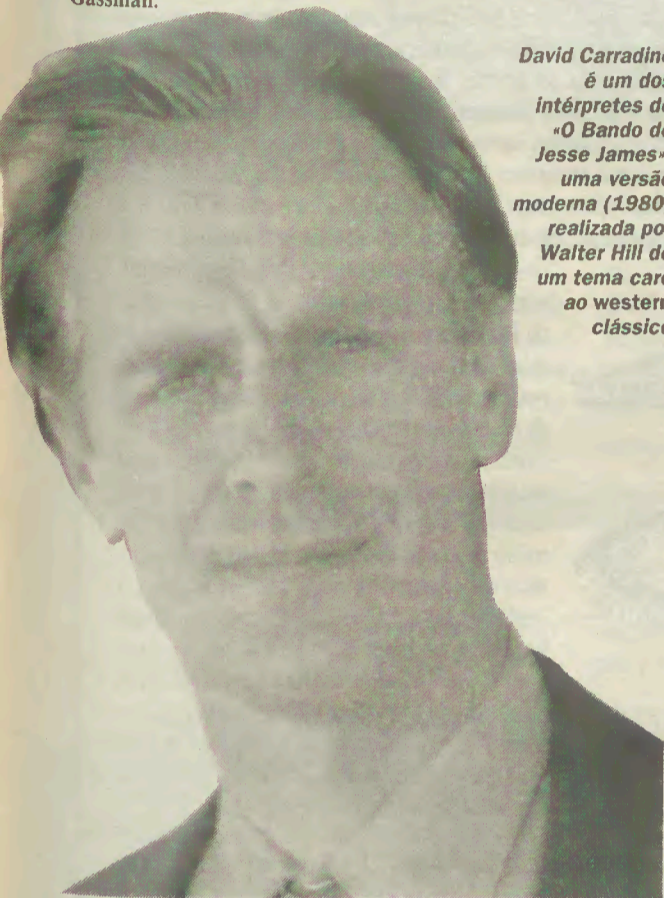
TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Almas Perdidas (Quinta, 22.40, RTP2)

Este filme de **Dino Risi** foge completamente àquilo que dele poderia esperar-se no terreno da comédia. De facto, é tudo menos isso: um jovem vem estudar pintura para casa de um tio em Veneza e, um dia, pouco tempo depois de instalado, descobre uns ruídos estranhos vindos de um dos quartos da casa, tendo-lhe sido dito que um irmão do tio que tinha enlouquecido ali estava encerrado. No entanto, de descoberta em descoberta, o nosso «herói» vem a concluir que era o seu próprio tio que se encerrava naquela divisão da casa simulando a loucura. Uma atmosfera estranha e sufocante, num filme que de forma alguma é dos indispensáveis na filmografia do realizador mas que vale, sobretudo, pela prodigiosa composição dramática de **Vittorio Gassman**.

David Carradine é um dos intérpretes de «O Bando de Jesse James», uma versão moderna (1980) realizada por **Walter Hill** de um tema caro ao western clássico



Os Novos Monstros (Sexta, 22.40, RTP2)

Filme de sketches, como era então hábito, aqui encontrará o espectador um repositório do que de melhor a comédia italiana tinha para nos oferecer na época - o ponto mais alto do género nesta cinematografia. Histórias, há-as para todos os gostos, e seria impossível aqui dar-lhes pequena nota sequer do seu conteúdo. São nada menos de 12 (!), realizadas pela mão de cineastas como **Dino Risi**, **Ettore Scola** ou **Mario Monicelli** e, entre os intérpretes, não podem deixar de ser destacados **Vittorio Gassman**, **Alberto Sordi** e **Ugo Tognazzi**, no campo masculino, ou **Ornella Mutti** e **Orietta Berté** no campo feminino. Diz-se que o filme foi realizado para vir em auxílio de uma personalidade do mundo do espectáculo italiano atingida por doença incurável - e muitos dos sketches foram improvisados durante a própria rodagem. A não perder!

Brincando com a Sorte (Sábado, 15.10, TVI)

Entre um jogador inveterado (**Charlie**) e um outro jogador de tempos livres (**Bill**) acaba por nascer uma simpatia mútua após uma partida de poker em que ambos foram acusados de «estarem feitos» um com o outro. Aproveitando o balanço da amizade e da fortuna, ambos decidem, então, dirigir-se para **Reno**, um centro dos «jogos de azar» por excelência, onde **Bill** consegue ganhar, sem grande esforço, praticamente todos os jogos em que se mete. Dizem as crónicas de bastidores sobre este filme de **Robert Altman** (de **Jean-Loup Berget**, no seu livro **Robert Altman**) que o esquema de filmagens estabelecido pelo realizador contribuiu sem dúvida para lhe transmitir um grande cunho de autenticidade, como se estivessemos perante uma peça de cinema-verdade. Por um lado, as cenas foram filmadas praticamente pela própria ordem da montagem final e, por outro lado, em **Reno**, **Altman** fazia invariavelmente com que os actores frequentassem uma sala de jogo real para melhor se ambientarem antes de irem rodar as cenas para a «sala de jogo» encenada em estúdio - ali mesmo ao lado. Além disso, na partida de poker final, o realizador aproveitou a colaboração de um dos mais famosos jogadores profissionais da época: **Amarillo Slim**. Uma curiosidade.

Memórias de Um Homem Invisível (Sábado, 18.15, SIC)

Fraquinho. Fraquinho. Nada que chegue aos calcanhars do que o realizador **John Carpenter** sabe fazer. Mas se não houver nada mais interessante para matar o tempo, o filme é capaz de divertir um pouco.

Por causa da situação de que parte: um homem (**Chevy Chase**) é apanhado por uma situação inesperada, ou seja, torna-se invisível por causa de uma experiência secreta levada a cabo pelo governo. Montes de «efeitos especiais» dão conta dos absurdos e inverosímeis clichés visuais que, em geral, acompanham estas histórias de «homens invisíveis» mas o filme não chega a atingir o que promete. **Daryl Hanna**, sim. Basta-lhe estar...

Ofício de Matar (Sábado, 22.55, RTP2)

Um assassino profissional (**Jef**) é encarregado por gangsters desconhecidos de eliminar o dono de um clube nocturno mas o seu acto é testemunhado pela pianista desse clube (**Valérie**). Suspeito e preso pela polícia, o assassino arranja um alibi em conluio com a sua amante (**Jane**) e o comissário, perante a falta de provas, não tem outra solução senão libertá-lo. Quando finalmente **Jef** vai procurar recolher o produto do «trabalhinho», tentam eliminá-lo, mas ele apenas fica ferido num braço. Entretanto, um outro gangster oferece mais dinheiro a **Jef** se este matar a pianista, que pode vir a constituir um perigo potencial. Mas **Jef**, ao procurar dar conta do recado, é apanhado pela polícia disparando um revólver vazio de balas e acaba por ser abatido. Excelentemente realizado por um reputado especialista europeu - **Jean-Pierre Melville** - de um género eminentemente americano que ficou conhecido na História do Cinema por uma designação inequivocamente francesa (*film noir*), **Ofício de Matar** é, como sempre acontece com este realizador, povoado por personagens muito mais romaneadas que reais, embora mais uma vez se comprove que só a figura de **Alain Delon** poderia dar este corpo «real» a uma personagem tão solitária quanto glacial.

Regresso a Howards End (Sábado, 23.30, TVI)

Produzido com o tradicional bom gosto de **Ismail Merchant** e **James Ivory** e realizado por este último, **Regresso a Howards End** corresponde também, quanto ao argumento e à escrita cinematográfica, àquilo que seria de esperar da escritora **Ruth Prawer Jhabvala**, habitual argumentista do realizador. O que equivale a dizer que a adaptação ao cinema deste romance de **E. M. Forster** ultrapassa o risco de se transformar (como poderia acontecer em más mãos) em mais um banal melodrama e, ao contrário do que sucede com outras obras de **Ivory**, escapa ao academismo mais acabado. Ao contrário, trata-se de um profundo estudo sobre as contradições entre duas famílias da média burguesia na Inglaterra eduardina no qual são ainda inseridos, com grande subtilidade, elementos de uma situação de conflito de ideias e de classe. Nomeado para nove das principais categorias dos Oscars de 92, **Howards End** foi contemplado com nada menos do que três desses troféus: Melhor Actriz Feminina (**Emma Thompson**), Melhor Adaptação Cinematográfica (**Ruth P. Jhabvala**) e Melhor Cenografia (**Luciana Arrighi** e **Ian Wittaker**). Mas se a interpretação de **Emma Thompson**



Chevy Chase é o actor que «não dá corpo» à personagem principal de «Memórias de Um Homem Invisível», filme de **John Carpenter**

é, de facto, notável, as interpretações de **Anthony Hopkins** e **Vanessa Redgrave** não são de menor qualidade, bem como as dos inúmeros «secundários».

O Bando de Jesse James (Sábado, 02.05, SIC)

Esta é a história «atribulada» (para dizer o mínimo) dos famosos bandos dos irmãos **James** e dos irmãos **Younger**, cuja ocupação preferida era atacar e roubar bancos e comboios durante a época da Guerra Civil. Finalmente, depois de uma série de êxitos que o espectador (como de costume) acompanha com grande sentido de... solidariedade, somos assaltados pela consciência de que, afinal, «o crime não



Elliott Gould, intérprete principal de «Brincando com a Sorte», de **Robert Altman**



Um fotograma de «Regresso a Howards End», um dos melhores filmes de **James Ivory**

compensa» - e tudo acaba em desgraça para os criminosos! Diz-se que esta visão de **Walter Hill** das venturas e desventuras destes bandos famosos é mais realista do que aquela já ensaiada por grandes mestres que já versaram o tema em grandes obras anteriores, como **King**, **Ray** ou **Lang**. Mas interessante, sem dúvida, é a atribuição dos papéis dos gans de irmãos a actores também irmãos: o par dos **Keach** (**James** e **Stacey**), o par dos **Carradine** (**David** e **Robert**) sem contar, ainda, com os pares dos **Quaid** (**Dennis** e **Randy**) e dos **Guest** (**Cristopher** e **Nicholas**).

Os Revoltados do Caine (Domingo, 23.30, TVI)

Segura de que o comandante do seu navio havia enlouquecido, a tripulação do draga-minas **Caine** revolta-se e substitui-o no comando em pleno mar alto. Mais tarde, no julgamento deste «crime», tudo ficaria esclarecido. Bem conhecido dos telespectadores, recordemos que este filme ficou sobretudo famoso e conhecido através da interpretação surpreendente de **Humphrey Bogart**, embora tenha resultado relativamente longo.

A Fúria do Último Escuteiro (Segunda, 22.55, SIC)

Há destaques que apenas pretendem constituir uma advertência em matéria de bom senso. Neste caso, **A Fúria do Último Escuteiro**, pretendendo tomar-se por um produto que antecipadamente adivinha - e, portanto, pretende corresponder - ao chamado gosto do «grande público» (gosto que, entretanto, sem o menor escrúpulo, pelos mais variadíssimos meios vai sendo laboriosamente moldado para que a recepção por parte deste se processe com a maior «naturalidade»), acaba por revelar-se, sem qualquer dúvida, um filme de extrema violência e cinismo, construído com o desonesto alibi de contar com o chamariz de uma grande vedeta - **Bruce Willis**. Produzido por **Joe Silver**, um especialista em filmes cujo único móbil é chafurdarem na degradação e na violência face às mulheres e às crianças, este objecto é mais uma peça sinistra na «guerra de audiências» (agora no campo do cinema em televisão), um vômito nojento, uma grosseria sem par, um produto que (embora, para espanto dos ingénuos, já tenha sido em tempos inadmissivelmente transmitido pelo nosso «serviço público» de televisão) está ao nível do que «de melhor» a **SIC** tem para nos oferecer. Nesta como noutras matérias.

Um Grito de Desespero (Terça, 22.00, TVI)

Baseado num caso real, este telefilme que se diz apresentar uma qualidade acima da média, conta-nos a história dramática de uma mulher que é constante e brutalmente agredida e maltratada pelo marido e que nunca consegue ter êxito ao queixar-se destas violências à polícia. Finalmente, após um advogado se ter interessado por este drama, a jovem mulher decide processar a polícia acabando por ganhar a causa num julgamento profundamente dramático que teve grande repercussão nos EUA. Com **Nancy McKeon**, **Dale Midkiff** e **Graham Jarvis**.

TELEVISÃO

■ Francisco Costa

Espanto? Nem tanto!

«Sob pena de degradação do regime democrático, não é possível desempenhar, em simultâneo, na vida real e na encenação televisiva, os papéis de deputado, dirigente partidário, jornalista ou comentarista. Desta forma, todos os dias seriam 1 de Abril. Que a SIC e Pinto Balsemão tenham paciência: contratem actores profissionais ou recorram a pessoas sem responsabilidades políticas. Como nos outros "reality shows".»

(Mário Mesquita, provedor dos leitores - «Diário de Notícias», 24.02.97)

Foi com estas palavras sem dúvida certas - embora obviamente autocontidas pelas «cauteladas» face às espantosas imprudências (para dizer o mínimo!) que sucederam casa adentro e temperadas pela provável ingestão de litros e litros de «caldos de galinha» - que o jornalista Mário Mesquita entendeu terminar a sua ponderada e notável crónica sobre o mais recente e degradante escândalo que veio manchar ainda mais o já tão conspurcado panorama televisivo português e foi levantado pela transmissão do primeiro episódio de mais um lamentável programa da SIC - o já famigerado «A Cadeira do Poder». Muito gostaríamos de demonstrar idêntica calma ao abordar nestas páginas mais este atentado à inteligência, à disponibilidade e à vulnerabilidade de milhões de espectadores - tantas e tantas vezes violentadas pelos operadores público e privados de televisão em nome do «serviço» e/ou das «criações artísticas» que, com todo o descaramento, alegam prestar-lhes ou proporcionar-lhes. Mas permitimo-nos sublinhar que, sobretudo neste caso particular, os chamados «paninhos quentes» estão longe de ser suficientes para denunciar com o vigor que se impõe este género de atropelos à ética e à dignidade do jornalismo e da política!

Produto de mentes distorcidas

Chamemos às coisas o que elas são: em primeiro lugar, «A Cadeira do Poder» é um produto televisivo que exclusivamente se compraz em pertencer (e a excedê-la em termos de mau gosto) à já imensa legião de «formatos» televisivos que, pelo sensacionalismo em que se baseiam, exclusivamente procuram enganar e manipular as pessoas e prendê-las ao televisor a partir de «factos» ditos imaginários - mas «documentados» e «encenados» em imagens e sons inteiramente confundíveis com a realidade e susceptíveis de ser vistos e ouvidos como tal. Não estão portanto em causa as funções lúdicas e de puro divertimento a que os responsáveis pelo programa publicamente alegam procurar dar corpo. O que está em causa é a forma doentia e arreada de qualquer espécie de escrúpulos (face às consequências dos mecanismos que desencadearam) pela qual esses mesmos responsáveis agora avançam absurdas e desonestas justificações. Não só antes como - pelo que se tem visto e ouvido - mesmo depois do crime cometido!

Vejamos: jamais será a costumada piroseira de mais um grandiloquente cenário inventado por Tomás Taveira que poderá levar o espectador desprevenido a confundir o «palco do espectáculo» com a dignidade arquitectural e decorativa de um parlamento a sério. Também é altamente improvável (embora em flagrante dessintonia com a própria megalomania do sujeito) que uma personagem insignificante como é Artur Albarran, mesmo colocando-se como lhe é habitual em bicos-dos-pés, precise de «guarda-costas» para se movimentar em estúdio. Do mesmo modo, o barulho das luzes, a introdução gongórica da sonoplastia, a utilização de um actor e figurantes pagos, os frenéticos aplausos comandados pelos assistentes atrás das câmaras e o próprio design da produção, não diferem grandemente, em termos de leitura televisiva, das fórmulas costumeiras que imediatamente estão associadas às maiores indigências televisivas que nos têm assolado nos últimos anos.

Não é aí que está o problema de fundo que este programa levanta: ele radica, antes, na simples questão de não ser claro para a generalidade dos espectadores onde começa a ficção e onde termina a realidade. E porquê?

Os hábitos de produção e consumo

Já há tempos tentei aqui avançar algumas considerações avulsas acerca da especificidade dos mecanismos através dos

quais se manipula (no sentido técnico e não só) a própria realidade. Por exemplo, a propósito da série norte-americana «Crimes» (no original «Cops»), há anos transmitida pela mesma SIC, tive a oportunidade

de escrever nestas páginas: «independentemente do que, do ponto de vista ético, a materialização concreta do projecto em geral significa, o carácter "sedutor" da série "Crimes" aposta, em primeiro lugar, na veracidade que o acompanhamento de reais operações de polícia em relação a reais suspeitos automaticamente lhe transmite e, em segundo lugar, na inegável agilidade profissional com que, do ponto de vista técnico, os rudes sons e imagens que representam essa realidade são captados, tratados e manipulados.». E, tempos

dada estação de televisão durante horas a fio, estando assim aparentemente mais apto a discernir sobre todas as incidências e ocorrências que vão percorrendo essa emissão - tal como neste caso aconteceu a propósito das interrupções de «O Rei do Gado».

Assim - e independentemente de problemas relacionados com questões não negligenciáveis como «difamação», «violação da privacidade» ou «abuso da liberdade de informação», patentes durante todo o programa - é absolutamente provável que, quem tenha apanhado a meio do percurso a primeira emissão de «A Cadeira do Poder», não tenha conseguido distinguir, em tal ou tal momento, o que era «real» do que era «inventado». Sobretudo porque, ao mesmo tempo que lhe eram injectados no televisor novos fragmentos de um telegenial inventado, nesses fragmentos figuravam - nalguns casos, independentemente da sua vontade e conhecimento prévio (!), noutros casos em excertos de declarações produzidas noutros contextos (!), noutros ainda na suposição de que os seus depoimentos seriam utilizados com outros fins (!) - rostos e vozes de conhecidos políticos e personalidades da

chamada «sociedade civil», a par de toda uma «iconografia» (imagens da Assembleia da República, serviços de urgência de hospitais, imagens em movimento e fotografias reais, microfones de repórteres) que, através da montagem e manipulação, tornavam inteiramente verosímeis essas sequências. O mesmo se passando com as imagens e os sons (às vezes, as próprias declarações) de médicos, de enfermeiras, etc. Mesmo em termos de «encenação» de um programa de «informação», não é assim - daquela forma histórica, leviana e caricata - que tantas vezes vemos comportarem-se verdadeiras molhadas de jornalistas que, de atropelo em atropelo, vão em busca da «sensação» que lhes garanta o ordenado ao fim do mês, contra o recibo verde?!

Entre a lata e o espanto

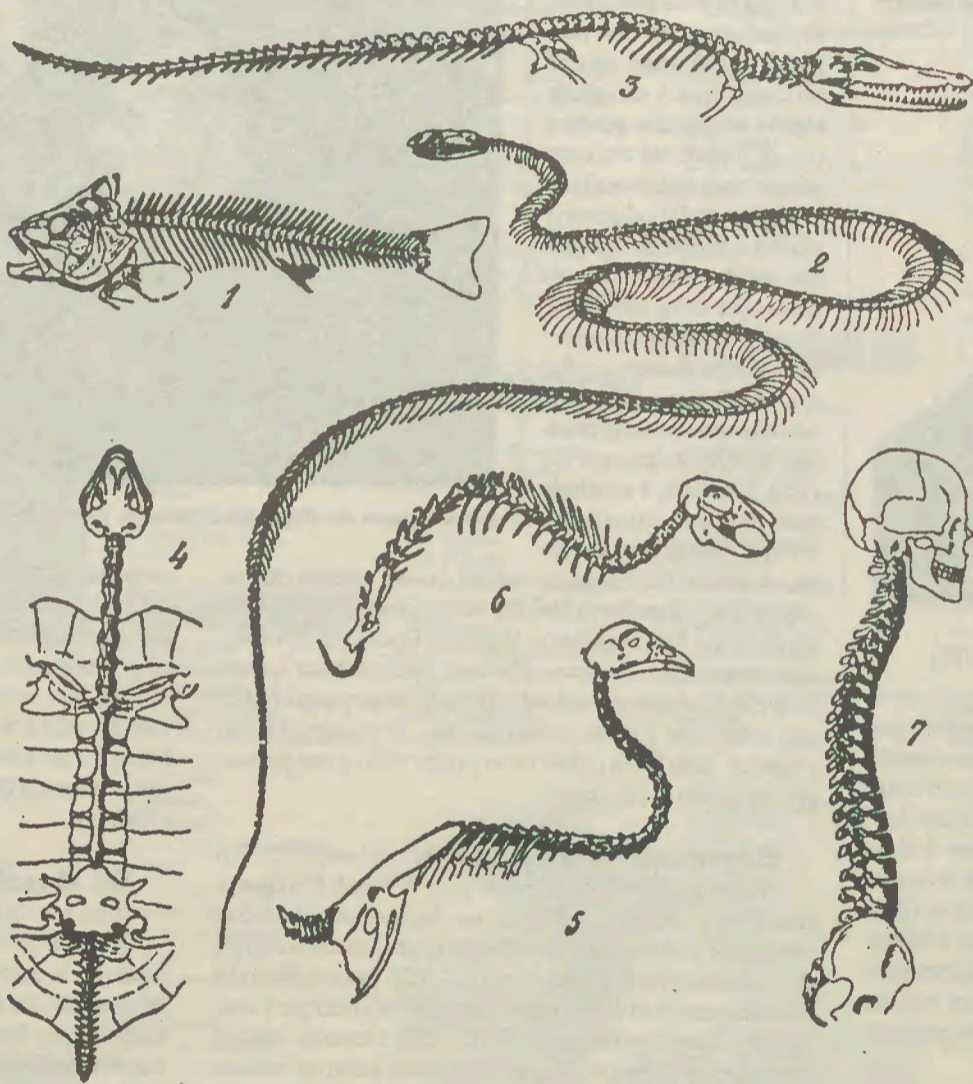
Inadmissível é que um jornalista como Vasco Pulido Valente, ao mesmo tempo que acerta na mouche em outros pontos da sua crítica ao programa, mais uma vez aproveite para dar largas ao veneno que lhe corre nas veias e - confundindo alhos com bugalhos e errando o alvo do seu fel - venha agora verter no «Independente» (21.02.97) que «(o programa) revela o que da política actual pensa o cidadão comum» ou que «os portugueses já não se interessam pelos problemas substantivos do país», quando o que acontece é que, precisamente ao contrário, é esta forma sem vergonha nem princípios de fazer televisão que pretende inculcar e espalhar esse estado de espírito nos espectadores.

Espantoso é que comentadores como Carlos Magno ou Nuno Rogeiro - o primeiro no «Fórum TSF», safando a água do capote, o segundo (pasmese!) pretendendo desviar as atenções argumentando na imprensa com o «inqualificável jornalismo» demonstrado pelo «Tal e Qual» a propósito de Alberto João Jardim - façam de contas que não representaram o papel que todos lhes vimos representar!

Espantoso é que, tanto Torres Couto como Santana Lopes como Rui Oliveira e Costa, não estremeçam de vergonha perante as tristes figuras que fizeram e, com elas, perante a irresponsabilidade que professam e o mau serviço que prestaram à política séria e aos políticos honestos deste país.

Espantoso é que os directores de dois dos mais importantes jornais do País - sabendo dos condicionalismos e do desprestígio que arrivistas e oportunistas têm trazido a uma profissão digna entre as mais dignas - se não tenham minimamente precavido contra as habituais golpadas a que as estações de televisão, com particular destaque para a SIC, nesta matéria já habituaram tudo e todos! Como do mesmo modo espantosa é a demarcação tardia das estações de rádio que de início alinharam com a produção do programa ao autorizar a utilização dos seus indicativos musicais e dos logotipos dos seus microfones.

Espantoso? Nem tanto! É esperar e ver como todos os principais implicados e protagonistas, já no próximo programa, perante as mesmas câmaras e microfones, vão certamente tentar arranjar laboriosas justificações e alibis para os seus vários protagonismos... É que, mais do que informação-espectáculo, do que agora já se trata - e eles verdadeiramente não se importam de ajudar a servir ao domicílio - é do espectáculo da desinformação! Pago a peso de ouro, como se vê!



depois, então a propósito da transposição para a linguagem da reportagem televisiva de algumas técnicas próprias das obras de ficção para cinema ou para televisão, pode acrescentar: «porque os mecanismos de "reprodução da realidade" tinham já provocado os pretendidos efeitos ao serem progressivamente adoptados e absorvidos nos seus hábitos de recepção por parte do espectador, pretendia-se agora que este fosse levado a melhor consumir certas "reportagens" e "notícias", atraindo-o e captando-o através de dispositivos pertencentes ao mundo da ficção».

Ora o que se passa com «A Cadeira do Poder» é ainda mais sinistro, porque mais refinado na sua grosseria manipulatória (passe o paradoxo!). Aqui, repito, são ainda mais tênues as verdadeiras fronteiras entre ficção e realidade. Quando se interrompe uma telenovela para um flash noticioso de evidente «sensação», estão-se a adoptar precisamente os mesmos mecanismos de frenesim, agilidade técnica e vigarice deontológica a que o espectador tem sido nos últimos anos submetido e habituado, na maior das impunidades face às leis vigentes na matéria: isto porque já é para ele «natural» interromper-se um filme ou um programa de ficção com a súbita inserção, sem aviso prévio (provocando fria e deliberada confusão em termos de «leitura»), de imagens e de sons pertencentes a outros produtos de ficção ou de informação ou de «promoção da estação», como golpada suprema para fazer anteceder os spots de «publicidade comercial» (uma moda instaurada pela SIC e logo seguida pelos outros operadores de televisão). Por outro lado - e mesmo sendo conhecida a impressionante «teledependência» que, por motivos culturais e económicos, grassa entre nós - nada pode levar sequer a admitir que um determinado espectador siga a emissão de uma estação de uma

ESCAPARATE

Uma primeira-dama do canto britânico

Ainda faltam seis dias para a realização deste excepcional recital de canto e não custa nada ainda tentar arranjar bilhetes (ou desistências). É que se trata de uma das mais espantosas cantoras inglesas, a soprano «Dame» Felicity Lott, num recital com acompanhamento ao piano de Roger Vignoles. O programa será constituído por ciclos de canções de alguns dos maiores cultivadores do género, como Franz Schubert, Félix Mendelssohn-Bartholdy, Johannes Brahms, Emmanuel Chabrier e Benjamin Britten. Tudo isto se passa na próxima quarta-feira, 5, pelas 19 horas. Se for possível, um recital a não perder!



António Saiote



Bernardo Sasseti, Carlos Barretto e Alexandre Frazão

Clarinete-solo no CCB, em Belém

Só um instrumentista de eleição como é o clarinetista português António Saiote - que alia a esta actividade a de importante pedagogo e, mais espaçadamente, chefe de orquestra - poderia abalançar-se a um recital a solo como este, mesmo tratando-se de uma sala de características especiais como é a Sala de Ensaio do CCB. É hoje, às 19



Desenho representando Felix Mendelssohn, ao órgão, tocando para a Rainha Victória e o Príncipe Alberto

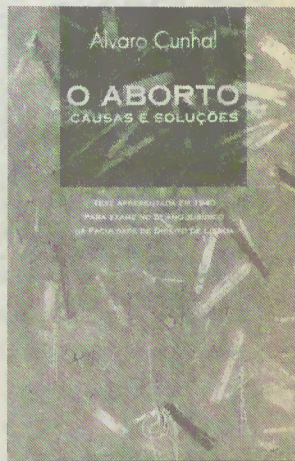
horas, e do repertório fazem parte nada menos do que três peças de

jovens compositores portugueses contemporâneos - «Anamorphosés II (com fita magnética), de Isabel Soveral; «Langará», de Alexandre Delgado; e «Integrais II», de João Pedro Oliveira - às quais vêm juntar-se obras de dois outros compositores consagrados: respectivamente «Gratefully Yours, Mr. Goodman», de Camilló Landway, e «Sequência IX A», de Luciano Berio.

Ainda no CCB: Jazz

Também hoje, ali ao lado (no Pequeno Auditório), mas às 22 horas, continuará uma curta série de três concertos com nomes destacados do Jazz português actual. Depois de ontem ter actuado o trio do contrabaixista Carlos Bica, esta noite será a vez da cantora Paula Oliveira, em duo com o pianista norte-americano Arman Donelican, e amanhã, à mesma hora, actuará o trio constituído por Bernardo Sasseti (piano), Carlos Barretto (contrabaixo) e Alexandre Frazão (bateria).

LIVROS



O Aborto Causas e Soluções

Trata-se de um texto escrito há 57 anos, este que a Campo das Letras edita agora com oportunidade, quando o plenário da Assembleia da República debatia e votava projectos de lei sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez. O livro, da autoria de Álvaro Cunhal, constituiu a sua tese apresentada para exame do 5º ano jurídico na Faculdade de Direito de Lisboa. O jovem estudante - e já então activo militante comunista - defenderia a sua tese perante os professores Cavaleiro Ferreira, Marcelo Caetano, Pedro Pita e Jaime Gouveia, todos eles figuras mais ou menos gradas do fascismo, mas que acabaram por atribuir a classificação final global de 16 valores ao trabalho do jovem comunista. Álvaro Cunhal, conforme ele próprio revela na *Explicação necessária*, introduzindo o texto agora publicado, havia sido preso em Maio desse ano de 1940, tendo ido a exame em Julho, autorizado a tal «na sequência de um forte movimento de solidariedade», e «acompanhado por uma brigada da PIDE». E o autor recorda que o original, «não revisto e não finalizado», havia sido apreendido aquando da sua prisão, tendo sido reclamado e obtida a sua entrega na Faculdade. O autor não foi, porém, autorizado a recebê-lo nem a revê-lo, e o texto não foi posteriormente recuperado. Apenas uma cópia, na posse de familiares, lhe foi entregue já depois do 25 de Abril. Para além destes episódios, que dizem bem da perseguição fascista aos intelectuais progressistas, resta o próprio trabalho do autor, de uma «incontestável actualidade», conforme sublinha o Editor, em nota introdutória. «Neste estudo, corajoso e inovador, são analisadas, numa perspectiva marxista, as causas históricas, económicas e políticas e apresentadas soluções para aquele grave problema social e humano». A «incontestável actualidade» releva não apenas da actualidade do debate, mas dos próprios factos que se mantêm, como ainda se esclarece na *Nota do editor*: «(...) a tese revela-nos que nesta questão, e salvaguardando as diferenças e transformações decorrentes do tempo histórico e social, se mantêm hoje os aspectos mais graves da situação: as causas sociais que levam as mulheres a recorrer ao aborto; o número elevadíssimo de abortos clandestinos e as suas dramáticas consequências; as efectivas discriminações de classe; a ineficácia das leis penais.»

TEATRO

Cyrano em Lisboa...

A grande originalidade do espectáculo que se estreia amanhã no Teatro da Trindade está no facto de



que são três as visões da personagem de Cyrano de Bergerac (criada por Edmond Rostand) numa versão de Claudio Hochman, um jovem encenador argentino radicado em Portugal: a interpretação de uma companhia de teatro clássico, de uma companhia popular e de uma companhia de dança contemporânea. A interpretação estará a cargo de Alfredo Brito, Ana Leonor Barata, Augusto Portela, Bruno Schiappa, Cristina Bizarro, Felix Lozano, João Brás, João Ricardo e Rui Sérgio. Com tradução de José Geraldo, música de César Lerna, coreografia de Clara Andermatt e cenografia de José Carlos Barros, o espectáculo estará em cena de 28 deste mês a 9 de Março, com sessões de terça a sábado pelas 21.30 e aos domingos pelas 18 horas. O guarda-roupa e os figurinos

são da autoria de Maria Gonzaga e a confecção de cenários de Publicena / Rebocho.

... e bom Teatro em Bragança

No desenvolvimento da actividade eminentemente cultural de levar o teatro às populações e, em particular, às crianças das escolas, continua a actividade da Companhia Profissional «Teatro em Movimento». Por exemplo, hoje e amanhã, poderão ainda ser vistos os espectáculos «Este é o Dente Doente», às 22 horas, no Estúdio António Pedro, em Bragança, e «Portugal, País de Abril», às 10.30 e 14 horas, nas Escolas Primárias de Vila Flor. Para o mês de Março, estão já programados novos espectáculos desta última peça, para os dias 3, 4 e 5, pelas 10.30 e 14 horas, nas Escolas Primárias de Torre de Moncorvo.

XADREZ

DC - 27 DE FEVEREIRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997X09
Por: FERDINAND MÖLLER
1893

Pr.: [3]: Ps. c2, d7 - Ré4
Br.: [6]: Ps. b3, b4 - Bs. c1, f1 - Tf6 - Rf2

Mate em 3 [três] lances

SOLUÇÕES DO Nº 1997X09 [FM]
1. ... Rf5; 2. Bg2+, Rf5; 3. Bb2++
1. Rf2!; 2. Tg6+, Rf5; 3. Bb3++
A. de M. M.

DAMAS

DC - 27 DE FEVEREIRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997D09
Por: PAUL DEGUÉE

Pr.: [3]: 13-25-(37)
Br.: [4]: (11)-14-20-50

Branças jogam e ganham

[D. P. D.] P. D. 6067961961
10-46+
11-11-22(37x5); 2-22x4 (25x1) 3-3, 4-10 e 4-4
A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
11														
12														
13														

HORIZONTAIS: 1 - Bloco de ferro onde se batem ou afeiçoam metais; peça de madeira ou metal para juntar ou segurar. 2 - Amerício (s.q.); graça. 3 - Relação de nomes ou objectos; espiral de cabelo frisado ou encaracolado (pl.). 4 - Suf. de agente; broto; apeido. 5 - Compaixão; revestem com laca; preposição. 6 - Autor de «Os Maias»; base; a minha pessoa; pássaro. 7 - Azeda; desequilibrado moralmente. 8 - Pedra de moinho; tostei; Actínio (s.q.). 10 - Fútil; local onde se faz mercado; campeão. 11 - Provisão de mantimentos (pl.); aliada. 12 - Espécie de escumilha; nesse lugar. 13 - Oprimira; pessoa tosca.

VERTICAIS: 1 - Parte da barba que se deixa crescer no lábio superior; incolor. 2 - O pôr-do-sol. 3 - Elevação produzida por contusão ou pancada, especialmente na cabeça; mulher que cria uma criança alheia; planície entre duas montanhas. 4 - Árvore que produz estoraque (bras.); cortesia. 5 - Vencimento diário dos militares que não têm patente de oficial. 6 - Aparelho que, por meio de sinais convencionados, transmite mensagens rapidamente e à distância. 7 - Estima muito; catédrais. 8 - Mau cheiro (bras.); empunhei. 9 - Nome de mulher; época. 10 - Designariam pelo nome. 11 - Larva que se cria nas feridas dos animais. 12 - Matiza (fig.); sectário do paganismo. 13 - Plana; juntici; passar para fora. 14 - Invoca. 15 - Abdómen; tranqüilizo.

SOLUÇÃO

HORIZONTAIS: 1 - Bigorna; cavilha. 2 - Am.; ri. 3 - Lista; anés. 4 - Or.; cmano; Sã. 5 - Dó; lacam; em. 6 - Egar; pé; eu; ave. 7 - Amarga; tarado. 8 - Asa; cr; emano; 9 - Mf; asset; Ac. 10 - Va; ferra; ás. 11 - Avios; amiga. 12 - Ló; at. 13 - Onc; rera; mazotto.

VERTICAIS: 1 - Bêode; amorfo. 2 - Ocaso. 3 - Galo; ama; vale. 4 - Omiri; favor. 5 - Pé; 6 - Telegrafo. 7 - Ama; sés. 8 - Aca; ast. 9 - Ana; cra. 10 - Nomca-riam. 11 - Ura. 12 - Irsa; pagão. 13 - Lisa; adi; sair. 14 - Evoca. 15 - Abdome; acal- mo.

LEITURAS

Histórias do Nordeste

Realizadas a partir da publicação (pela Editorial Escritor) de «Histórias do Nordeste», 31º título publicado pelo escritor Modesto Navarro, estão a realizar-se em quatro concelhos do Nordeste Transmontano - Macedo de Cavaleiros, Torre de Monvorvo, Alfândega da Fé e Vila Flor - sessões dedicadas a professores e alunos de escolas secundárias e restantes populações. Assim, por exemplo, na manhã e tarde de hoje, haverá sessões com professores e alunos na Biblioteca Municipal de Alfândega da Fé e à noite, pelas 21 horas, uma outra sessão com a população terá lugar na Associação Recreativa Alfandeguense; e amanhã, para além de sessões com professores e alunos na Escola Secundária de Vila Flor, haverá às 17.30 um encontro do escritor com a população na Biblioteca Municipal.



REVISTAS

Revista italiana elogia Teatro de Almada

Uma das mais prestigiadas revistas europeias especializadas em Teatro - a «Sipario» - publica num dos últimos números (dedicado a festivais teatrais) uma desenvolvida reportagem sobre o Festival de Teatro de Almada, que considera um dos mais importantes no nosso continente. Com efeito, Rosanna Bocchieri escreve que «o Festival de Almada se confirma como uma etapa importante, pela sua especificidade, em comparação com outras manifestações internacionais - sendo aqui evidente o encontro entre a Europa e a América Latina -», e pelas propostas culturais que nos abrem para outras realidades». Além destas referências, esta crítica teatral destaca (apreciando-os de forma elogiosa) alguns dos últimos espectáculos da Companhia de Teatro de Almada.



Novo número de «Cadernos»

Também em Almada, saiu do prelo o último número da revista «Cadernos», revista de teatro editada pela Companhia de Teatro de Almada e dirigida por Joaquim Benite. Entre os colaboradores deste número destacam-se Urbano Tavares Rodrigues, Carlos Porto, Fernando Midões, Maria João Brilhante, Ana Maria Ribeiro e o encenador e professor espanhol Pedro Alvarez-Ossorio.

A TALHE DE FOICE Política

A notícia apanhou-me ia eu a caminho dos Armazéns do Povo comprar uns sapatinhos para a Zezinha, que aquela de saber que a insigne senhora anda por aí a gastar meias-solas no seu apoio às mulheres portuguesas, coitadinha, calou fundo no meu coração de mulher, que sei bem como é que os calos mordem, e não é só de sapatos apertados que estou a falar, é da vida, que quando lhe dá para ser cadela abocanha nas mulheres que é um ver-se-te-avias. A Zezinha também deve saber, para gastar assim tanto calçado, parece-me que estou a vê-la a andar por Lisboa colina abaixo colina a cima a bater chinela na calçada, salvo seja, o que revela não só bom coração como muita despesa, que isto de sapatos está pela hora da morte, não há salário de deputado que aguento. Foi por isso que depois de ter ouvido aquele desabafo das meias-solas na Assembleia da República decidi fazer qualquer coisa, que as mulheres não parecendo são muito solidárias, então depois de um debate daqueles era vê-las lá no bairro vizinha isto vizinha aquilo, tome lá um raminho de salsa, se a sua menina precisar já sabe, num instante se fez ali uma recolha de fundos e depois de muita discussão e dois referendos lá fui a caminho dos Armazéns despachar a incumbência, posta de parte a hipótese de boutique mais fina por manifesta falta de verba, quem dá o que pode a mais não é obrigado, o que conta é a intenção, o gesto e a cerimónia, a entrega havia de ser depois em comissão como mandam as regras, em hora a combinar e com a comunicação social avisada para registar para a posteridade tão singelo agradecimentos das mulheres portuguesas à deputada do Zezinho, perdão, à deputada Zezinha. Estavam as coisas neste pé, com o mulherio todo do bairro a ver-se já na televisão, a ser recebido no Parlamento, a entrar e a sair de Ministérios, em sessões com o Governo e audiências em Belém, em reuniões de administração e conselhos de gerência, filhos à ilharga e direitos na mão, capitaneadas pela Zezinha de sapato novo, a descobrir o maravilhoso mundo da cidadania, da vida, da participação, da intervenção, da igualdade, da justiça, da solidariedade social, da liberdade, da segurança, da assistência, da fraternidade humana, do bem-estar, que pelos vistos já chegou e a gente é que não sabe, estavam as coisas neste pé, repito, quando começaram todas num desatino a chamar por mim, espera aí, anda ouvir, anda ouvir, parece que acabou a Assembleia. Acabou? Como é que pode ter acabado se ainda há dias os deputados estavam lá todos caídos, povo para aqui e povo para ali, o país assim e o país assado, as mulheres mais isto e aquilo, não se acaba assim com a casa dos deputados da nação... Ai não que não acaba, disseram mesmo agora no rádio que acabou, parece que até fizeram a revisão constitucional e nem puseram lá os pés. A perplexidade tomou conta da gente, sem ninguém querer perguntar o que ia na cabeça de todas - e agora, os sapatos? -, e para ali teríamos ficado se não fosse a Berta que continuava agarrada à telefonia a ouvir pormenores até perceber o que se passava, nada de importante, garantiu, a coisa não nos dizia respeito, brigas entre eles, arranjinhos, negócios de gabinete, enfim, política.

■ AF

ÚLTIMAS

Contra revisão constitucional à margem da AR PCP expressa «profunda indignação»

Carlos Carvalhas acusou o PS e o PSD de, com o acordo sobre a revisão constitucional, pretenderem colocar-se ao abrigo da condenação popular, pervertendo o princípio da proporcionalidade para elegerem mais deputados com menos votos.

Em conferência de imprensa realizada ao fim da tarde de anteontem, na Assembleia da República, o secretário-geral do PCP manifestou «a nossa profunda indignação contra o processo de revisão constitucional». Carvalhas apelou «à consciência democrática dos portugueses e das portuguesas, para

que condenem este processo, e também dos deputados da Assembleia da República, do Partido Socialista e mesmo do PSD, visto que muitos não concordam com o que está a ser cozinhado e uma boa parte deles não conhece o que está a ser cozinhado», e afirmou «a nossa disposição de luta, na AR



António Filipe e João Amaral acompanham Carlos Carvalhas no encontro com os jornalistas

e fora dela, contra este processo de revisão constitucional».

«Infelizmente, o que estamos a ver é uma revisão constitucional feita à margem da Assembleia da República, da sua Comissão, do seu presidente, desprestigiando a AR, a Comissão e o seu presidente, procurando acordos à margem da Assembleia e para distribuírem proveitos», lamentou o dirigente comunista, depois de lembrar que o próprio António Guterres disse que, com este PS, não haveria uma revisão fora da Comissão Eventual para a Revisão Constitucional.

Para o PCP, no acordo que estava a ser ultimado pelo PS e PSD, «no fundamental, o que está em causa não é a melhoria de direitos, não é o alargamento e o aprofundamento de direitos dos cidadãos; é procurarem obter administrativamente mais eleitos com menos votos e diminuir administrativamente a representatividade do Partido Comunista Português».

Carlos Carvalhas apontou ainda a contradição entre as posições de «partidos que, ainda há pouco tempo, estiveram aqui na AR, no plenário, a manifestarem-se pela necessidade de um referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, e agora, em relação à

Moeda Única, cozinham um acordo para que não haja referendo».

Condenou também o ataque aos direitos dos trabalhadores, consubstanciado na liquidação do controlo de gestão.

Questionado sobre as iniciativas que o Partido se propõe levar a cabo para contrariar os objetivos expressos no acordo PS-PSD, o secretário-geral do PCP preferiu deixar para outra oportunidade a divulgação dos contornos que elas poderão assumir. Mas afirmou que «há vários mecanismos de intervenção», referindo em particular «a denúncia do verdadeiro conteúdo deste acordo»: «vai aparecer com alguns disfarces, mas o seu verdadeiro conteúdo é procurar diminuir administrativamente a representação do PCP e, ferindo a representatividade, aumentar a representação do PS e do PSD».

«Já se querem pôr ao abrigo das suas políticas: como sabem que há uma indignação contra este cozinhado, quer em relação às privatizações quer em relação à Moeda Única quer em relação à interrupção voluntária da gravidez, procuram já diminuir a proporcionalidade para se porem ao abrigo da condenação popular» - concluiu Carlos Carvalhas.



Homenagem a Francisco Felgueiras

Centenas de pessoas, entre as quais se encontravam muitos dirigentes comunistas e autarcas alentejanos, participaram segunda-feira no funeral do camarada Francisco Felgueiras, na vila de Cuba.

Falecido em trágico acidente de viação, no sábado, o actual presidente da Região de Turismo da Planície Dourada e membro da Direcção da Organização Regional de Beja foi homenageado no Centro Cultural Fialho de Almeida, onde o corpo esteve em câmara ardente. Numa breve intervenção, lida por Manuel Camacho, presidente da Associação de Municípios do Distrito de Beja, foi salientada a presença de «muitos amigos de diversos lugares e de variados quadrantes ideológicos» na merecida e digna homenagem a um «amigo do amigo, solidário sempre que as situa-

ções o exigiram, de uma generosidade imensa, dotado de rara sensibilidade que lhe permitia um comportamento dialogante».

Recordando que Francisco Felgueiras foi eleito presidente da CM de Cuba em Dezembro de 1976 e ocupou o cargo até 1982, quando encabeçou a lista da CDU que retirou ao PSD a presidência da CM de Ourique, Manuel Camacho exprimiu «a certeza de que a homenagem que mais lhe agradaria, se nos pudesse ouvir, era a garantia da execução dos projectos em que estava envolvido» e que «vão ter continuidade», tal como «a luta pelas causas justas, que tão cedo abraçaste, contra as injustiças e as desigualdades, por uma sociedade mais fraterna e solidária, irá continuar, respeitando os teus princípios e o teu exemplo».

Contra a hipocrisia

«Os mesmos que no BCP não empregam mulheres porque engravidam, influenciaram a manutenção de uma lei iníqua e ineficaz», denuncia o Movimento Democrático das Mulheres (MDM), em comunicado à imprensa, na sequência do debate na Assembleia da República sobre o aborto.

O MDM salienta que «mais uma vez fica claro que é indispensável o reforço da participação das mulheres nos órgãos de decisão, nomeadamente na Assembleia da República, com uma visão progressista do papel das mulheres, de forma a poderem intervir mais eficazmente numa mudança política que garanta a promoção dos direitos das mulheres e a melhoria da sua qualidade de vida».

O comunicado conclui que «as mulheres saberão no 8 de Março dar a devida resposta estando massivamente na manifestação em Lisboa, do

Marquês de Pombal aos Restauradores, que comemorará o Dia Internacional da Mulher exigindo a alteração dessa política que as penaliza no emprego e na vida na sociedade».

Também a Comissão Política da Direcção Nacional da JCP «considera que se perdeu, na passada quinta-feira, mais uma oportunidade de se pôr fim ao flagelo do aborto clandestino» e garante que irá continuar a luta «pelo direito das mulheres, nomeadamente das jovens mulheres, a optar por uma maternidade feliz e consciente, defendendo a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez até às 12 semanas a pedido da mulher», contra a hipocrisia dos que aceitam o aborto clandestino.

